

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MAGNUS KENJI HERNANDES HÜBLER HIRAIWA

**A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DA UNIFICAÇÃO À INSERÇÃO
INTERNACIONAL PLENA (1975-2006)**

PORTO ALEGRE

2024

MAGNUS KENJI HERNANDES HÜBLER HIRAIWA

**A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DA UNIFICAÇÃO À INSERÇÃO
INTERNACIONAL PLENA (1975-2006)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

PORTO ALEGRE

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Hernandes Hübler Hiraiwa, Magnus Kenji
A Política Externa do Vietnã da Unificação à
Inserção Internacional Plena (1975-2006) / Magnus
Kenji Hernandes Hübler Hiraiwa. -- 2024.
144 f.
Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Vietnã. 2. Política externa. 3. Política
internacional. 4. Relações internacionais da Ásiaa. 5.
Relações internacionais . I. Gilberto Fagundes
Visentini, Paulo, orient. II. Título.

MAGNUS KENJI HERNANDES HÜBLER HIRAIWA

**A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DA UNIFICAÇÃO À INSERÇÃO
INTERNACIONAL PLENA (1975-2006)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Aprovado em: Porto Alegre, 24 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

Prof. Dr. Gustavo Henrique Feddersen
Universidade La Salle

Aos que estiveram comigo.

For myself, I always write about Dublin, because if I can get to the heart of Dublin I can get to the heart of all the cities of the world. In the particular is contained the universal.

James Joyce

A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutra galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Grande Sertão: Veredas (João Guimarães Rosa)

Lửa thử vàng, gian nan thử sức

(O fogo testa o ouro, as dificuldades testam a força)

AGRADECIMENTOS

As turbulências pessoais que se imiscuíram nos últimos meses de produção deste trabalho tornaram a escrita destes agradecimentos como uma lágrima holandesa: superficialmente desafiadora por sua dureza, mas capaz de se romper em mil pedaços cristalinos se a força for conscientemente direcionada a um lugar preciso. Antes de tudo, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela educação pública e de qualidade ao longo de toda a graduação e o mestrado. Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro via bolsa de estudos desde o meu ingresso na pós-graduação através do Programa de Demanda Social (PS), sem o qual esse trabalho não teria sido possível. Agradeço, igualmente, ao povo brasileiro, que me permitiu viver esta oportunidade.

Meus mais sinceros e profundos agradecimentos ao professor e orientador Paulo Fagundes Visentini por todo o apoio e aconselhamento não somente durante o mestrado, mas também durante os últimos oito anos. O professor Visentini tem sido, para mim, uma referência perene e uma fonte inesgotável de críticas e de reflexões. Agradeço também à professora Analúcia Danilevicz Pereira, minha orientadora no trabalho de conclusão da graduação e inspiração constante desde o início de minha formação. Já disse, e repito, devo a esses dois professores não apenas os fundamentos de minha vida intelectual, mas também uma parte considerável de minha formação pessoal. Não poderia deixar de agradecer também a todas as contribuições do professor José Miguel Quedi Martins, influência há anos, com quem tive o prazer de realizar o meu estágio docente na cadeira de Relações Internacionais da Ásia. Muitas das contribuições mais interessantes e instigantes deste trabalho vieram de trocas com o professor José Miguel. Espero que a sua persistente modéstia não lhe impeça de reconhecer a sua contribuição para a minha trajetória.

Meus agradecimentos aos colegas do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), com os quais tive o prazer e o privilégio de compartilhar e construir conhecimento. Pelo apoio, agradeço também aos pesquisadores do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Muito obrigado aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela companhia nessa jornada assim como a todos os professores que contribuíram para a minha formação na pós-graduação.

A todos os que me apoiaram, com todas as dificuldades, que pouco tiveram a ver com o exercício de produção deste trabalho — alento frequente, devo dizer —, agradeço profundamente. À minha namorada, Eduarda, dotada inteligência ímpar e ternura infinda, por todo o carinho e pelas cutucadas intelectuais; bem como à sua generosa e afetuosa família, que me apoiou em momentos críticos. Aos amigos que permaneceram ao meu lado e fizeram justiça ao velho dito do poeta: a gente não faz amigos, reconhece-os. Aos familiares que estiveram comigo, meu muito obrigado.

Quaisquer vícios deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

O objetivo primário deste trabalho é compreender as mudanças na política externa do Vietnã desde 1975 até 2006. A questão que o orienta é como o Vietnã modificou a sua política externa para se adaptar às principais mudanças políticas internacionais entre 1975 e 2006, que é perguntar, também, de que modo o Vietnã procurou enfrentar os desafios de uma ordem internacional em câmbio em favor da manutenção de uma via socialista de desenvolvimento e da sustentação de suas condições de segurança. A exploração do objeto de pesquisa se dará em três capítulos, correspondente a três períodos e três hipóteses. O primeiro tratará das mudanças nas relações externas do Vietnã desde a unificação, em 1975, até o *Đổi Mới*, em 1986. O segundo capítulo partirá desde o *Đổi Mới* até a entrada na ASEAN, que coincide com a normalização diplomática com os Estados Unidos, em 1995. O terceiro capítulo abordará os acontecimentos desde a entrada na ASEAN até a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2006. O último capítulo é destinado às considerações finais.

Palavras-chave: Vietnã; política externa; política internacional; Relações Internacionais da Ásia

ABSTRACT

The primary objective of this work is to understand the changes in Vietnam's foreign policy from 1975 to 2006. The guiding question is how Vietnam modified its foreign policy to adapt to major international political changes between 1975 and 2006, which is to ask, also, how Vietnam sought to face the challenges of an international order in favour of maintaining a socialist path of development and sustaining its security conditions. The exploration of the research object will develop in three chapters, corresponding to three periods and three hypotheses. The first will address the changes in Vietnam's external relations since unification, in 1975, until Đổi Mới', in 1986. The second chapter will extend from the beginning of Đổi Mới' until the accession to ASEAN, which coincides with diplomatic normalization with the States United States, in 1995. The third chapter will cover events from joining ASEAN to joining the World Trade Organization (WTO) in 2006. The last chapter is reserved for final considerations.

Keywords: Vietnam; foreign policy; international politics; International Relations of Asia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Anti-Ballistic Missile (Míssil Antibalístico)
ADB	<i>Asian Development Bank</i> (Banco de Desenvolvimento da Ásia)
AFTA	<i>ASEAN Free Trade Area</i> (Área de Livre-Comércio da ASEAN)
APEC	<i>Asia Pacific Economic Cooperation</i> (Coop. Econômica Ásia-Pacífico)
ARF	<i>ASEAN Regional Forum</i> (Fórum Regional da ASEAN)
ASEM	<i>Asia Europe Meeting</i> (Diálogo Ásia-Europa)
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
CPLC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
GC DK	Governo de Coalizão do Kampuchea Democrático
JIM	Jakarta Informal Meeting (Encontro Informal de Jakarta)
MIA	<i>Missing in Action</i> (Desaparecido em Combate)
MNA	Movimento Não-Alinhado
MSCh	Mar do Sul da China
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh	Partido Comunista Chinês
PCV	Partido Comunista do Vietnã
RPC	República Popular da China
RPK	República Popular do Kampuchea
SALT (I e II)	<i>Strategic Arms Limitation Talks</i> (Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas)
ZOPFAN	Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DA UNIFICAÇÃO AO ĐÔI MOI' (1975-1986)	25
2.1 AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ RECÉM UNIFICADO	25
2.2 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA	28
2.2.1 O Nível Global.....	28
2.2.1.1 O Fim da <i>Détente</i> , o “Triângulo Estratégico” e a Segunda Guerra Fria.....	29
2.2.1.2 A Política Externa do Vietnã ante a Ruptura Sino-Soviética (1963-1975)	34
2.2.1.3 As Relações com a União Soviética e com a China: o Caminho para a Terceira Guerra da Indochina (1975-1979).....	36
2.2.1.4 As Relações com a União Soviética e com a China: a Intervenção no Kampuchea Democrático e a Guerra Sino-Vietnamita (1978-1979).....	43
2.2.1.5 As Relações com a União Soviética e com a China: do Isolamento à Revisão das Relações (1979-1986).....	45
2.2.1.6 As Relações com os Estados Unidos: A Tentativa de Normalização, o Ingresso nas Nações Unidas e a Aliança Sino-Americana (1975-1986).....	47
2.2.2 O Nível Extrarregional.....	52
2.2.3 O Nível Regional	54
2.2.3.1 As Relações com a ASEAN.....	55
2.2.3.2 As Relações com o Camboja e com o Laos	57
2.3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA DE 1975 A 1986.....	58
3 A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DO ĐÔI MOI' AO FIM DO ISOLAMENTO EXTERNO (1986-1995).....	61
3.1 AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ EM TRANSIÇÃO...	61
3.2 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA	65
3.2.1 O Nível Global.....	65
3.2.1.1 O Fim da Terceira Guerra da Indochina	70

3.2.1.2 As Relações com a União Soviética e com a Rússia	74
3.2.1.3 As Relações com a China	76
3.2.1.4 As Relações com os Estados Unidos	79
3.2.2 O Nível Extrarregional.....	80
3.2.3 O Nível Regional	83
3.2.3.1 As Relações com a ASEAN.....	83
3.2.3.2 As Relações com o Laos e o Camboja.....	87
3.2.3.4 As Relações com os Outros Países Asiáticos	88
3.3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA DE 1986 A 1995	89
4 A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DO FIM DO ISOLAMENTO EXTERNO À	
INSERÇÃO INTERNACIONAL PLENA (1995-2006)	92
4.1 AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ “RENOVADO”	92
4.2 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA POLÍTICA	
EXTERNA VIETNAMITA	98
4.2.1 O Nível Global.....	98
4.2.1.1 As Relações com os Estados Unidos	102
4.2.1.2 As Relações com a China	104
4.2.1.3 As Relações com a Rússia	107
4.2.2 O Nível Extrarregional.....	108
4.2.2.1 Parcerias Estratégicas: Japão, Coreia do Sul e Índia	109
4.2.3 O Nível Regional	110
4.2.3.1 As Relações com a ASEAN.....	111
4.2.3.2 As Relações com o Laos e o Camboja.....	112
4.3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA DE 1995 A 2006.....	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
BIBLIOGRAFIA.....	126
ANEXO I – LISTA DE SECRETÁRIOS-GERAIS DO PARTIDO COMUNISTA DO	
VIETNÃ.....	136
ANEXO II – LISTA DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ	
.....	138
ANEXO III – LISTA DE PRIMEIROS-MINISTROS DA REPÚBLICA SOCIALISTA	
DO VIETNÃ.....	141

ANEXO IV – LISTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ.....	143
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central a política externa da República Socialista do Vietnã desde a sua unificação, em 1975. A política externa vietnamita, embora tenha hesitado em se afastar de alguns princípios fundamentais traçados até as origens de sua formulação externa autônoma, modificou-se consideravelmente nos últimos cinquenta anos. Desde a sua unificação, em 1975, até 2006, o Vietnã passou por três fases: o isolamento internacional, a abertura econômica e diplomática e o esforço para a inserção internacional plena.

A primeira fase, que se estende de 1975 até 1986, é marcada pelo desafio da unificação e pelo isolamento diplomático associado ao envolvimento na Terceira Guerra da Indochina (1979-1991). O isolamento diplomático não consistiu em um ato voluntário do Vietnã, mas sim o resultado de iniciativas internacionais que visaram deixar o país em uma posição debilitada na região. O pivô dessas iniciativas foi a República Popular da China (RPC) — aliada recente dos Estados Unidos —, que visava se contrapor, por um lado, à União Soviética, percebida como sua principal ameaça securitária durante o período; por outro, ao Vietnã, considerado pelos chineses não somente um *proxy* soviético — visto que a União Soviética era o parceiro mais próximo dos vietnamitas —, mas também como um possível adversário na região. Nesse período, a necessidade de reconstrução nacional, processo que o Vietnã enfrentou com percalços, se conjugou com o isolamento diplomático e com as necessidades materiais e humanas implicadas pelo envolvimento no conflito no Camboja para criar um quadro de dificuldades.

A ascensão de Gorbachev ao poder na União Soviética em 1985 resultou em mudanças na dinâmica interna e externa da potência socialista. A *Glasnost* e a *Perestroika* deram início à abertura econômica e política que eventualmente resultou no colapso do gigante socialista. Externamente, a política de Gorbachev foi marcada por uma posição conciliatória com os Estados Unidos, pelo desengajamento do Terceiro Mundo, por uma postura mais pragmática em relação aos seus parceiros, incluindo o Vietnã, e pela adoção de uma postura conciliatória em relação à China. A retirada do Vietnã do Camboja constituía condição explícita para a normalização das relações sino-soviéticas, o que, junto com a mudança de postura em relação à Ásia e a África, impeliu

a União Soviética a exercer pressão diplomática sobre o Vietnã e retirar grande parte do auxílio econômico e militar que até então havia oferecido.

Nesse contexto, o Vietnã assumiu um processo de abertura econômica e diplomática conhecido como *Đổi Mới* (“renovação”), um conjunto de reformas liberalizantes sob o controle do Partido Comunista do Vietnã (PCV). Do ponto de vista econômico, o processo não significou uma abertura econômica de viés expressamente liberal, mas uma abertura pautada no desenvolvimento da via socialista. O *Đổi Mới* não foi somente resultado da necessidade de uma abordagem nova para as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Vietnã desde a unificação, mas também de uma autocrítica nas relações com a União Soviética e com a China. Assim, o *Đổi Mới* parece assumir os traços de uma iniciativa defensiva ante as enormes adversidades do contexto internacional. A continuidade da abertura diplomática culminou com o encaminhamento do fim do conflito no Camboja, em 1991, a retomada das relações diplomáticas com os Estados Unidos e com a China, em 1991 e 1995, e a entrada do país na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em 1995.

Os anos 1990 foram marcados pelo fim da União Soviética e do bloco socialista e o início do que alguns autores convencionaram chamar de momento unipolar, quando a hegemonia estadunidense se consolidou globalmente e foi acoplada à tentativa de desenvolver uma “ordem internacional liberal”. O retraimento internacional e eventual colapso da União Soviética removeu também as motivações originais que permitiram a aproximação sino-americana, engendrando um processo de afastamento político e econômico cujo marco inaugural foram os eventos da Praça da Paz Celestial, em 1989, e que atingiu proporções dramáticas na Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1996).

O Vietnã, envolto na necessidade de manobrar na nova ordem internacional, ainda procurava lidar com as consequências de cinquenta anos de conflito praticamente ininterrupto e administrar uma abertura econômica e internacional adequada aos interesses econômicos e políticos de um país socialista. A ascensão da China e o recuo da União Soviética, agora fragmentada em diversos países, o impeliu a assunção de uma política de multiplicação das relações para a aquisições de segurança e das benesses econômicas para a continuidade do processo de desenvolvimento do socialismo em reforma.

Assim, durante o período seguinte, que se estendeu de 1995 a 2006, o Vietnã procurou multiplicar as suas relações econômicas e diplomáticas com outras nações, fenômeno que ganhou expressão no encaminhamento de acordos políticos e

diplomáticos. Paralelamente, o Vietnã inaugurou uma estratégia de oposição limitada à China e aproximação com os Estados Unidos, de modo que procura se equilibrar entre ambos em benefício de algum capital político na região. A participação na Cúpula do Leste Asiático, em 2005, e o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano seguinte, podem ser considerados marcos da consolidação da inserção internacional iniciada pelo *Đổi Mới* e a culminação das mudanças da política externa vietnamita desde a unificação.

O Vietnã é um caso particular nas relações internacionais. Primeiramente, por ser uma nação de unificação tardia que, além de impelida a dar continuidade a um desenvolvimento nacional autônomo de viés socialista, foi inicialmente dotada do desafio de conciliar um Norte socialista deteriorado pela guerra e um Sul destruído marcado por décadas de ocupação. Estamos também falando de um país de formação histórica longa e um senso identitário que precede a revolução e a unificação.

Segundo, por ser um país marcado por cinco décadas de conflito, elemento que impactou tanto como experiência formativa da república socialista quanto como trauma que ainda impulsiona aspirações de manutenção da paz e segurança no país. Terceiro, por ter se transformado, em menos de três décadas desde a unificação, de um socialismo isolado pelas circunstâncias para um país plenamente inserido nas relações internacionais — isto é, uma nação participativa no comércio internacional e ativa em fóruns deliberativos, instituições internacionais e relações bilaterais e multilaterais. Quarto, por ter se mantido um país socialista a despeito do fim da Guerra Fria e da queda de inúmeros regimes desse tipo.

Quinto, o ponto mais importante para o estudo das relações internacionais contemporâneas, por sua posição no panorama político e estratégico da Ásia: de frente ao Mar do Sul da China, de costas ao continente, compondo o coração da região da Indochina. Atravessada pelo extenso Rio Mekong, a Indochina foi uma região fundamental no esforço de guerra de uma potência revisionista (o Japão) e o centro da disputa por influência de uma potência colonial (a França) e duas superpotências (a União Soviética e os Estados Unidos), passando por um período de conflito regional de longa duração (a Terceira Guerra da Indochina) cujo cerne, pelo menos para um dos lados (a China), era a hegemonia de uma das unidades (o Vietnã) sobre as outras (Laos e Camboja) e a manutenção do equilíbrio estratégico na região (em detrimento da União Soviética). O quadro regional contemporâneo propõe um cenário desafiador: o Vietnã é vizinho da China, potência em ascensão com quem mantém uma relação histórica de

assimetria, ora pacífica, ora belicosa; também pertence ao Sudeste Asiático, de variadas matizes políticas e econômicas, mas institucionalizado em uma Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) que avança em um processo de integração que parece limitado por suas controvérsias. Além disso, está inserido nos interesses dos Estados Unidos desde pelo menos os anos 1950, porém, hoje, sob o signo da rivalidade sino-americana. Enfim, é possível afirmar que o Vietnã se situa em um ponto nevrálgico para o futuro das relações internacionais da Ásia. Essas peculiaridades impelem e condicionam uma reflexão do Vietnã ora focado no que há de especial em sua formação histórica e social, ora associado ao manejo de conceitos e teorias de teor mais generalista.

O **objetivo primário** deste trabalho é compreender as mudanças na política externa do Vietnã desde 1975 até 2006. Quanto aos **objetivos específicos**, dizem respeito a essa relação causal em termos temporais: 1975-1986; 1986-1995; 1995-2006. A **questão** que o orienta é *como o Vietnã modificou a sua política externa para se adaptar às principais mudanças políticas internacionais entre 1975 e 2006*, que é perguntar, também, de que modo o Vietnã procurou enfrentar os desafios de uma ordem internacional em câmbio em benefício da manutenção de uma via socialista de desenvolvimento e da sustentação de suas condições de segurança.

Propõe-se três hipóteses correspondentes a cada período em questão. A **primeira hipótese** é que, entre 1975 e 1986, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, que contribuiu para o envolvimento na Terceira Guerra da Indochina, a dependência externa em relação a Moscou e o isolamento internacional; mas procurou atuar, sob os limites dessa interação, contrariamente à dependência externa e extrair benefícios de relações potencialmente importantes para os seus interesses. A **segunda hipótese** é que, entre 1986 e 1995, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, mas este caminhou para a sua resolução, com a retração da política externa da União Soviética, que contribuiu para o fim da Terceira Guerra da Indochina, o fim da dependência externa em relação a Moscou e a gradual ruptura com o isolamento internacional; à medida em que os limites impostos por essa relação distenderam, o Vietnã alterou a sua política externa em favor de relações potencialmente importantes para os seus interesses. A **terceira hipótese** indica que, entre 1995 e 2006, o Vietnã aproveitou as condições internacionais favoráveis para dar continuidade a uma política externa de

multiplicação das relações externas, utilizando-as para manter a equidistância e a flexibilidade de suas iniciativas externas.

A **justificativa acadêmica** para o trabalho está, primeiro, em sua originalidade. É possível verificar uma relativa carência de publicações, especialmente em português, abordando as relações internacionais do Vietnã, em particular, e da Indochina, em geral. Posto isso, o trabalho possui relevância acadêmica porque procura oferecer preencher o vazio bibliográfico de discussões sobre o país na contemporaneidade.

A necessidade de uma interpretação nossa acerca das relações internacionais contemporâneas é essencial para podermos desenvolver uma reflexão propriamente nacional dos desafios globais, em lugar de nos apropriarmos de impressões e análises que não incorporam contribuições referenciadas em nossas necessidades. De um ponto de vista mais amplo, pesquisas do tipo contribuem para a elaboração de um pensamento autônomo da periferia e semiperiferia acerca de si mesma. Essas interpretações frequentemente divergem daquelas que eventualmente importamos dos maiores centros de produção do conhecimento e podem ser capazes de nos oferecer ferramentas mais eficazes para a elaboração de agendas de pesquisa e políticas públicas que mais atendam aos nossos interesses e que respondam com atenção especial às nossas urgências comuns.

A segunda justificativa acadêmica é eminentemente teórica. Trata-se do esforço de, ao retornar à história, construir padrões de reconhecimento que sejam úteis para a análise das relações internacionais contemporâneas e propor, ao mesmo tempo, caminhos metodológicos relevantes para as áreas de estudo aqui refletidas. Por isso, o esforço analítico deste trabalho que constitui, enfim, um retrospecto histórico e um trabalho de história relações internacionais, em particular das relações internacionais do Vietnã, pretende expor algo mais do que um relato de fatos da política externa.

A constatação de necessidade e carência de produções conflita diretamente com a **justificativa social** para este trabalho. É preciso constatar que o Vietnã está em uma posição estratégica de vital importância. Portanto, desvendar a sua política externa é uma tarefa importante para entender o futuro das relações internacionais. Dar conta de como o Vietnã, Estado *sui generis*, reage às mudanças internacionais é fundamental para uma interpretação adequada do futuro da região. Além disso, espera-se que, ao realizar a tarefa de análise, se inventariem padrões que sejam próprios para promotores e executores de políticas públicas ao refletir acerca do fenômeno das relações internacionais.

É necessário realizar algumas considerações **metodológicas**. Trata-se de um trabalho explicativo-descritivo que consiste em uma análise qualitativa de fontes primárias e secundárias acerca dos temas discutidos. De início, cumpre dizer que uma abordagem estável envolve a busca das determinações das ações da política externa vietnamita para que se ultrapasse o simples relato cronológico dos acontecimentos da política externa. Parte-se de um raciocínio dialético, no sentido apreendido por Hegel e, posteriormente, Marx — em especial os três momentos da consciência: o que é capaz de apreender (o que lhe rende estabilidade, o momento do entendimento), o que falha em capturar (o momento dialético), e como isso leva (no momento especulativo) a um novo conceito ou forma que procura corrigir a unilateralidade do momento do entendimento. Em outro sentido, a compreensão da imediaticidade do conceito inicial, levando-nos a procurar as suas mediações — retrocedendo e fundamentando — para, por fim, retornar ao conceito, que, a essa altura, perdeu a sua unilateralidade, pois adquiriu um conteúdo. Como todos os objetos são mediados, a exploração lógica de um leva necessariamente a outros que precisam existir para que ele exista, sendo o método, pois, uma crítica imanente. Ademais, a realidade parcial que continuamente destrói a si mesma só pode continuar existindo se for continuamente posta pela ordem mais ampla da qual é parte, processo lógico que também pode ser concebido como um processo de totalização.

A vantagem da crítica imanente é que, diferente de subsumir o objeto a categorias gerais do conhecimento, ela procura situá-los em um sistema em que as categorias se determinam mutuamente, à medida que toda a realidade é mediada. A importação de conceitos não necessariamente vindos da apreensão minuciosa do objeto se sujeita, necessariamente, à qualificação e localização desses conceitos dentro do sistema explicativo, o que permite removê-los de sua unilateralidade. O resultado é que mesmo os conceitos, digamos, importados, ainda terão que ser comparados e qualificados dentro de um sistema de mediações.

Por consequência, este trabalho coloca tanto um retrato dos movimentos da política externa do Vietnã quanto a sua explicação. A divisão em três períodos (1975-1986; 1986-1995; 1995-2006) pretende assinalar rupturas e continuidades na política externa que necessariamente se relacionam com as suas respectivas determinações.

A nossa relação causal de interesse é o modo como as mudanças *políticas internacionais* colaboraram para mudanças e continuidades na *política externa* do Vietnã desde 1975, mas essas mudanças políticas podem se traduzir de forma não

imediate nas mudanças da política externa vietnamita, o que nos exigirá acoplar outras variáveis para a explicação. No caso do *Đổi Mới*, por exemplo, por mais que se perceba uma motivação fundamentalmente política para a abertura, é adequado salientar motivações econômicas que, por mais que estejam associadas ao declínio do auxílio externo soviético, não podem ser consideradas fatos estritos de política internacional. Outrossim, não seria prudente desconsiderar aquelas variáveis relevantes que participam direta e indiretamente da política externa vietnamita e que fogem da dimensão da política internacional, sob a pena de uma explicação parcial de seus movimentos.

Em outras palavras, este trabalho, apesar de seu foco, dificilmente poderia fugir de sua vocação como trabalho de relações internacionais. Me apropriando parcialmente do esquema de Martins (2022), se pudéssemos estabelecer um esquema simples para conectar a política internacional com as outras dimensões das relações internacionais, teríamos três círculos em diagrama de Venn — *política internacional*, *economia política* e *estudos estratégicos* — em que, na intersecção de todos, se formam as relações internacionais e suas respectivas áreas de estudo. O esquema também pode ser visto, na interpretação de Martins (2022), na forma de uma esfera em que, partindo de fenômenos restritos a uma ou outra área, inevitavelmente chegaremos às outras, posta a existência mediada dos fenômenos. O nosso interesse neste trabalho se concentra no círculo da *política internacional*, em especial a sua relação com a *política externa* — ou seja, a política pública do país em suas interações com outras unidades políticas. Por mais que o nosso foco seja este, a atenção às interações entre estes três círculos se faz necessária para a compreensão da integralidade dos processos.

A questão das *mudanças políticas internacionais* nos coloca diante da necessidade de selecionar quais são essas mudanças. Para torná-las inteligíveis, convém uma categorização. É possível identificar três níveis aos quais o Vietnã se relaciona de forma concêntrica. O nível regional inclui a Indochina e o Sudeste Asiático, mas eventualmente incorpora outros atores importantes na região, como é o caso do Japão e da Coreia do Sul. O nível extrarregional abarca os emergentes, a América Latina e a Europa. O nível global envolve processos de natureza sistêmica e inclui nas relações de interesse as grandes potências — China, Estados Unidos e Rússia¹. As mudanças na

¹ França e Reino Unido, em que pese o reconhecimento como grandes potências, não estão incluídos na discussão senão à margem, pela carência relativa de importância para o objeto em questão. A França,

dimensão da política internacional associadas ao Vietnã e o exercício de sua política externa podem ser classificadas, de modo geral, nesses três níveis.

A seleção específica sobre *quais* mudanças realmente são relevantes deriva da busca pela explicação dos movimentos da política externa do Vietnã. Do ponto de vista da aquisição do conhecimento, partiu-se de fenômenos particulares procurando saturá-los de determinações, chegando até categorias mais amplas. De modo que começamos nas consequências — as mudanças na política externa vietnamita — em direção às causas — as mudanças na política internacional. Assumir o caminho inverso implicaria em um relatório sobremodo extenso em que somente alguns dos acontecimentos internacionais seriam identificados como realmente relevantes para a política externa vietnamita. O caminho escolhido nos permitiu uma seleção mais precisa daqueles que de fato importam.

Sem embargo, a exposição seguirá o caminho inverso: do geral para o particular. A escolha se explica pela necessidade de pensar essas mudanças primeiro de forma sistêmica, considerando a totalidade na qual estão inseridos os outros processos. Se, de uma maneira, é possível apreender parte das modificações em relação à política externa vietnamita para os seus vizinhos a partir de desígnios estritamente locais; de outra, é preciso ultrapassar a parcialidade dessas relações em direção ao entendimento dos movimentos sistêmicos que servem como cenário para o desenvolvimento dessas.

A subdivisão de cada capítulo se dará do seguinte modo: primeiramente, um subcapítulo expondo em linhas gerais as rupturas e continuidades da política externa vietnamita durante o período em questão. Em seguida, um subcapítulo visando apreender quais foram as principais mudanças na política internacional no período e de que modo elas se relacionam com as mudanças na política externa vietnamita, organizados partindo do nível global, passando pelo nível extrarregional até chegar ao nível regional. Por último, um subcapítulo que visa sintetizar as descobertas para encontrar, por fim, como o Vietnã modificou sua política externa para se adaptar aos imperativos das circunstâncias.

Nos beneficiamos de uma exposição por divisão temporal, em detrimento de outras divisões possíveis. A exploração do objeto de pesquisa se dará em três capítulos, correspondente a três períodos e hipóteses. O primeiro tratará das mudanças nas

apesar de sua influência colonial sobre a Indochina, aparece relativamente pouco nas relações externas do Vietnã a partir de unificação.

relações externas do Vietnã desde a unificação, em 1975, até o Đôi Moi', em 1986. O segundo capítulo partirá desde o Đôi Moi' até a entrada na ASEAN, que coincide com a normalização diplomática com os Estados Unidos, em 1995. O terceiro capítulo abordará os acontecimentos desde a entrada na ASEAN até a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2006. O último capítulo é destinado às considerações finais.

2 A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DA UNIFICAÇÃO AO ĐÔI MỚI (1975-1986)

Este primeiro capítulo tem como objetivo analisar a política externa vietnamita desde a unificação, em 1975, até o início das reformas do ĐÔI MỚI (“renovação”), em 1986, que procuraram dotar o Vietnã de uma economia de mercado orientada pelo socialismo e contribuíram para uma modificação em sua política externa. É possível dividir o período em duas fases: primeiro, o período imediatamente posterior à unificação até a Guerra Sino-Vietnamita (1979); segundo, da guerra até a ascensão de secretário geral Nguyễn Văn Linh e o início do ĐÔI MỚI (1986). Trabalhar-se-á com a **primeira hipótese**, qual seja, que, entre 1975 e 1986, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, que contribuiu para o envolvimento na Terceira Guerra da Indochina, a dependência externa em relação a Moscou e o isolamento internacional; mas procurou atuar, sob os limites dessa interação, contrariamente à dependência externa e extrair benefícios de relações potencialmente importantes para os seus interesses.

2.1 AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ RECÉM UNIFICADO

Nos primeiros anos após a unificação, o Vietnã priorizava a normalização da vida econômica e a segurança. Havia três grandes desafios: primeiro, a reconstrução do país devastado por décadas de conflito; segundo, o contraste econômico e social entre o Norte socialista e o Sul afeito à ocupação norte-americana e ainda dotado de tendências e elementos correlatos; terceiro, o problema da segurança internacional (VISENTINI, 2007; VÃN LỢI, 2006).

O primeiro passo foi procurar o avanço político e administrativo da unificação. Em abril de 1976, ocorreram eleições gerais no Norte e no Sul. A nova Assembleia votou pela unificação do país, que passou a se chamar República Socialista do Vietnã. Em dezembro do mesmo ano, realizou-se o Congresso do Partido dos Trabalhadores (Lao Dong) e do Partido Popular Revolucionário (equivalente ao Lao Dong no Sul), em

que essas organizações se fundaram e adotaram o nome de Partido Comunista do Vietnã (PCV)² (VISENTINI, 2007; VÃN LÕI, 2006).

Paralelamente, houve a tentativa de solucionar o problema econômico e social da unificação: o Norte, que prosseguia a socialização, em contraste com o Sul, que se ocupava da reconstrução e da conclusão da "revolução nacional democrática e popular" e ainda continha elementos da burguesia e da classe média herdados das décadas precedentes (VÃN LÕI, 2006). A solução foi a combinação de coação administrativa com reeducação política. Segundo Visentini (2007), duzentos mil funcionários, policiais e militares graduados do regime de Thieu foram enviados a campos de trabalho para reeducação, enquanto um milhão e duzentas mil pessoas foram devolvidas ao campo, nas Novas Zonas Econômicas, em um processo repleto de dificuldades e resistências.

O Quarto Congresso também foi o responsável por lançar o plano quinquenal de 1976-1980. Os principais objetivos internos do plano estavam ligados à agricultura, ao aproveitamento da força de trabalho, à infraestrutura e ao desenvolvimento social sob os moldes socialistas. Do ponto de vista externo, o foco era a diversificação das fontes de exportações e o alargamento das relações econômicas com outros países (VÃN LÕI, 2006).

Se, do ponto de vista interno, o Vietnã unificado passava por problemas, do ponto de vista externo, a situação era igualmente desafiadora. Em que pesem as inconveniências iniciais da unificação para o serviço externo³, a vitória na guerra de unificação fez o Vietnã se constituir como uma força ponderável no Sudeste Asiático. Essa vitalidade, temperada pela relativa fragilidade do novo Estado, se traduziu em avanços de sua política externa em favor da inserção nas relações internacionais no período imediatamente posterior. Figuram como diretrizes externas explícitas a necessidade de assegurar condições internacionais favoráveis à reconstrução do socialismo, de aumentar a influência do país no esforço comum para a paz mundial, independência, democracia e socialismo, de fortalecer a solidariedade com os vizinhos

² O Partido Socialista e o Partido Democrático subsistiram como forças aliadas em um regime sob hegemonia do PCV. Segundo Visentini, "A 'terceira força' do Sul (os não-comunistas da FNL) integrou-se em grande parte às organizações de massa. Não há maiores problemas com os grupos religiosos ou minorias étnicas no país, exceto em relação à cúpula católica e aos comerciantes de origem chinesa" (VISENTINI, 2007, p. 94).

³ O primeiro movimento do Estado unificado foi de retirada dos acordos determinais para a independência, soberania, integridade territorial e interesses nacionais ao qual o Sul havia se submetido — o que causou embaraço e a posição de "esperar para ver" em algumas das questões (VÃN LÕI, 2006).

Laos e Camboja e de construir relações fraternas com o terceiro mundo com base na coexistência pacífica (VĂN LỢI, 2006). A tradução dessas diretrizes externas na política externa do período está, por exemplo, no ingresso nas Nações Unidas (1977), na tentativa de normalização das relações com os Estados Unidos, nas sucessivas aproximações entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e na atuação no Movimento Não Alinhado (MNA).

Contudo, essa força chama, também, o seu desafio. É aqui que a situação das relações entre Vietnã, China e União Soviética aparece como ponto nodal da teia de interações do Vietnã no período em questão. No contexto de ruptura sino-soviética, Moscou havia passado a ser o principal suporte econômico e militar do Vietnã, construindo uma aliança formal em 1978; ao passo que Beijing assumiu uma opção de balanceamento em relação ao país unificado, em oposição à União Soviética, utilizando o Khmer Vermelho do Camboja como um *proxy* anti-vietnamita. A invasão do Camboja, que deu início à Terceira Guerra da Indochina (1979-1991) e, em particular, a Guerra Sino-Vietnamita de 1979, é o ponto culminante dessas relações tensionadas.

Muitas das iniciativas da política externa dos quatro primeiros anos do Vietnã (1975-1979) derivam dessa situação dúbia em relação à sua inserção nas relações internacionais. Depois da guerra com a China (1979), até pelo menos 1986, o que se tem é um Vietnã isolado, implicado no Camboja e fortemente dependente da União Soviética. As políticas dos Estados Unidos, da China e da ASEAN, isolando o Vietnã, criaram uma situação difícil para a retirada do vizinho indochinês, ao mesmo tempo em que incentivaram Hanói a se manter associado a Moscou. A partir de 1979, portanto, o Vietnã retrocedeu politicamente e foi empurrado, a contragosto, para uma cisão com o resto do mundo durante praticamente toda a década de 1980. Por isso, é possível considerar a Guerra Sino-Vietnamita de 1979 como um divisor do período em questão.

A ascensão de Gorbachev, com a política de apaziguamento com a China e de desengajamento do Terceiro Mundo, incluindo a Indochina, pressionou o Vietnã a modificar a sua política externa e direcionou a Terceira Guerra da Indochina para a sua resolução. O *Đổi Mới*, ou seja, o processo de abertura econômica sob o controle do PCV, foi em parte a resposta imediata a essa situação de afastamento soviético, em nível sobremodo econômico, enquanto a reação política se desenhou no fim da década de 1980 e início dos anos 1990. Com a perda do suporte do principal parceiro, o Vietnã se viu defrontado, assim, com a necessidade de reformular as suas posições.

2.2 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA

2.2.1 O Nível Global

Para ultrapassar esses apontamentos, começemos com as interações do Vietnã a nível global. Avaliar os impactos das mudanças a nível global na política internacional na política externa do Vietnã é uma tarefa de proporções consideráveis quando se fala da década de 1975-1986. O principal motivo para isso é que a Guerra Sino-Vietnamita (1979) e a Terceira Guerra da Indochina (1979-1991) foram, ao mesmo tempo, resultados e origens de mudanças importantes na política internacional, mudanças essas que interagem regularmente com a região e com o Vietnã para conformar respostas e soluções possíveis no período que se segue. Dito de outro modo, a discussão sobre as principais mudanças na política internacional, no nível global, acaba envolvendo necessariamente o Vietnã — o que não é necessariamente verdade quando falamos das décadas posteriores.

Pode parecer pouco ortodoxo falar dos conflitos na Indochina no nível global das relações com o Vietnã, mas há justificativas mais do que suficientes para isso. A relação estrutural entre Estados Unidos, a União Soviética e a China nos anos 1970 e 1980 se faz imprescindível para entender o desenlace do conflito e as possíveis respostas do Vietnã. Ao passo em que as mesmas relações estruturais são modificadas pelo conflito e exigem, como contrapartida, outro tipo de resposta.

Pelo fato de que a Indochina em dissídio equivale ao ponto focal de uma possível mudança de sistema — bipolar para unipolar —, analisar separadamente as relações entre as três principais potências — Estados Unidos, União Soviética e China — e o Vietnã pode ser contraproducente, do mesmo modo que pode ser contraproducente interpretar o conflito na Indochina à luz somente das relações entre Camboja e Vietnã. É preso em condições estruturais que fogem às interações singulares que o Vietnã terá que manobrar a sua política externa no período e, sob essas relações, desenhar a sua política externa. Justifica-se, pois, a opção de não tomar a Terceira Guerra da Indochina como um conflito estritamente regional — antes, como uma guerra local, dotada de efeitos que colaboram para uma mudança de sistema e condiciona as diferentes opções do Vietnã naquele contexto, tanto na dimensão global quanto extrarregional e regional.

Isso posto, iniciar por uma abordagem sistêmica é de especial utilidade para compreender a política externa vietnamita durante o período. Essa seção começará com uma discussão desse tipo, procurando encontrar as causas e efeitos da guerra na Indochina e localizar, sob essa perspectiva, as iniciativas vietnamitas no período. Em seguida, procura-se desvendar, em termos factuais, como o Vietnã procurou lidar com a China e a União Soviética durante o período, sob o signo da rivalidade entre ambos, e como os Estados Unidos responderam a essa interação nas suas relações com o Vietnã e vice-versa.

2.2.1.1 O Fim da *Détente*, o “Triângulo Estratégico” e a Segunda Guerra Fria

Destarte, cumpre destacar que os anos 1970 foram um momento de estabelecimento do equilíbrio estratégico entre a União Soviética e os Estados Unidos — período chamado de *détente*. Apesar da continuidade de um sistema bipolar e dos blocos de poder socialista, associado à União Soviética, e do capitalista, associado aos Estados Unidos, havia fraturas em ambos os sistemas, em especial no socialista⁴ (MICHELENA, 1977). A principal dessas fraturas consistia na ruptura sino-soviética, fato consumado desde 1963 e que, nos anos 1970, assumiu um padrão de interação que se convencionou chamar de “triângulo estratégico” entre Estados Unidos, União Soviética e China (DITTMER, 1981).

A Ofensiva do Tet (fevereiro de 1968) foi o ponto de inflexão da política norte-americana, visto que condicionou uma mudança significativa em sua posição periférica e retração das intervenções externas diretas⁵. Em que pesem os impactos específicos da Doutrina Nixon no Vietnã⁶, do ponto de vista das relações globais — o

⁴ Os blocos de poder são formados por uma *zona de equilíbrio*, que representa uma área intermediária de influência entre duas ou mais potências; uma *zona periférica*, composta pelos países cujas economias são dependentes ou subordinadas, militarmente frágeis; e, por fim, a *grande potência*, o núcleo desse bloco (MICHELENA, 1977).

⁵ Grosso modo, a Doutrina Nixon pode ser descrita da seguinte forma: (i) os Estados Unidos manterão todos os compromissos de seus tratados; (ii) os Estados Unidos fornecerão um escudo se uma potência nuclear ameaçar a liberdade de uma nação aliada a Washington ou de uma nação cuja sobrevivência considera vital para a sua segurança; (iii) em casos que envolvam outros tipos de agressão, os Estados Unidos fornecerão assistência militar e econômica quando solicitada, de acordo com os nossos compromissos no tratado, mas olharão para a nação diretamente ameaçada para assumir a responsabilidade primária de fornecer a mão-de-obra para a sua defesa (NIXON, 2023? [1970]; GHOLZ, 2009).

⁶ Para a política externa norte-americana em relação à Indochina, a Doutrina que assumiu o nome do novo presidente foi o caminho para a “vietnamização” do conflito e a aposta no uso do bombardeio como tática militar para pressionar os vietnamitas na retomada das negociações. Optou-se, a partir de então, por uma intensificação no uso da tecnologia em detrimento da presença de tropas na Indochina.

foco desta subseção — a Doutrina Nixon foi o passo inicial em direção a uma nova política em relação à União Soviética (VISENTINI, 2007).

A Doutrina Nixon também condicionou a aproximação sino-americana nos anos 1970. externa, consubstanciada na Doutrina Nixon, em 1969: o desengajamento dos conflitos na periferia. Para a China, a Ofensiva do Tet foi a apoteose das divergências entre a estratégia chinesa e vietnamita em relação à guerra. Primeiro, por representar a adoção de uma tática, a de “negociar enquanto luta”⁷, que implicava maior dependência vietnamita do armamento avançado soviético. Segundo, por condicionar o início efetivo das negociações de Hanói com Washington em Paris, às quais a China era inicialmente contrária⁸ (NGUYEN, 2006). Os conflitos na fronteira com a União Soviética, em março e agosto de 1969, indicaram para a RPC a possibilidade de usar “a carta dos Estados Unidos” para se contrapor à União Soviética, que passava a ser vista pela China como a principal ameaça à sua segurança. Além da ameaça militar direta, havia o temor de que a Romênia e a Albânia, que ainda mantinham laços com Beijing, poderiam ser atacados pelo vizinho socialista⁹ (FRIEDMAN, 2015; JIAN, 2006; KHOO, 2011; SLANTCHEV, 2014). Em paralelo, nos EUA, Kissinger, então Conselheiro Nacional de Defesa, avaliava a deterioração das relações sino-soviéticas e o seu potencial para os Estados Unidos. A conclusão de Kissinger foi de que a melhora das relações sino-americanas, em um contexto de desgaste pela guerra do Vietnã e desejo de se desvincular da região, traria aos EUA vantagens estratégicas significativas. O resultado foi a aproximação entre ambos entre 1970 e 1971 (JIAN, 2006).

No período, a RPC, potência nuclear desde meados dos anos 1960, ao atingir certo patamar de importância frente às potências regionais, encaminhou o relaxamento das relações com outros países europeus e o reforço das relações informais com o Japão

⁷ Durante a 18ª Plenária do Terceiro Comitê Central do Lao Dong, em janeiro de 1970, o partido adotou como seu objetivo primário a busca pela luta política e diplomática no mesmo nível da luta militar (CHENG GUAN, 2004).

⁸ A partir do fim de 1968, a China passou a aprovar as negociações em Paris, sobretudo porque vê que não pode impedir os vietnamitas de se colocarem na mesa de negociação. Segundo Jian (2006), tratava-se de uma forma de ainda manter certo controle sobre o Vietnã, mesmo discordando do rumo dos acontecimentos

⁹ A impressão se associa com a implementação da Doutrina Brezhnev na política externa de Moscou. A Doutrina Brezhnev também é conhecida como Doutrina da Soberania Limitada. A Doutrina foi expressa em 12 de novembro de 1968, no quinto congresso do Partido Unido dos Trabalhadores da Polônia. Brejnev diz que “quando forças externas e internas hostis ao socialismo tentam reverter o desenvolvimento de um dado país socialista em direção à restauração do sistema capitalista, quando uma ameaça se ergue à causa do socialismo nesse país... não é mais meramente um problema para as pessoas daquele país, mas um problema comum, uma preocupação de todos os países socialistas.” (OUIMET, 2003, p. 67)

(VISENTINI, 2011). Na política externa chinesa revisada, a aproximação com Washington caminhou paralelamente com a piora das relações com Moscou. A China, apesar de modificar a sua afiliação, não passou a agir como um mero gendarme dos Estados Unidos. As iniciativas no sentido de minar a posição da União Soviética na região, incluindo ações contra o Vietnã, que contribuem de forma decisiva para formar o substrato dos conflitos posteriores, ocorrem em grande medida por vontade própria e interesses próprios (MARTINS, MAGNO, 2008; LÜTHI, 2008; ROBINSON, 1991).

A União Soviética, por sua vez, se equilibrava entre o peso de suas capacidades militares e os seus problemas econômicos e políticos externos. Em termos militares, a potência socialista caminhava para a paridade nuclear com os Estados Unidos¹⁰ e aprimorava continuamente as suas capacidades convencionais¹¹ (SLANTCHEV, 2014). Todavia, enfrentava desafios em outras esferas. O primeiro deles era econômico, dado que a economia soviética dava sinais de desalento. O segundo, político e securitário, foi a Primavera de Praga e a consequente invasão da Tchecoslováquia, no outono de 1968. O terceiro foram os temores de uma guerra sino-soviética em 1969, mencionados acima, acoplados à ameaça de uma guerra nuclear entre ambos os países (FRIEDMAN, 2015; JIAN, 2006; KHOO, 2011; SLANTCHEV, 2014).

Os problemas soviéticos refletiam, também, no campo socialista. A ruptura sino-soviética, ao cindir o campo, enfraqueceu o bloco liderado por Moscou. A Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários que deveria ter acontecido em novembro de 1968 teve que ser adiada, porquanto muitos partidos comunistas se recusaram a participar devido à invasão da Tchecoslováquia. O encontro ocorreu em junho de 1969, mas com a ausência de quatorze partidos, e pelo menos sete partidos criticaram abertamente a iniciativa soviética. Essa seria, efetivamente, a última conferência internacional de partidos socialistas promovida por Moscou (FRIEDMAN, 2015).

¹⁰ Segundo Slantchev (2014), a URSS introduziu quatro novos ICBMs (intercontinental ballistic missiles, ou mísseis balísticos intercontinentais). O SS-18 era sete vezes mais pesado que o Minuteman III (o maior míssil dos EUA) e poderia transportar 8 MIRVs, (*Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle*, ou Míssil de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionada), todos eles com um rendimento maior que os 3 MIRVs do Minuteman III (MISSILE, 2021).

¹¹ Além dos novos ICBMs soviéticos, a Marinha Soviética passou por uma renovação: novos mísseis balísticos lançados de submarino (SLMBs), submarinos, porta-aviões e diversos navios especializados entraram em serviço durante esse período. A URSS produzia, além disso, aviões bombardeiros quase tão avançados quanto os norte-americanos. Houve também aumento do exército para mais de 5 milhões de soldados e a introdução de novas aeronaves, blindados, navios e mísseis de curto alcance, todos de altíssima qualidade (SLANTCHEV, 2014)

É compreensível, pois, que ambos, União Soviética e Estados Unidos, tenham se aproximado durante o início dos anos 1970. As conversações tiveram início em novembro de 1969 (*Strategic Arms Limitation Talks*, SALT 1) e o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (Tratado ABM) de 1972 foi o marco decisivo deste processo. O acordo estabeleceu vulnerabilidades recíprocas entre a União Soviética e os Estados Unidos, que pautaram as suas fragilidades múltiplas¹² em prol do equilíbrio estratégico (SLANTCHEV, 2014). Apesar do equilíbrio ser mutuamente conveniente para os Estados Unidos e para a União Soviética, a China temia o uso da *détente* para prejudicá-la, seja por iniciativa dos soviéticos, seja por iniciativa dos norte-americanos. Como exemplos da insatisfação chinesa no período, pode-se destacar a reação negativa aos Acordos de Helsinque de 1975¹³ uma edição da *Peking Review* criticando fortemente a *détente*.

De tal forma que, quando chegamos no momento da unificação vietnamita, em 1975, desenha-se o seguinte quadro nas relações internacionais. Há a continuidade do que pode se considerar uma divisão entre dois blocos de poder, o socialista e o capitalista, com suas duas grandes potências em paridade estratégica, após um momento de crise, considerando o enfraquecimento do bloco socialista, ante a ruptura sino-soviética, e do bloco capitalista, ante a retirada do Vietnã. O equilíbrio estratégico entre União Soviética e Estados Unidos no início da década de 1970 é constituído de modo que ambos parecem condicionar as suas iniciativas a partir da manutenção de suas vulnerabilidades mútuas. Entre ambos os países, encontra-se a China — cindida com a União Soviética, próxima aos Estados Unidos. Agora uma potência nuclear, a RPC, reforçada por suas capacidades militares aprimoradas, teria condições de assumir uma postura mais assertiva (MARTINS, MAGNO, 2008; LÜTHI, 2008; ROBINSON, 1991). A situação é, portanto, tão interessante quanto potencialmente instável: dois blocos em equilíbrio testemunham a ascensão de um Estado com dimensões

¹² Conforme Slantchev (2014, p.5) (tradução nossa): “Embora os soviéticos tivessem implantado dois desses sistemas ao redor de Leningrado e Moscou, nenhum dos lados tinha sistemas ABM a nível nacional (Nixon estava construindo o Safeguard para proteger os campos de mísseis dos EUA). Embora não seja absoluta (permitiu a permanência dos pequenos sistemas), a proibição do ABM restringiu o crescimento dos pequenos sistemas existentes e proibiu totalmente os sistemas nacionais. Esta era a lógica da dissuasão (*deterrence*). Se a União Soviética não tivesse um sistema ABM, seria mais vulnerável ao ataque dos EUA. Sabendo disto, os soviéticos seriam mais contidos na sua política externa e, portanto, seriam mais fáceis de dissuadir. Da mesma forma, tornar os EUA vulneráveis facilita também a sua dissuasão.”

¹³ Os acordos foram o resultado de uma conferência que reuniu os Estados Unidos, a União Soviética e quase todos os países da Europa. O evento foi visto como um passo significativo para reduzir as tensões da Guerra Fria e como um triunfo diplomático da União Soviética.

continentais, peso demográfico substantivo e capacidades aprimoradas. O que esperar do futuro da *détente* e da Guerra Fria?

Nesse sentido, há poucos acontecimentos tão relevantes para as relações internacionais entre 1975 e 1986 quanto a Terceira Guerra da Indochina (1979-1991). Primeiro, por constituir ponto culminante da ruptura sino-soviética na região do Sudeste Asiático, resultando no aumento do envolvimento de Moscou na região e o seu recuo no fim dos anos 1980, a execução de políticas por parte da China para expelir a influência soviética da região, o que, afinal, conseguiu, e o apoio dos Estados Unidos às iniciativas chinesas. Segundo, por ser concomitante a outros acontecimentos que inauguram a Segunda Guerra Fria (1979-1991), em especial a intervenção soviética no Afeganistão e a participação em outros conflitos, como Angola, Moçambique e Nicarágua — muitos das quais a China mesmo participou, em franca oposição aos soviéticos; além, é claro, da própria pressão estadunidense sobre esses e outros espaços. De modo que o conflito, além de ser o ponto final da *détente*, é parte de uma série de eventos importantes para o redesenho das relações internacionais nos anos 1980.

Cabe aqui atentar à possibilidade de que o conflito foi fator determinante para o sobre-estiramento, no sentido expresso por Kennedy (1989), da União Soviética nos anos 1980, visto que a potência socialista também se viu envolvida outras regiões (e.g. Angola, Etiópia, Moçambique, Nicarágua e Afeganistão) naquele período. Essa situação, ao passo que representava o ápice da projeção militar e geopolítica para Moscou, também viraria um fardo insustentável para a URSS, que colapsou poucos anos depois (VISENTINI, 2021; KISSINGER, 2011). Se considerarmos ela verdadeira, torna-se válida a conclusão de que a iniciativa chinesa no fim dos anos 1970 e anos 1980 — ou pela pressão militar direta nas fronteiras soviéticas, ou pela assistência dada aos insurgentes afegãos, ou por sua intervenção direta no Vietnã, ou por todos esses fatores — colaborou para a progressão da União Soviética na Segunda Guerra Fria e, por isso, foi fator decisivo para o seu colapso. De modo que uma explicação para a Segunda Guerra Fria também teria que passar pelo papel que as iniciativas chinesas tiveram durante o período e, entretanto, pelo papel decisivo que a ruptura sino-soviética assumiu nessas circunstâncias.

A transição da bipolaridade à unipolaridade teria sido, assim, um resultado indireto da ascensão chinesa e de suas iniciativas correlatas, ou, no mínimo, um fator não negligenciável. Pela mesma via explicativa, é possível estender a atribuição causal também para a mudança de postura da União Soviética em meados dos anos 1980, qual

seja, o desengajamento do Terceiro Mundo e a tentativa de reaproximação com a China — o que, enfim, dá fim à ruptura sino-soviética. A resolução seria, antes, o reconhecimento implícito da perda de poder relativo da União Soviética e a sua incapacidade de administrar as pressões diversas sobre o seu sistema durante a segunda metade da década de 1980.

Por enquanto, não nos interessa analisar com mais cuidado essas mudanças, mais importantes para o próximo capítulo. Nos interessa compreender em particular se (ou como) as mudanças entre 1975 e 1985 — ou seja, a transição da *détente* para a Segunda Guerra Fria, sob o prisma do “triângulo estratégico” — condicionaram a política externa do Vietnã no período. Ou seja, direcionar nossa atenção à primeira parte da hipótese, acerca do conflito sino-soviético como condicionante da política externa vietnamita de então. Por outro lado, como indica a segunda parte da hipótese, indicar as iniciativas vietnamitas que procuraram escapar dessas condições, isto é, atuar, sob os limites dessa interação. Espera-se que assim seja possível caracterizar a política externa vietnamita entre 1975 e 1986.

2.2.1.2 A Política Externa do Vietnã ante a Ruptura Sino-Soviética (1963-1975)

Até 1975, com a queda de Saigon, a prioridade do Vietnã se manteve constante: a unificação. Durante o período, as relações com a China e com a União Soviética foram especialmente importantes. Nos anos 1960, Hanói realizou dois movimentos em relação à União Soviética e à China. O primeiro foi a tentativa fracassada de mediar a ruptura sino-soviética e reaproximar ambos os países, dos quais necessitava para a continuidade do empreendimento revolucionário e emancipacionista. O segundo, uma política de equilibrar-se entre ambos para evitar uma situação de dependência de um ou de outro. A ideia se viu frustrada diante do fato de que as necessidades estratégicas e táticas do Vietnã estavam mais alinhadas com o tipo de auxílio que somente os soviéticos poderiam prover. Além disso, a capacidade que Moscou tinha de se contrapor ao Ocidente se tornara fundamental após a escalada do conflito com os Estados Unidos em 1965 (CHENG GUAN, 2004; KHOO, 2011).

O resultado foi a inclinação do Vietnã em direção à União Soviética durante a segunda metade dos anos 1960, ao passo em que Hanói continuava tentando extrair o possível de sua aliança com a China. A RPC, em compensação, atacava a estratégia vietnamita sobretudo por vê-la, compreensivelmente, como uma estratégia que tornaria

o Vietnã mais dependente e próximo dos soviéticos. As divergências relacionadas à Ofensiva do Tet, que inaugura o período de dissonância entre China e Vietnã, oculta, portanto, um conflito sino-soviético subjacente (CHENG GUAN, 2004; KHOO, 2011).

O que se testemunhou a partir de 1968 foi o gradual afastamento da China em relação ao Vietnã, tanto do ponto de vista político quanto do fornecimento de recursos¹⁴. O Vietnã, apesar da aproximação com a União Soviética, ainda desejava certa proximidade com a China por não confiar integralmente nas intenções do parceiro¹⁵ e por ainda necessitar do apoio chinês¹⁶. Contrariamente, a impressão que a China passou a ter é a de que a União Soviética estaria cercando a China utilizando o Vietnã como proxy, conforme apontam os autores Khoo (2011), Ray (1983), Jian (2006), Cheng Guan (2004), dentre outros. Essa impressão se acentuou após a assinatura dos Acordos de Paris, no dia 27 de janeiro de 1973. A essa altura, a União Soviética e a China já se viam como inimigos declarados.

A aproximação entre China e Estados Unidos, paralela a esses acontecimentos, provocou reações negativas no Vietnã. Para os vietnamitas, o que a China fez foi “jogar um colete salva-vidas para Nixon, que estava quase afogado” (GUO MING apud JIAN, 2006, p. 53). Para não passar a imagem de que estava abandonado a linha revolucionária internacional, a China reiterou numerosas vezes seu apoio à luta na Indochina e ofereceu apoio material aos vietnamitas no início dos anos 1970¹⁷ (KHOO, 2011). Na verdade, a política chinesa estava cada vez mais preocupada com a criação das condições para a retirada dos Estados Unidos da região e o sucesso das conversações em Paris, as quais a China havia passado a apoiar (JIAN, 2006).

¹⁴ Na primeira metade de 1969, a RPC proveu à RDV apenas pouco mais de 30% do que havia prometido; a ajuda militar diminuiu pela metade em relação ao ano anterior; e em 7 de julho de 1970, todas as tropas chinesas instaladas no Vietnã retornaram à China (CHENG GUAN, 2004; KHOO, 2011).

¹⁵ Uma expressão da relutância vietnamita em se associar plenamente à União Soviética está na recusa de um sistema de segurança coletiva asiático, proposto por Brejnev, em junho de 1969. Também é possível encontrar evidências da desconfiança do Vietnã em relação à União Soviética durante as conversações sino-vietnamitas no período em questão (WESTAD et al, 1998).

¹⁶ Em uma conversa entre Pham Van Dong (primeiro-ministro da RDV), Nguyễn Văn Linh (então secretário-geral do Vietcong) e Mao Zedong, o primeiro afirma que “É verdade que nós dependemos das armas chinesas”, ao que Văn Linh secunda, “Nós confiamos na força de nosso povo, mas sem armas chinesas, será mais difícil.” (tradução nossa) (WESTAD et al, 1998, p. 146).

¹⁷ Em 1971 houve um aumento do auxílio chinês, o que facilitou a Ofensiva de Páscoa, em 1972; além do oferecimento de apoio militar ao Vietnã durante o Linebacker II. Conforme Khoo (2011), a sensação de traição por parte do Vietnã foi utilizada como uma alavanca para conseguir mais apoio tanto da China quanto da União Soviética, especialmente em 1972 e 1973. Para o autor, o argumento também será útil para a mobilização durante a Guerra Sino-Vietnamita de 1979.

Em 1975, a luta pela unificação do Vietnã deu lugar à consolidação do novo país. Aqui, aparecem as três prioridades elencadas: a reconstrução, o contraste econômico entre o Norte e o Sul e o problema securitário. As duas primeiras prioridades já foram, em parte, discutidas e, não obstante seu caráter de questão interna, se articulam com a política externa porque condicionam, pelo menos em alguma medida, a pertinência de algumas de suas iniciativas. Se explica a partir disso a importância do auxílio externo para alguns dos movimentos da política externa vietnamita durante o período, em especial as relações com a União Soviética e os Estados Unidos.

Por sua vez, a prioridade securitária pode ser decomposta da seguinte forma: o equacionamento das relações com a União Soviética e com a China; a solução para os problemas com os países indochineses, especialmente o Khmer Vermelho no Camboja; a busca pelo reconhecimento internacional; a normalização das relações com os Estados Unidos; a normalização da relação com os vizinhos do Sudeste Asiático. Deixaremos o último item para a próxima seção por seu caráter regional e por prescindir de considerações que extrapolam esse âmbito. As relações com a União Soviética e com a China, como é possível notar, estão intimamente associadas e exigem, no período, a inserção do Camboja na discussão. Enquanto a busca pelo reconhecimento internacional está acoplada à normalização das relações com os Estados Unidos. Por isso, convém tratar essas questões em conjunto.

2.2.1.3 As Relações com a União Soviética e com a China: o Caminho para a Terceira Guerra da Indochina (1975-1979)

O período que se estende de 1975 a 1986, nas relações com a China, com a União Soviética e com o Camboja, pode ser dividido em três: primeiro, a deterioração gradual das relações sino-vietnamitas, mediada pela ruptura sino-soviética (1975-1979); segundo, a intervenção vietnamita no Kampuchea e a guerra sino-vietnamita (1978-1979); terceiro, a ocupação do Camboja, a situação de dependência externa do Vietnã da União Soviética e o isolamento do Vietnã capitaneado pela China (1979-1986). Os três períodos representam três momentos de três relações do Vietnã: deterioração, guerra e ruptura, no caso da China; associação, consolidação da dependência e dependência, no caso da União Soviética; tensão, guerra e ocupação, no caso do Camboja.

Quando em 1975 o Vietnã finalmente conseguiu tomar Saigon e caminhar para a unificação, se viu em uma situação substancialmente distinta em relação à década anterior. A China havia passado a ver o Vietnã como um possível *proxy*, associado à União Soviética, então, sua principal preocupação securitária. Por sua vez, a União Soviética havia incrementado a sua ajuda ao Vietnã, que carecia desses ativos econômicos e militares — mas o incremento contribuía tanto para a situação de dependência de Hanói em relação a Moscou quanto para as desconfianças chinesas em relação ao vizinho. De forma que a unificação, ao mesmo tempo em que confirmava o status regional fortalecido do Vietnã, também clamava pelo seu desafio. É sob esse quadro que se desenham as relações entre o Vietnã e a União Soviética e entre o Vietnã e a China entre 1975 e 1986, bem como os acontecimentos na Indochina durante o período (KHOO, 2011; RAY, 1983).

A estratégia ofensiva e a unificação definitiva foram apoiadas militarmente e politicamente pela União Soviética (HUYNH, 2006; KHOO, 2011; VISENTINI, 2007). Ainda em 1975, a União Soviética cancelou a dívida de Hanói, avaliada em 450 milhões de dólares; em 1976, firmou-se um compromisso de assistência no Plano Quinquenal 1976-1981; por último, em junho de 1978, o Vietnã foi admitido no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) (RAY, 1983; KHOO, 2011). Durante o período, houve também o aumento da assistência militar¹⁸. Como uma das contrapartidas, a União Soviética manifestou interesse no acesso à Baía de Cam Ranh, no Golfo de Tonkin, e na possibilidade de uma aliança militar — manifestações rejeitadas pelo Vietnã nesse momento (RAY, 1983; KHOO, 2011).

A partir de 1974-75, ante a crescente aproximação entre Vietnã e União Soviética e a percepção correta de que o Vietnã caminhava para a unificação definitiva, a China passou a adotar uma estratégia de balanceamento em relação ao vizinho. A primeira ação da RPC foi direta: a ocupação das Ilhas Paracel no Mar do Sul da China em 1974, como forma de pressionar o Vietnã. A segunda foi o início do apoio ao Khmer Vermelho, no Camboja, para se contrapor ao Vietnã. Com os vietnamitas fora do país indochinês e os soviéticos rechaçados, o vácuo foi preenchido pelos chineses, que aumentaram a sua assistência técnica, econômica e militar ao recém fundado Kampuchea Democrático (KHOO, 2011; RAY, 1983).

¹⁸ Khoo (2011) traz mais dados mostrando o aumento do auxílio militar e econômico soviético durante o período.

Em 1975, as relações entre China e Vietnã estavam inegavelmente arrefecidas, mas ainda não era possível falar em uma ruptura. Sem nenhuma surpresa, os rachas se demonstravam especialmente nas questões relativas às relações entre Hanói e Moscou. Durante a visita de Le Duan à Beijing, em agosto de 1975, houve complicações para chegar a acordos de cooperação econômica. A afirmação de Le Duan de que o Vietnã desejava manter relações tanto com a URSS quanto com a RPC, sobretudo, incomodou os chineses (RAY, 1983; KHOO, 2011).

Para a política externa do Vietnã, o que se percebe no período é uma tentativa de ainda equilibrar-se entre os dois parceiros em prol da aquisição de recursos para os esforços de reconstrução após o fim da guerra. A posição do Vietnã em relação à União Soviética realmente era inicialmente ambígua: ao mesmo tempo, extrair da parceria os benefícios possíveis e evitar em uma condição de dependência em relação ao parceiro — o que pode ser verificado em outras iniciativas do período, como veremos mais adiante. A adoção de uma linha mais associada à União Soviética, depois do Quarto Congresso, se associou à priorização da consolidação da unificação vietnamita e dos esforços de reconstrução do país. A questão da assistência soviética, ante os imperativos da reconstrução e da consolidação da unificação, figurava como necessidade, mais do que uma escolha. De modo que é compreensível que a política externa vietnamita tenha tentado manter uma relação próxima a Moscou logo após a unificação, apesar das consequências potencialmente danosas à relação com a China. Igualmente, é compreensível que o Vietnã tenha tentado o possível para resolver as suas pendências com a China e continuar absorvendo recursos do vizinho socialista.

O que ocorreu, todavia, é que a partir de 1975 as relações entre Vietnã, China e União Soviética entram em um ciclo vicioso: o Vietnã, associado à URSS por necessidade, desperta a insegurança da China; a China, como resposta, pressiona o Vietnã pelo Kampuchea Democrático; o Vietnã se vê na incômoda condição de se aproximar ainda mais da União Soviética. A ruptura sino-soviética, tornada rivalidade, assim, impele a aproximação entre Hanói e Moscou e ajuda a explicar o crescente alinhamento, em que pesem as reticências vietnamitas.

A piora do conflito sino-soviético entre 1976 e 1978¹⁹ acentuou as impressões negativas da China em relação ao Vietnã unificado. Em junho de 1977, uma visita de

¹⁹ Alguns fatos podem ajudar a ilustrar o ponto. Primeiramente, a rejeição da parabenização oficial de Brezhnev à Hua Guofeng pela indicação como novo chairman do PCCh sob a justificativa da inexistência de laços entre os partidos; segundo, o impasse nas negociações fronteiriças entre dezembro de 1976 e

Pham Van Dong em Beijing, apesar de um tom amigável, revelou discordâncias em numerosas instâncias, dentre elas algumas declarações anti-chinesas por parte do Vietnã, questões lindeiras e o tratamento de chineses étnicos. A partir do mesmo mês, a China decidiu não mais fornecer auxílios econômicos ao vizinho (NGUYEN, 2006; KHOO, 2011).

Entre 1975 e 1977, quando as escaramuças fronteiriças do Kampuchea Democrático com o Vietnã começaram a escalar, a China manteve uma posição de indecisão em suas relações com Phnom Penh. Por um lado, por apoiar o Kampuchea; por outro, para evitar empurrar Hanói ainda mais em direção a Moscou. Há indícios de que a China, de fato, não queria que a situação derivasse para um conflito militar. As solicitações realizadas pelo Vietnã para que a China mediasse a situação, entretanto, foram recusadas. Em outubro de 1977, o Vietnã empreendeu uma ofensiva contra o Kampuchea, culminando com um recuo planejado e a solicitação de uma trégua supervisionada internacionalmente. Apesar dos avanços do Vietnã, o Kampuchea se recusou a negociar e continuou a atacar o país. Nesse contexto, o Vietnã responsabilizou a China pela deterioração da situação na Indochina (KHOO, 2011, RAY, 1983).

A visita de Chen Yonggui, o vice-primeiro-ministro chinês, ao Camboja em dezembro de 1977 confirmou definitivamente o enviesamento chinês para o lado do Khmer Vermelho na questão fronteiriça, destacando-se o discurso de Chen acerca da defesa histórica contra o inimigo (o Vietnã) e a afirmação de que o Kampuchea e a China seriam camaradas “para sempre”. Em dezembro, o Kampuchea acusou o Vietnã de agressão e afirmou que o vizinho desejava anexar o país em uma “federação indochinesa” sob o controle vietnamita. No mesmo mês, o Vietnã realizou outro ataque ao Camboja, que efetivamente rompeu as relações diplomáticas com o país vizinho (KHOO, 2011; RAY, 1983).

Os anos de 1978 e 1979 testemunharam o colapso definitivo das relações sino-vietnamitas e vietnamitas-cambojanas. Em janeiro e fevereiro de 1978, o vice-ministro das relações exteriores vietnamita Phan Hien visitou a China para discussões sobre a questão do Kampuchea. Simultaneamente, Deng Xiaoping visitou o Camboja para

fevereiro de 1977; terceiro as críticas de Hua Guofeng no XI Comitê Central do PCCh, reiterando a ameaça soviética e a culpa da URSS pela deterioração nas relações bilaterais; quarto, a publicação de um comentário estendido sobre a Teoria dos Três Mundos intensificando as críticas à União Soviética, em novembro de 1977; por último, a rejeição da China, em 1978, de uma proposição de um encontro e da reconstrução das relações bilaterais entre ambos os países (KHOO, 2011)

conversações e apoio a posição do Kampuchea em relação ao Vietnã²⁰. Segundo Ray (1983), a partir de então, a China começou a enviar equipamento militar e recursos humanos para o Kampuchea. Hua Guofeng — Secretário Geral do PCCh desde a morte de Mao, em 1976 — acusou a União Soviética de tentar usar o Vietnã como uma base para a expansão soviética no Sudeste Asiático e reiterou as acusações contrárias ao “hegemonismo vietnamita”. A posição do Vietnã, ante as acusações, foi reiterar que o seu objetivo era fomentar a solidariedade militante e a cooperação na região: a noção de formar uma “federação indochinesa” estaria fora de questão (KHOO, 2011).

Durante o ano, o Vietnã anunciou a nacionalização de todas as empresas, o que resultou na retirada de empresas de propriedade privada no Sul, em sua maioria de chineses, o que levou à migração massiva da população. O ocorrido ficou conhecido como a crise dos Hoa²¹ ou a crise dos *boat people*, posto o fato de que muitos desses migrantes saíam do país em embarcações precárias. A situação deteriorou ainda mais as relações sino-vietnamitas (KHOO, 2011; VISENTINI, 2007).

Paralelamente, a União Soviética parecia estar agindo em oposição ou provocação à China. Em abril, lideranças pró-soviéticas assumiram o controle do Afeganistão, o que foi interpretado como mais um passo na tentativa soviética de cercar a RPC. Em maio, militares soviéticos penetraram em território chinês, sob o pretexto de estar perseguindo um cidadão soviético. No mesmo mês, as forças soviéticas realizaram exercícios militares no Mar do Sul da China. Ainda em julho, Deng Xiaoping afirmou que “o Vietnã está se virando para o lado da União Soviética, que é a inimiga da China”. Em 16 de junho, a China anunciou o fechamento de seu consulado em Ho Chi Minh e outras cidades vietnamitas. Em julho, Beijing paralisou todo o seu auxílio a Hanói e os diálogos sino-vietnamitas acerca das questões fronteiriças chegaram a um impasse (KHOO, 2011).

No fim de 1978, já estava claro para o Vietnã e para a União Soviética que a China estava se associando ao Kampuchea para, segundo suas interpretações, minar a segurança do Vietnã. Além dos ataques realizados ao longo do ano, responsáveis pela morte de milhares de civis, mais de 160 mil cambojanos haviam se refugiado no país (KHOO, 2011; RAY, 1983). Em novembro de 1978, ambos assinam o Tratado Soviético-Vietnamita de Cooperação e Amizade, com duração de 25 anos, como o

²⁰ Segundo Ray (1983), o intercâmbio da China entre o Vietnã e o Camboja tinha como objetivo apoiar ativamente o Camboja; para Khoo (2011), representava uma tentativa chinesa de mediar a questão.

²¹ Vietnamitas de raiz étnica chinesa parcial ou completa, também conhecidos como sino-vietnamitas.

objetivo de servir de anteparo à China na iminência de um conflito Vietnã-Kampuchea²². No mesmo mês, a China procurou o apoio da ASEAN contra o recém consolidado eixo Moscou-Hanói e a aquiescência a uma política de contenção ao Vietnã na região (KHOO, 2011).

É necessário considerar aqui a questão da intencionalidade do Vietnã em estabelecer uma “federação indochinesa”. Ecoando o que diziam as lideranças vietnamitas do período, autores como Văn Lợi (2006) e Quinn-Judge (2006) apontam que o Vietnã não desejava estabelecer algo como uma “federação indochinesa”, embora autores como Khoo (2011) e Ray (1983) indiquem essa intenção nas prefigurações vietnamitas. Conforme argumenta Văn Lợi (2006), apesar da constante interpretação da luta anticolonial como um esforço coletivo, a partir da dissolução do Partido Comunista Indochinês em 1951, o Vietnã sempre procurou se afastar de quaisquer declarações em favor de uma federação. Havia, sim, um relativo consenso que a luta pelo Vietnã passava por toda a Indochina, pelo menos em uma perspectiva operacional, mas a independência entre os três foi continuamente reiterada²³. O que parece defensável, em relação às evidências disponíveis, é que o Vietnã recém unificado desejava pelo menos um entorno estável e evitar, na medida do possível, confrontos com os vizinhos, o que se traduz também em outras iniciativas, exploradas mais adiante no capítulo. A decisão por invadir, nesse sentido, não representaria de imediato uma aposta pelo expansionismo, mas uma reação proporcional e limitada diante da deterioração da situação securitária com o Kampuchea Democrático. Afirmar isso não implica, de modo oculto, pelos limites da evidência, que os líderes vietnamitas não tenham ponderado a questão, especialmente porque há de ser evitado certo grau de ingenuidade em relação às intenções declaradas e as intenções verdadeiras do Vietnã. É bem possível que o Vietnã realmente desejasse uma Indochina unificada e que, dada a proximidade com o Laos, o Kampuchea fosse o obstáculo definitivo a ser galgado para o caminho em direção a uma Indochina dominada pelo Vietnã. Na perspectiva deste trabalho, é possível assumir que seria, pelo menos, bastante conveniente. Compreende-se também

²² O tratado era bastante discreto em termos de cooperação militar e foi formulado de uma maneira que permitisse à União Soviética evitar o envolvimento imediato e incondicional ao lado do Vietnã em um eventual conflito (RAY, 1983; GELMAN, 1983).

²³ Os exemplos são abundantes, mas cabe destacar alguns: a Convenção de Genebra de 1954; os Acordos de Genebra de 1962; a Conferência da Indochina de 1965; o reconhecimento das fronteiras com o Camboja em 1967; a declaração conjunta depois da Conferência da Indochina, em 1970; a visita de Sihanouk ao Vietnã, em 1972; uma Declaração Conjunta com o Laos em 1973; os Acordos de Paris de 1973 (VĂN LỢI, 2006).

a partir disso o desenho de um dilema securitário na região, que se traduz nos acontecimentos do período.

À parte de quaisquer avaliações sobre a intencionalidade da formação de uma “federação indochinesa”, é imperativo realizar um exercício reflexivo, para que se compreenda o porquê de a chance da unificação da região ser interpretada com maus olhos pelos vizinhos, sobretudo a China. A questão do impacto de um Estado unificado de dimensões territoriais consideráveis para uma região é lógica e precede o problema específico: o exemplo europeu atesta, antes mesmo de qualquer materialidade que possa assumir o caso indochinês. Por isso, é preciso indicar as suas particularidades.

Nos atentemos, primeiro, a um aspecto pouco discutido acerca da possibilidade de uma federação indochinesa, a fluvial: o fato de que o Rio Mekong, se submetido a uma única soberania, perderia o seu status de rio internacional, incluindo aí as benesses derivadas desse status para os países da região, especialmente a China, a Tailândia e o Myanmar. Soma-se a isso o fato de que a Indochina constitui a projeção terrestre da zona marítima e permite, por sua localização, o acesso ao estreito de Malaca e linhas de comunicação marítimas e recursos importantes. De fato, não é temerário considerar o Mar do Sul da China como uma causalidade oculta dos conflitos da Indochina, em progressão lógica que se estende até pelo menos a ocupação japonesa da região na Segunda Guerra Mundial²⁴. Há de se considerar também, sob esse quadro, extensão do mar territorial para o golfo da Tailândia, o que diminuiria o espaço de projeção marítima dos países do golfo (espaço cuja delimitação, aliás, ainda é ainda disputada nas relações Camboja-Tailândia) e o aumento do poder vietnamita pela expansão das capacidades navais em um mar territorial ampliado²⁵.

Explica-se, a partir disso, a grande preocupação dos países da região com a formação de uma “federação indochinesa”, em especial para a China. Conforme Kissinger (2011), para a China, a consolidação do poder vietnamita na Indochina respaldado pelos soviéticos seria um passo crucial na mobilização estratégica mundial da União Soviética — noção que é compartilhada, em parte, também com Brzezinski (1986). Pela interpretação chinesa, se consolidasse sua posição nessas áreas, Moscou

²⁴ Devo parte substantiva das ponderações desse parágrafo, bem como a muitas das considerações mais importantes sobre o impacto estratégico da Guerra Sino-Vietnamita, ao professor José Miguel Quedi Martins, na cadeira de Relações Internacionais da Ásia (2023/1), ministrada na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, do qual fui estagiário docente.

²⁵ Compreende-se, em parte, a partir disso, que a principal oposição dentro da ASEAN tenha vindo da Tailândia, como veremos adiante.

iria controlar recursos energéticos vitais e seria capaz de bloquear vias marítimas importantes, o que daria a União Soviética iniciativa estratégica em qualquer conflito posterior. Ou seja, o objetivo da China era preservar o equilíbrio estratégico na Ásia, do modo como a China o via (KISSINGER, 2011). Estava pronto o cenário para a invasão do Kampuchea, a Guerra Sino-Vietnamita e — como prolongamento de ambas — a Terceira Guerra da Indochina.

2.2.1.4 As Relações com a União Soviética e com a China: a Intervenção no Kampuchea Democrático e a Guerra Sino-Vietnamita (1978-1979)

É possível afirmar que no fim de 1978 todos os elementos responsáveis pelo início e continuidade da Terceira Guerra da Indochina já estavam dispostos e preparados para encontrar expressão nos acontecimentos. Na perspectiva das relações entre os países indochineses, o Kampuchea, convencido das intenções expansionistas do Vietnã, havia se negado a negociar em prol de uma solução diplomática para a questão. O Vietnã, por sua vez, malgrado suas tentativas de avançar em negociações diretas com o Camboja, viu-se diante de uma ameaça à sua segurança. Impelido por tais considerações, inclinou-se à garantia da União Soviética. A invasão do Kampuchea se tornara um imperativo para o Vietnã diante de suas necessidades de segurança, a despeito dos (ou em consideração aos) muitos outros problemas internos pelos quais o país recém unificado estava passando. A aliança com a União Soviética, nesse contexto, se fazia necessária para a proteção posterior diante das ameaças da China.

A invasão do Kampuchea pelo Vietnã ocorreu entre dezembro de 1978 e janeiro de 1979. No dia 7 de janeiro, os vietnamitas já haviam chegado à Phnom Penh e derrotado as forças do Khmer Vermelho, que se espalharam pelo Camboja e fugiram em direção à Tailândia. Pouco depois, os vietnamitas subiram para o noroeste e capturaram Sisophon, tomando a principal rota de suprimentos em direção à Tailândia. De janeiro a março o Vietnã consolidou o seu poder e passou a se defender contra ataques do Khmer Vermelho (KHOO, 2011; QUINN-JUDGE, 2006; RAY, 1983).

A ofensiva vietnamita foi respondida com declarações de apoio da China ao Kampuchea e declarações chinesas de que o Vietnã estaria violando fronteiras terrestres e marítimas (as Ilhas Spratly e parte do Golfo de Tonkin). A China também afirmou que a ação militar no Camboja se tratava de um complô soviético integrado à estratégia de Moscou para a aquisição da hegemonia global. Logo após a invasão, em fevereiro

de 1979, o presidente Deng Xiaoping visitou os Estados Unidos e informou ao presidente Carter que o Vietnã pagaria o preço por suas ações. Segundo Deng, era necessário ensinar ao Vietnã “uma lição” limitada apropriada por causa de suas ambições. Imediatamente depois do retorno de Deng, a China empreendeu a guerra contra o Vietnã²⁶ (KHOO, 2011; MÉNETREY-MONCHAU, 2006).

A Guerra Sino-Vietnamita se estendeu do dia 17 de fevereiro ao dia 16 de março de 1979. A China concentrou nas províncias uma estimativa de 300 mil soldados, além de tanques, aviões e artilharia, e invadiu o país com um efetivo entre 100 mil e 170 mil soldados. Beijing lançou, então, uma proposta de paz, rejeitada por Hanói, que acusou a China de participar de um complô com os Estados Unidos para realizar suas ambições expansionistas e hegemônicas na região (RAY, 1983).

Conforme Ray (1983), o principal problema da China era como invadir sem suscitar uma reação soviética. Para isso, a China tentou empreender uma ofensiva limitada e curta. A URSS também estava envolvida nas negociações do SALT II com os EUA, que estavam em seu estágio final, e uma ofensiva soviética para proteger o Vietnã prejudicaria o processo. Ademais, a visita a Carter dera a impressão de que os Estados Unidos estariam apoiando as ações chinesas. A ambiguidade estadunidense provocou a inquietude soviética, que acusou os Estados Unidos de apoiarem a invasão chinesa, mas Moscou recuou em prol da continuidade às negociações do SALT II com Carter. A União Soviética esvaziou as suas fronteiras e foi colocada em alerta máximo e, apesar de afirmar que se manteria longe do conflito, enviou navios e armas para Hanói – mas não empreendeu a resposta esperada pelo parceiro. É nesse momento que a União Soviética passa a fazer uso da Base de Cam Ranh e aumentar a sua presença naval no Mar do Sul da China, que perdurará pelo menos até o fim dos anos 1980 — em 1984, era a maior base soviética fora do Pacto de Varsóvia (RAY, 1983; BERNSTEIN; GIGOT, 1986; STOREY, CARLYLE, 2001).

O Vietnã tinha superioridade militar qualitativa em relação à China. Além de estarem mais bem equipadas e treinadas, as tropas vietnamitas tinham sido testadas em batalha por décadas de luta. Ademais, o Vietnã contava com um sistema de defesa aérea superfície-ar considerado mais do que suficiente para se contrapor aos aviões chineses. A partir de certo ponto, o avanço chinês tornou-se praticamente impossível sem perdas substanciais. A China anunciou a retirada dia 5 de março de 1979, depois de

²⁶ Ray (1983) indica que havia algumas provocações fronteiriças desde o início de dezembro.

aproximadamente 50 mil baixas. O Vietnã havia perdido aproximadamente 10 mil soldados (RAY, 1983).

Depois da retirada, a China afirmou que o ataque foi um “completo sucesso” e reiterou suas acusações contra o Vietnã criticando a sua presença no Kampuchea. Apesar de ser possível argumentar que a China, afinal, não ensinou nenhuma “lição” ao Vietnã, é possível argumentar também que a ela atingiu seus principais objetivos: enfraquecer o Vietnã, minar suas pretensões à hegemonia na Indochina, pela visão chinesa, e encaminhar seu isolamento na região do Sudeste Asiático por mais de uma década (KHOO, 2011; RAY, 1983; QUINN-JUDGE, 2006). Para Kissinger (2011), a China conquistou esse objetivo em parte com sua ousadia militar, em parte atraindo os Estados Unidos para uma proximidade de cooperação sem precedentes. O Vietnã, por outro lado, exaltou a sua vitória contra a China e ressaltou que outros atos de guerra não seriam tolerados. O país também acusou a China de ter cometido crimes de guerra e destruído as suas fronteiras. Apesar disso, o Vietnã teve que lidar com uma década de isolamento internacional e administrar seu envolvimento na guerra civil do Kampuchea (KHOO, 2011; RAY, 1983; QUINN-JUDGE, 2006).

2.2.1.5 As Relações com a União Soviética e com a China: do Isolamento à Revisão das Relações (1979-1986)

Os anos de 1979 até 1991 representam o isolamento quase completo do Vietnã. Apesar do país ter libertado o Camboja, a recém fundada República Popular do Kampuchea (RPK) surgia isolada do Ocidente e da ASEAN e era eminentemente dependente do Vietnã. Os projetos de construção da RPK eram coordenados pelo exército vietnamita e pelo Ministério do Interior, supervisionados pelo politburo do PCV. O Vietnã auxiliou substancialmente na reconstrução do Camboja nas mais diferentes esferas da sociedade, devastada pelo Khmer Vermelho. A economia foi revitalizada, o comércio foi reavivado e a integração econômica avançou de forma considerável, apesar dos desafios enfrentados durante o período (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỖI, 2006).

A aliança com a União Soviética foi reforçada pelo fato de que o Vietnã passava por graves problemas econômicos internos desde 1978. A escassez de alimentos foi um problema constante nos anos 1980, sendo sujeito a várias iniciativas por parte do governo vietnamita. A partir de 1985, o problema foi acompanhado pela hiperinflação.

O fracasso das iniciativas econômicas nos anos 1980, incluindo a coletivização e o fim do comércio privado, além da continuidade do embargo estadunidense, contribuiu para criar o substrato para o *Đôi Moi'*, conforme abordaremos no próximo capítulo (VU TUNG, 2006; QUINN-JUDGE, 2006). Colaborava também para a aliança o fato de que as políticas dos Estados Unidos, China e da ASEAN, ao não rejeitar a legitimidade do Khmer Vermelho e manter seu reconhecimento internacional²⁷ criaram uma situação difícil para a retirada do Vietnã da RPK (QUINN-JUDGE, 2006).

Ao mesmo tempo, a China continuava a auxiliar o Khmer Vermelho através de armamentos e apoio internacional²⁸. Segundo Vãn Lợi (2006), entre 1979 e 1982 a China se negou a negociar, justificando-se afirmando que as condições ainda não eram suficientemente maduras²⁹. A situação na fronteira sino-vietnamita era permanentemente tensa, impedindo a continuação normal das atividades produtivas, além de perdas materiais e humanas. A guerra de sabotagem durou aproximadamente seis anos.

Ainda em 1981, iniciam-se negociações sino-soviéticas, abrindo caminho para as potências discutirem o problema cambojano. A China lançou uma proposta de cinco pontos, solicitando que o Vietnã retirasse as tropas para assim poder negociar o restabelecimento de relações diplomáticas com o país. Segundo Vãn Lợi (2006), a China tinha a intenção de usar a URSS para pressionar o Vietnã e usar o problema cambojano para melhorar as relações sino-soviéticas (KHOO, 2011; VÃN LỢI, 2006).

Em 1982, Brezhnev realizou um discurso conciliatório em Tashkent em prol da melhora das relações sino-soviéticas. A China respondeu à União Soviética realçando três obstáculos para a melhora das relações entre os dois países: a retirada das forças do Afeganistão; a retirada das tropas vietnamitas do Camboja; e a redução das tropas na fronteira sino-soviética (KHOO, 2011; VÃN LỢI, 2006). A política soviética ainda não se via disposta a oferecer concessões à China em relação aos três obstáculos, mesmo

²⁷ Não apenas alguns países socialistas haviam passado a reconhecer a RPK, como alguns outros países do Ocidente estavam deixando de apoiar o Khmer Vermelho. A título de exemplo, conforme Vãn Lợi (2006), em 1981 a Grã-Bretanha e a Austrália deixaram de reconhecer o governo de Pol Pot como legítimo.

²⁸ Em 1984, durante um encontro ministerial da ASEAN, discutiu-se a possibilidade de retirar alguns dos membros mais eminentes do Khmer Vermelho da composição do GCKD. A China reagiu ameaçando cortar o auxílio, afirmando seu apoio ao Khmer Vermelho contra os agressores vietnamitas (KHOO, 2011).

²⁹ Pode-se supor que a China não desejava a continuidade das negociações porque queria esperar pelo Khmer Vermelho ganhar certa posição no Camboja, desejando enfraquecer o Vietnã grandemente tendo que lutar tanto no Norte quanto no Sudoeste, isolado diplomaticamente, piorando as condições políticas, econômicas e sociais enfrentadas por Hanói.

depois da morte de Brezhnev, em novembro de 1982, e a ascensão de Yuri Andropov. O sucessor de Andropov, Konstantin Chernenko (1984), manteve uma política defensiva em relação à China — inclusive aumentando o número de divisões na fronteira sino-soviética de quarenta e seis para cinquenta e três (KHOO, 2011).

Hanói desaprovava os esforços soviéticos para normalizar as relações com a China, enquanto Moscou se ressentia cada vez mais do que considerava ser o desperdício da ajuda soviética por parte de Hanói. Mesmo assim, ambos os países continuaram próximos durante os anos 1980. Associa-se a noção, por parte do Vietnã — manifestada, a título de exemplo, por Le Duan, em 1982 — de que o Vietnã seria um “elo fraco da corrente” e, no momento, sujeito às intempéries dos países imperialistas. Não havia sobrevivência possível para o Vietnã de então sem o apoio da União Soviética. Daí, a necessidade da manutenção da cooperação entre ambos (VU TUNG, 2006).

Apesar dos muitos desafios, o Vietnã nunca passou por qualquer perigo de perder o controle sobre o Camboja. As forças vietnamitas que se retiravam do país foram gradualmente substituídas por um exército cambojano regular treinado com a ajuda da União Soviética. A ofensiva na estação seca de 1984-1985, que levou à tomada da base do Khmer Vermelho de Phnom Malai, foi um ponto de virada importante para o esforço vietnamita para expulsar o Khmer Vermelho e assumir o controle de regiões pertencentes ao Governo de Coalizão do Kampuchea Democrático (GCDK), que havia substituído o Kampuchea Democrático como governo *de jure* em 1982. Desse modo, criou-se uma oportunidade para procurar uma solução negociada para o Camboja ao lado da coalizão não-comunista congregada no GCKD. Até então, todas as aproximações entre Vietnã e ASEAN tinham sido infrutíferas, obstaculizadas pela China e pelos Estados (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỢI, 2006). Como veremos no próximo capítulo, o fator determinante para a mudança na postura vietnamita foi a troca de liderança na União Soviética e suas consequências para a política externa de Moscou. Conjugada com os graves problemas econômicos internos, essa troca implicará em mudanças fundamentais na política econômica e na política externa vietnamita.

2.2.1.6 As Relações com os Estados Unidos: A Tentativa de Normalização, o Ingresso nas Nações Unidas e a Aliança Sino-Americana (1975-1986)

Já abordada a ruptura sino-soviética e as respostas da política externa vietnamita, convém nos direcionarmos às relações entre o Vietnã e os Estados Unidos durante o período, em prol, primeiro, de aprimorar a nossa visão acerca da política externa vietnamita; segundo, oferecer elementos que nos permitam compreender o papel dos Estados Unidos naquele contexto; por último, servir como contraprova à noção de que a política externa vietnamita foi condicionada pela ruptura sino-soviética, inclusive no que diz respeito às relações com os Estados Unidos. É possível dividir essa relação em dois períodos: no primeiro, há uma tentativa de aproximação entre ambos; no segundo, a partir de 1979, os Estados Unidos participam do isolamento internacional do Vietnã capitaneado pela China.

No período imediatamente posterior à unificação, entre 1975 e 1976, a reconciliação parecia distante. Ainda em maio de 1975, um mês antes da queda de Saigon, o Departamento do Tesouro congelou todos os ativos sul-vietnamitas nos EUA, incluindo bens imobiliários e ativos privados e não bancários. Logo em seguida, impôs um embargo comercial aos Estados vietnamitas (o Vietnã ainda não havia se unificado) e ao Camboja e rompeu os laços econômicos com a Indochina. A ruptura e o embargo duraram mais de vinte anos³⁰ (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

A unificação passou por cima das disposições dos acordos de Paris de 1973, mas isso não significava, especialmente para o Vietnã, a rejeição integral do dispositivo, tampouco uma recusa a manter relações com os Estados Unidos. O que aconteceu foi que a partir de 1975, o Vietnã passou a acoplar o artigo 8b dos acordos, referente à cessão de informações sobre civis e militares desaparecidos em combate (*missing in action*, MIA) para auxiliar em sua localização e repatriação, ao artigo 21, que afirmava que os EUA contribuiriam para o esforço de reconstrução do Vietnã e da Indochina. A questão dos MIAs passou pelas gestões tanto de Ford quanto de Carter, sempre integrada à demanda vietnamita por auxílio para a reconstrução. Os três anos seguintes foram marcados por essa tentativa de aproximação repleta de idas e vindas (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Havia um impasse. O Vietnã buscava a normalização das relações com os Estados Unidos, mas sob a condição de recepção do auxílio; enquanto os Estados Unidos rejeitavam a proposição, afirmando a obsolescência dos acordos de Paris e as

³⁰ Além disso, a administração Ford se recusou a cooperar em um programa mundial de assistência das Nações Unidas ao Vietnã no valor de US\$100 milhões, resultando em um valor bastante inferior ao prometido, e estabeleceu uma série de restrições técnicas, médicas e materiais ao Vietnã.

conversações anteriores acerca da ajuda econômica, embora gradualmente se formasse uma percepção de que a normalização seria conveniente. Os EUA, ao mesmo tempo em que não demandavam pré-condições para a normalização, insinuavam que apenas uma contabilização satisfatória dos MIAs e o abandono do pedido de ajuda vietnamita poderia levar a um avanço (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Ainda em julho de 1975, o Sul e o Norte do Vietnã submeteram suas aplicações para se tornarem membros das Nações Unidas como dois Estados independentes, mas as aplicações foram rejeitadas³¹. No segundo semestre de 1976, quando os vietnamitas renovaram o seu pedido de adesão à ONU — desta vez como um Estado reunificado —, Washington anunciou que vetaria mais uma vez a admissão, devido ao fato de Hanói não ter cumprido os padrões da Carta da ONU por motivos humanitários e relativos à paz, o que levou a um novo veto, em novembro³² (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Em 1977, contudo, se desenhava a normalização das relações Vietnã-Estados Unidos sob diálogos iniciados em maio, em Paris. Apesar dos avanços, a insistência do Vietnã na recepção do auxílio e as resistências do congresso norte-americano minaram então a normalização. Carter, que havia prometido ao longo do ano não vetar a admissão do Vietnã nas Nações Unidas, cumpriu a promessa: em setembro de 1977, o Vietnã unificado finalmente se tornou um membro pleno das Nações Unidas, apoiado por 105 países. Hanói tentou retomar o processo de reconciliação oferecendo a normalização como um primeiro passo, para depois, de forma independente, aguardar a oferta de auxílio norte-americano. Os EUA, que tinham feito a mesma oferta no início do ano, agora a rejeitaram, acrescentando que o embargo comercial também não poderia ser erguido (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

As conversações marcadas para 1978 nunca ocorreram. Alega-se, pelo suposto envolvimento do novo embaixador vietnamita em espionagem nos Estados Unidos e sua posterior saída das Nações Unidas. Contudo, há explicações mais contundentes para

³¹ A iniciativa impôs aos EUA o dilema entre vetar a admissão, o que poderia ser visto como uma atitude amarga e ressentida, e permiti-la, confirmando a humilhação norte-americana. A solução veio quando a Coreia do Sul notificou o Secretário Geral da ONU sobre a pretensão de renovar sua aplicação anterior, permitindo a Washington conectar as aplicações de ambos. Esperava-se a rejeição da aplicação sul-coreana, o que serviria como pretexto para rejeitar a aplicação do Vietnã. Foi exatamente o que ocorreu.

³² Como um aceno, Hanói divulgou os nomes de doze pilotos da Força Aérea Americana, mas a iniciativa não impressionou Washington. Também não foi eficaz a publicação na imprensa vietnamita dos diálogos entre ambos estabelecidos durante o ano, que indicavam a existência de uma tentativa de normalização. Também de nada serviu o adiamento por parte do Conselho de Segurança da análise da candidatura do Vietnã até depois das eleições presidenciais de novembro nos Estados Unidos. Tampouco a derrota de Ford nas eleições.

essa mudança de postura. Da parte dos Estados Unidos, o envolvimento soviético na África e os regimes marxistas no Afeganistão e no Iêmen, que levava o país a reavaliar suas relações, em especial com a China, mas incluindo as com Hanói. No Vietnã, os problemas com o Camboja e com a China, acima expostos (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

A piora da situação no Camboja em 1978 impeliu o Vietnã a buscar a normalização o quanto antes. Hanói decidiu abandonar a ajuda como pré-condição. Segundo Ménetrey-Monchau (2006), o Vietnã compreendeu, primeiro, que, mesmo sem a ajuda, ainda assim se beneficiaria de apoio econômico. Segundo, uma dupla abertura a Washington e a Moscou contrabalancearia a influência de cada país no Vietnã, de modo análogo ao que havia ocorrido nas relações com a China e a União Soviética nas décadas anteriores. Terceiro, os contatos com Washington ajudariam a se contrapor à China e às suas ações no Camboja. Por último, a normalização facilitaria a retaliação do Camboja, planejada para o fim do ano (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006). Inicialmente, os Estados Unidos acataram o aceno, mas mediante considerações acerca das mudanças recentes na posição relativa da União Soviética, revisaram a sua posição. No contexto, a normalização com a China era um objetivo fundamental para Washington: o plano era utilizar Beijing para se opor a Moscou, o que não seria possível com a normalização das relações com o Vietnã. A posição, apesar da oposição do Departamento de Estado, era defendida por Brzezinski, agora Conselheiro de Segurança Nacional, que saiu vencedor da disputa. Assim, as tentativas de aproximação realizadas por Hanói no período, marcadas por uma retórica de desejo explícito por uma relação amistosa, foram ignoradas. A assinatura do Tratado Soviético-Vietnamita de Cooperação e Amizade com a União Soviética em novembro de 1978 não colaborou para uma mudança na postura dos norte-americanos. No início de dezembro, os Estados Unidos normalizaram as suas relações com a China. No fim do mês, o Vietnã invadiu o Camboja. A normalização das relações com os Estados Unidos ocorreria somente dezessete anos depois (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Foi nesse momento que a China assumiu, antes dos Estados Unidos, as rédeas da iniciativa contra o Vietnã. Na visita ocorrida logo após a normalização das relações sino-americanas e a invasão vietnamita do Camboja, Deng invocou a infame citação de ensinar “uma lição” ao Vietnã. Apelando para a ideologia antissoviética de Brzezinski, o líder chinês demandou o apoio moral de Washington e foi respondido com um aceno ambíguo por parte dos norte-americanos — mas, na prática, permissivo. Com a

aprovação tácita dos Estados Unidos, os chineses entraram no Vietnã ainda na metade de janeiro, duas semanas depois do retorno de Deng. Os Estados Unidos ainda ajudaram a China com inteligência, apoio político e suporte material durante o conflito (MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Cumpra-se notar, diante dessas notas, que esse primeiro período, apesar das reticências de ambos, continha motivações recíprocas para a aproximação. O afastamento de Washington e Hanói não era, portanto, absoluto. As divergências existiam e se davam, sobretudo, no que diz respeito às condições para a normalização (a recepção do auxílio e a questão dos MIAs), não à normalização em si. O problema da normalização se manifestou à medida que a avaliação norte-americana acerca da aproximação com a China, em detrimento da União Soviética, se tornou positiva e prioritária na agenda de Washington. Compreende-se a partir disso tanto o fato de os Estados Unidos terem preterido o Vietnã em favor da China quanto o apoio durante a Guerra Sino-Vietnamita. A ruptura sino-soviética se apresenta como elemento oculto dessa interação, o que reforça o argumento de que ela condiciona as interações do Vietnã no período em questão.

Nos anos 1980, ao lado da China e da ASEAN, os Estados Unidos mantiveram políticas que procuraram isolar diplomaticamente o Vietnã e colaboraram para retardar a resolução do conflito na Indochina. Esses países apoiaram a manutenção do assento do Kampuchea Democrático na ONU, em detrimento da República Popular do Kampuchea (PRK), associada ao Vietnã e, depois de 1982, o GCKD. A ideia de negociar com o Vietnã avançou lentamente, em virtude da rejeição de quaisquer propostas a favor da eliminação e desarmamento do Khmer Vermelho por parte da China e dos Estados Unidos até o fim dos anos 1980 (QUINN-JUDGE, 2006; MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Apesar do desejo de parte da ASEAN avançar em negociações, como se verá adiante, a China e os Estados Unidos continuaram a obstaculizar a resolução. Segundo Quinn-Judge (2006), a política dos EUA e da RPC podem refletir a percepção de ambos de que, conforme a URSS perderia sua influência no Sudeste Asiático, seria adequado continuar adiando as negociações em prol de um acordo mais favorável. Ademais, aceitar o governo vietnamita no Camboja seria uma admissão de que a retirada do Khmer Vermelho do poder não havia sido completamente injustificada, minando a imagem de “Cuba do Oriente”, parte da política norte-americana na região (QUINN-JUDGE, 2006; MÉNÉTREY-MONCHAU, 2006).

Avaliando os impactos da política internacional em termos globais, chega-se à conclusão de que a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético. Primeiro, por contribuir para o envolvimento na Terceira Guerra da Indochina e na Guerra Sino-Vietnamita, visto que o problema securitário com o Kampuchea Democrático e a resposta chinesa à invasão do vizinho foram resultados indiretos da ruptura sino-soviética. Segundo, por aumentar a dependência externa em relação à Moscou, à medida que a deterioração das relações do Vietnã com a China e com o Kampuchea, somados às necessidades de reconstrução do país, impeliram o Vietnã a se associar à União Soviética em prol de garantias de segurança e recursos econômicos e militares necessários para a iniciativa contra o vizinho e o seu desenvolvimento econômico. Terceiro, por colaborar para o isolamento internacional durante o período, já que condicionou a ocorrência da Terceira Guerra da Indochina, que cindiu parcialmente as relações com a ASEAN, e serviu como esteio para que os Estados Unidos assumissem também o isolamento como política ao longo dos anos 1980.

Em compensação, é possível testemunhar tentativas explícitas de atuar sob os limites da ruptura sino-soviética. Primeiro, pelos intentos de se equilibrar entre China e União Soviética e de evitar a deterioração das relações com a China, frustrados ao longo do quinquênio 1975-1979. Segundo, pela tentativa de encontrar uma solução dialogada para os ataques do Camboja, inclusive visando incorporar a China à solução – o que, novamente, não ocorreu. Por último, por tentar estabelecer uma relação positiva com os Estados Unidos que, apesar das idas e vindas, serviria para aumentar a sua capacidade de articulação em um contexto de deterioração da situação regional. Em síntese, nossa primeira hipótese parece estar, aqui, parcialmente comprovada.

2.2.2 O Nível Extrarregional

Os níveis extrarregional e regional colaboram sobretudo para verificar a segunda parte da hipótese, qual seja, de que o Vietnã procurou atuar, sob os limites da ruptura sino-soviética, contrariamente à dependência externa e extrair benefícios de relações potencialmente importantes para os seus interesses. Começamos pelo nível extrarregional.

O nível extrarregional serviu ao Vietnã como um espaço possível de extração de benefícios do que, necessariamente, um determinante da política externa. Isso significa que ele oferece elementos para compreender as iniciativas do Vietnã ante as

modificações na política internacional do período em questão, embora não as suas causas. As interações no nível extrarregional ocorreram em duas vias: primeiro, as relações com os países socialistas, condicionadas pela relação com a União Soviética; segundo, as relações com os países do Movimento Não Alinhado (MNA), que serviu como um espaço possível, mas limitado, de manobra na conjuntura do período.

Para o Vietnã na década posterior à unificação, as relações com os países socialistas eram prioritárias. A política externa vietnamita não se limitou ao bloco socialista. Conforme mostra Vu Tung (2006), os líderes vietnamitas procuraram, entre 1975 e 1977, uma política externa baseada na amplitude e ao mesmo tempo resistir às tentativas de aprofundar a dependência em relação a Moscou. Não se tratava necessariamente de criar laços de amizade, em particular com os países capitalistas, mas sim de extrair benefícios possíveis para o desenvolvimento do Vietnã de acordo com a via socialista. De modo que, ao mesmo tempo em que as relações com a União Soviética eram essenciais, a diversificação das relações figurava também relevante.

Em verdade, é seguro considerar a posição de Hanói em relação às relações com outros países como um ponto de divergência com Moscou naquele momento. Uma evidência disso pode ser encontrada em um relatório diplomático vietnamita de 1976, que apresenta tanto reticências em relação à presença soviética no Vietnã quanto na resistência inicial para a acessão à COMECON. A posição do Vietnã, no caso, afirma o relatório, seria pelas negociações bilaterais com os outros países. Explica-se, por isso, em parte, a acessão ao bloco primeiramente como membro observador. A posição vietnamita, todavia, se viu frustrada com as pressões soviéticas — em especial, os atrasos em ajuda econômica — e com a resistência de alguns países do campo socialista a oferecer recursos para o Vietnã. Diante disso, o Vietnã modificou sua posição e ingressou na organização. A ajuda soviética foi retomada logo depois (VU TUNG, 2006).

O padrão relacional do Vietnã em relação aos seus parceiros do bloco socialista consistia, basicamente, no que Beresford & Phong (2000) chamam de “comércio como ajuda”: ante uma economia que não era autossuficiente, pobre em comparação com os outros membros, as relações comerciais ocorriam de forma assimétrica. As relações com a COMECON se davam sobretudo na troca de mercadorias a preços preferenciais, subsidiada por Moscou. Holmes (2007) indica que, em meados da década de 1980, quase três quartos das importações do Vietnã eram provenientes de parceiros do COMECON, enquanto cerca de 60% das suas exportações eram para esses parceiros.

Ao mesmo tempo, o comércio do Vietnã com a maioria dos seus vizinhos asiáticos – sobretudo o Japão — diminuiu significativamente entre 1980 e 1985.

A implicação disso era, além da recepção de recursos em um período crítico para a economia vietnamita, um sistema fortemente dependente do “comércio como ajuda”. Ademais, por mais que o Vietnã não fizesse parte do Pacto de Varsóvia, o que ocorreu no período foi a sua integração ao bloco socialista. Isso tudo se tornou um problema quando a União Soviética e a COMECON começaram a apresentar dificuldades nos anos 1980. Sem disposição para fornecer importações em condições altamente concessivas, o auxílio começou a minguar a partir de então (TA, 2017; BERESFORD; PHONG, 2000). A deterioração dessas relações teria que, necessariamente, resultar em uma reorientação de seu comércio — o que enfim ocorreu no fim dos anos 1980.

O outro espaço de ação foi Movimento dos Não Alinhados (MNA). A primeira participação como país unificado foi em 1976, na Quinta Conferência dos Não-Alinhados, realizada em Colombo. No discurso inicial, o primeiro-ministro Pham Van Dong expressou a relação de proximidade entre a luta vietnamita pela independência e a luta dos países não alinhados e agradeceu o apoio dos países ao longo da luta. O primeiro-ministro afirmou: “No plano internacional, é necessário estabelecer, manter e diversificar as nossas relações com todos os países, principalmente intensificar as relações entre os países em desenvolvimento” (tradução nossa). Em relação aos países do Terceiro Mundo, afirmou o interesse em manter relações com eles, com base nos princípios do respeito pela independência e soberania, igualdade, auxílio mútuo e benefício mútuo (VAN DONG, 1976; CAVOŠKI, 2022; DINKEL, 2019).

Na Quinta Conferência (Havana), em 1979, ao lado de Cuba, o Vietnã defendeu no MNA uma postura defensora da organização em associação com o bloco socialista, sofrendo resistências, em especial, da Iugoslávia. Ademais, o Vietnã se posicionava a favor de uma posição mais radical em relação à descolonização, o que os colocou em relativo isolamento. Ambas as posições se viram frustradas. Na Sexta Conferência (Nova Dehli), em 1983, a questão da participação do Kampuchea, cuja presença tinha sido vetada em Havana, foi retomada sem soluções. Novamente, o Kampuchea não participou da reunião, marcada por atritos entre Vietnã e Singapura sobre a invasão do Camboja (QURESHI, 1983; CAVOŠKI, 2022; DINKEL, 2019)

2.2.3 O Nível Regional

O nível regional se refere às relações do Vietnã com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com os outros países indochineses, Laos e Camboja. Essas relações servem, como no caso das relações extrarregionais, como um possível espaço de atuação. Todavia, há diferenças significativas.

O primeiro é a proeminência da questão securitária do Vietnã como determinante dessas interações, o que se exemplifica tanto nas aproximações e afastamentos com a ASEAN quanto nas relações com o Laos e com o Camboja, incluindo o conflito indochinês. Se há um determinante global para a ocorrência do conflito na Indochina, qual seja, a ruptura sino-soviética, há também a determinante local, a segurança do Vietnã, que não pode ser tomada de forma independente de seu entorno, que também assume preocupações dessa natureza. Pelo imperativo geográfico, a questão passa pelas preocupações securitárias dos vizinhos, que são distintas entre si e se manifestam de formas diferentes. A segunda diferença, decorrência da primeira, é a participação dos países da região, de forma direta ou indireta, no conflito. A política externa vietnamita terá que lidar com o seu entorno regional também mediante esses constrangimentos.

2.2.3.1 As Relações com a ASEAN

As aproximações com a ASEAN começaram a se desenvolver ainda durante o fim das conversações Acordos de Paris de 1973. Para o Vietnã, a aproximação construiria um anteparo para quaisquer iniciativas destinadas a frustrar os acordos. Ciente das iniciativas em prol da paz e neutralidade na região, a exemplo da Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN) (1971), a aproximação com a ASEAN figurava sobremodo conveniente; enquanto para os países da ASEAN, a nova estatura regional do país figurava como motivo suficiente para responder positivamente aos acenos. A normalização das relações com a Malásia e Singapura e o início da normalização das relações com a Tailândia ocorreram neste período³³ (VĂN LỢI, 2006; VU TUNG, 2006).

Depois da unificação, a ASEAN assumiu uma postura cautelosa, mas o Vietnã firmou uma posição curiosamente assertiva, passando a defender um Sudeste Asiático

³³ As relações com a Indonésia tinham sido estabelecidas ainda em 1964 (VĂN LỢI, 2006; VU TUNG, 2006).

independente, pacífico e neutro, sem tropas e bases de “potências imperialistas”, em prol da solidariedade e da cooperação com países nacionalistas, em especial os não-alinhados que se opunham ao imperialismo e ao colonialismo (VĂN LỢI, 2006). Subjaz, no pensamento vietnamita, uma desconfiança latente em relação aos países da região, visto que o Hanói interpretava a ASEAN como um possível braço dos Estados Unidos. Justifica-se, por isso, a recusa em participar dos encontros ministeriais da instituição e as ênfases discursivas à independência e neutralidade da política externa vietnamita em relação à região³⁴ (VU TUNG, 2006).

Por mais que, como colocam Van Loi (2006) e Vu Tung (2006), a avaliação estivesse distorcida por um pensamento bipolar, ela colaborou na tentativa de aproximação. A título de exemplo, o Vietnã estabeleceu relações com as Filipinas e a Tailândia em 1976. O contexto ainda era marcado pela tentativa de aproximação com os Estados Unidos, de modo que a aproximação progrediu até 1978, embora sob o signo dessa ambiguidade (VĂN LỢI, 2006).

A partir de 1978, a piora das relações com a China e com o Kampuchea Democrático, assim como o recuo da normalização com os Estados Unidos, provocou uma estagnação nas aproximações. O conflito de 1979 rompeu de vez as tratativas. Importa aqui a posição da Tailândia, que passou de uma posição cautelosa em relação ao Khmer Vermelho, postas algumas escaramuças fronteiriças em 1977, para uma aliança com a China depois do início do conflito, para evitar que o Vietnã se aproximasse de suas fronteiras e dominasse a Indochina. O Khmer Vermelho e a China, em troca do apoio oficial tailandês para transportar armas, medicamentos e outros produtos chineses para as zonas fronteiriças, deixaram de apoiar os partidos revolucionários da região. Depois disso, embora, publicamente, mantivesse a neutralidade, a Tailândia passou a ajudar a China a transportar armas para o Camboja pela sua fronteira e oferecer santuário para o Khmer Vermelho. Entretanto, rejeitou a proposta chinesa para que Tailândia e o Kampuchea Democrático formassem uma

³⁴ Em julho de 1976, o ministro das relações exteriores Nguyễn Duy Trinh propôs uma política de quatro pontos para a região: (i) o respeito mútuo pela independência, soberania e integridade territorial do outro; a não agressão; a não interferência nos assuntos dos outros; igualdade, interesse mútuo e coexistência pacífica; (ii) não permitir que qualquer país use o seu território como uma base para a agressão direta ou indireta e intervenção em outro país ou outros países da região; (iii) o estabelecimento de relações de boa-vizinhança, cooperação econômica e intercâmbio cultural com base no interesse mútuo; assim como a resolução de disputas com base em negociações em espírito de igualdade, entendimento e respeito mútuo; (iv) o desenvolvimento da cooperação entre os países da região com o propósito de construir nações prósperas de acordo com as condições específicas de cada país, no interesse da independência real, paz e neutralidade do Sudeste Asiático, assim contribuindo para a paz mundial (VĂN LỢI, 2006).

aliança militar, bem como uma aliança secreta ou aberta com os países da ASEAN. Singapura, por sua vez, cumpriu um papel de liderança nas campanhas de manutenção do reconhecimento do Kampuchea Democrático na ONU e no MNA (GOSCHA, 2011).

A ASEAN se opôs à invasão do Camboja e à derrubada do Kampuchea Democrático, considerando a iniciativa uma ameaça à paz e segurança regionais. A continuidade do apoio ao Khmer Vermelho e ao GCKD, como vimos, colaborou para o isolamento do Vietnã no período. A ofensiva de 1984-85 reforçou o apelo pelo fim diplomático do conflito. Nesse contexto, Malásia e Indonésia passaram a considerar que o conflito aumentava o poder chinês no Sudeste Asiático. A Malásia foi a primeira a propor negociações. Todavia, as conversas caminharam lentamente (QUINN-JUDGE, 2006).

2.2.3.2 As Relações com o Camboja e com o Laos

Considerou-se muito as relações entre o Vietnã e o Camboja no período em questão. Cabe estabelecer aqui uma distinção entre a questão do Camboja e o caso do Laos. O Vietnã sempre colaborou com os partidos comunistas locais, mas, no Laos, havia maior proximidade com o partido comunista local, inclusive com apoio operacional durante a guerra – no caso, a trilha Ho Chi Minh e o consequente status do Laos como alvo em campanhas militares, como a operação Lam Son 719 (1971) (LIEN-HANG, 2006). Os comunistas tomaram o poder no Laos em 1975 e mantiveram uma relação positiva com o Vietnã pelo menos até o fim da década de 1980. Em 18 de julho de 1977, estabeleceu-se um tratado de amizade e cooperação entre ambos, bem como um tratado de fronteiras. Ao mesmo tempo, ambos os países assinaram um acordo garantindo assistência e empréstimos para o Laos no período de 1978-1980 (VĂN LỢI, 2006). Quanto ao Camboja, depois da invasão do Kampuchea Democrático, um tratado de amizade e cooperação foi assinado em Phnom Penh em 18 de fevereiro de 1979. Em dezembro de 1985, ambos assinaram um tratado de fronteiras. A invasão foi apoiada pelo Laos, que se manteve solidário ao Vietnã durante toda a ocupação (VĂN LỢI, 2006).

A relação do Vietnã com o Laos, quando comparada com a relação com o Camboja, pode servir como contraprova da intencionalidade de criar uma “federação indochinesa”. Nesse sentido, a resposta seria negativa. Mesmo assim, confirmam o apontamento anterior acerca do desejo do Vietnã de um entorno regional estabilizado e

garantias de segurança por parte dos vizinhos. A própria relação com a ASEAN, apesar dos revezes da aproximação, parece indicar uma posição defensora da paz e da neutralidade da região, em que o discurso em prol da solidariedade e da cooperação com países nacionalistas, em especial os não-alinhados que se opunham ao imperialismo e ao colonialismo, tem particular utilidade.

2.3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA DE 1975 A 1986

Na política externa vietnamita, é perene a noção da inconveniência da dependência de um ou de outro ator. Essa posição é visível praticamente durante todo o período analisado. Durante a Primeira e a Segunda Guerras da Indochina, a posição se manifesta na tentativa de equilibrar-se entre ambos os parceiros, União Soviética e China, em prol da recepção de benefícios de ambas as relações. A opção, desapaixorada, pode-se dizer, pelos soviéticos, no fim dos anos 1960, não consistiu em uma verdadeira opção pela dependência, mas sim o resultado de considerações acerca da pertinência deste tipo de auxílio — para o qual a insistência em manter boas relações com os chineses durante os anos 1970 serve como contraprova. De modo que o afastamento da China não ocorreu por explícita oposição à China, mas, sim, por necessidades implícitas ao esforço de guerra vietnamita.

Nesse sentido, a tentativa de multiplicar as relações entre 1975 e 1979 não é, de modo algum, incoerente em relação às linhas históricas da política externa vietnamita; assim como não são incoerentes as reiteradas posições nesse sentido durante o período. Sob essa perspectiva, a revisão das relações na segunda metade dos anos 1980 também não constitui atitude dramaticamente distinta, apesar das especificidades do contexto. O que é notável é o quanto a ruptura sino-soviética condicionou a política externa vietnamita no período, incluindo as interações do Vietnã tanto com a União Soviética, a China e os Estados Unidos quanto em outros âmbitos.

Entre 1975 e 1979, ainda havia certo espaço de manobra, no qual o Vietnã procurou atuar. As relações com os Estados Unidos, a campanha pelo ingresso na ONU, a normalização com a ASEAN e a atuação no MNA participavam da mesma lógica: garantir recursos para a reconstrução, assegurar os imperativos securitários, obter o reconhecimento internacional e evitar, pela multiplicação das relações, a dependência externa. A atuação não se afasta sobremaneira da definição retórica da política externa

do período. Havia ainda alguns vícios de uma política externa cujo discurso sempre foi associado ao anti-imperialismo e à solidariedade internacional, o que causou alguns embaraços, sobretudo na percepção acerca das relações EUA-ASEAN e na atuação no MNA. Mesmo assim, a assunção dessa linha servia ao propósito de uma inserção sob o signo da soberania e da autonomia — compreensível para um país recém-saído de décadas de conflito — e o reforço daqueles princípios que sempre deram ao Vietnã algumas credenciais importantes no âmbito do campo socialista e do terceiro mundo.

A guerra, resultado indireto da ruptura sino-soviética, submeteu o Vietnã ao isolamento e à dependência. O isolamento, capitaneado pela China, envolveu tanto os Estados Unidos quanto a ASEAN. A respeito do primeiro, é notável a mudança de uma postura que busca uma aproximação para uma que aliena o Vietnã determinada pelo imperativo do uso da China como contrapeso à União Soviética. Nesse sentido, a ruptura sino-soviética é elemento oculto da mudança de postura estadunidense no fim dos anos 1970, postura que se manteve durante a década seguinte e que limitou as opções do Vietnã em relação a esse país.

No que diz respeito à ASEAN, participam tanto as ponderações securitárias de seus membros, que condicionam a aproximação e o afastamento do Vietnã, quanto, a explícita oposição da Tailândia e de Singapura ao Vietnã depois do início do conflito. A ruptura sino-soviética é também elemento oculto dessas interações, mas com menor peso relativo para a política externa desses países, mais responsiva às condições de segurança imediatas. As distintas visões entre os membros acerca da dimensão securitária explicam em parte o motivo para que a Indonésia e, em menor medida, a Malásia, tenha liderado o movimento a favor da resolução do conflito no âmbito da ASEAN, em meados dos anos 1980; enquanto a Tailândia, que compartilha as suas fronteiras com o Laos e com o Camboja, se mostrou mais resistente a aproximações. Essa lógica também contribui para que a ASEAN se torne útil no redesenho das relações externas do Vietnã no período subsequente, como se verá.

Por sua vez, a crescente dependência da União Soviética é resultado indesejado das necessidades econômicas e securitárias do Vietnã: os imperativos da reconstrução e a consolidação da unificação, mais dramáticos à medida que o Vietnã se vê envolvido no conflito com o Camboja; e a garantia securitária, em termos de apoio político e de recursos, ante o acirramento da disputa com o vizinho. Avaliando as circunstâncias, é difícil saber se o Vietnã teria condições de rejeitar esse vínculo, mesmo que tentasse — como, de fato, tentou — se associar a outros países e angariar recursos a partir de

contatos externos. Até mesmo porque o isolamento internacional encerrou, pelo menos até 1986, a possibilidade de escapar dessa condição. A fragilização desse elo e de todas as benesses dele derivadas contribuiu para que o Vietnã revisasse as suas relações econômicas e políticas a partir de então.

Compreende-se, pois a afirmação da primeira hipótese, que se vê comprovada: a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, que contribuiu para o envolvimento na Terceira Guerra da Indochina, a dependência externa em relação a Moscou e o isolamento internacional; mas procurou atuar, sob os limites dessa interação, contrariamente à dependência externa e extrair benefícios de relações potencialmente importantes para os seus interesses. O projeto de multiplicação das relações externas, contudo, teria que esperar ainda uma década.

À guisa de conclusão, seria imprudente não considerar que o Vietnã possa ter imbuído em sua política externa, mesmo premido de tantas dificuldades e se tornando eventualmente alvo do isolamento, a intenção oculta de refundar a Indochina. É preciso considerar que alguma proposição dessa natureza pode ter sido e ainda ser parte das intenções do Vietnã e ignorá-la equivaleria a ignorar a possibilidade de existirem interesses autóctones, digamos, profundos, que só não se permitem emergir pelas condições que lhes circunscrevem.

A nível global, pela perspectiva sistêmica, o triângulo União Soviética, China e Estados Unidos é o pivô da relação combalida do Vietnã com o resto do mundo; mas foi a ruptura sino-soviética, incluindo suas iniciativas correlatas — em que a política da China em relação ao Vietnã é manifestação particular — que ofereceu algumas das condições para que a União Soviética se encaminhasse para uma posição de relativa fragilidade em meados dos anos 1980 e arrastasse com ela um Vietnã dependente por exigência das circunstâncias. Essa posição de relativa fragilidade levará a uma revisão das relações soviéticas no período posterior a 1986, incluindo as com o Vietnã e, por conseguinte, à revisão da política externa vietnamita do período subsequente. Essas mudanças serão abordadas no próximo capítulo.

3 A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DO ĐÔI MÓI' AO FIM DO ISOLAMENTO EXTERNO (1986-1995)

Este segundo capítulo tem como objetivo analisar a política externa vietnamita desde o início das reformas do Đôi Mói (“renovação”), em 1986, que procuraram dotar o Vietnã de uma economia de mercado orientada pelo socialismo e contribuiu para uma modificação em sua política externa, até o ano de 1995, quando o país normalizou as suas relações com a China e ingressou na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). No período, o divisor significativo é o fim da União Soviética — mas os impactos efetivos de seu declínio são sentidos pelo Vietnã antes disso. Na verdade, para o país, essa foi uma década de transição: do envolvimento na Terceira Guerra da Indochina até a sua resolução; da dependência externa e o isolamento à multiplicação das relações; de um socialismo frustrado à abertura econômica de viés socialista. Trabalhar-se-á com a **segunda hipótese**, qual seja, que entre 1986 e 1995, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, mas este caminhou para a sua resolução, com a retração da política externa da União Soviética, que contribuiu para o fim da Terceira Guerra da Indochina, o fim da dependência externa em relação a Moscou e a gradual ruptura com o isolamento internacional; a medida em que os limites impostos por essa relação distenderam, pois, o Vietnã alterou a sua política externa em favor de relações potencialmente importantes para os seus interesses.

3.1 AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ EM TRANSIÇÃO

Os anos que se estendem de 1986 a 1995 foram marcados pela abertura e pela multiplicação das relações externas. O ano de 1986 inaugura o período devido a um evento de importância fundamental para o Vietnã até os dias de hoje: o Đôi Mói. Do ponto de vista interno, representou a adoção de uma economia de mercado orientada para o socialismo; do ponto de vista externo, significou a revisão das relações com os outros países.

Para compreender o Đôi Mói, vejamos, primeiro, a economia vietnamita em meados dos anos 1980. Logo após a unificação, o Vietnã empreendeu o seu Segundo Plano Quinquenal (1976-1980). O objetivo econômico era dar um salto na agricultura

e desenvolver a indústria leve. Ordenou-se o estabelecimento de cooperativas, no lugar das fazendas privadas, em que os trabalhadores dispunham sua mão de obra para a produção. O resultado foi desastroso. Os problemas das cooperativas, insolúveis mesmo depois de algumas mudanças para incentivar os produtores, foram agravados com uma das piores secas vividas pelo Vietnã. No fim do período de cinco anos, a produção havia, em vez de aumentado, diminuído, de modo que o Vietnã foi obrigado a importar alimentos para lidar com a fome e com a desnutrição. Os empreendimentos estatizados, em vez de florescer, minguavam, e o tão esperado incremento na produção industrial não vingou (WOODS, 2002)

O Terceiro Plano Quinquenal (1981-1985) foi obrigado a reavaliar algumas das políticas econômicas do período anterior. Apesar de continuar incentivando a coletivização da agricultura, o governo implementou um sistema de subcontratação em que famílias recebiam pequenos pedaços de terra para cultivar. Embora se demandasse uma determinada quantidade de terra para o uso da cooperativa, as famílias mantinham o excedente, que poderiam vender para a cooperativa ou levar ao mercado. Malgrado os receios a respeito dessa modalidade que flertava com o capitalismo, os resultados foram positivos: em 1983, os fundos privados provenientes dessas atividades constituíam até 60% das rendas dos camponeses; a produção cresceu mais de 30% em termos monetários e a disponibilidade agrícola cresceu 20%. Porém, mantinham-se desafios persistentes: boa parte da população era atingida pela desnutrição, havia crescimento demográfico sem soluções para a economia e as promessas feitas logo após a unificação não encontravam expressão na realidade. A situação piorou a partir de 1985, quando a hiperinflação virou um agravante (TUNG VU, 2006; WOODS, 2002).

Quando chegamos no Sexto Congresso do PCV, em dezembro de 1986, a economia era o maior problema do Vietnã. Nessas circunstâncias, o congresso se converteu em uma autocrítica: vários oficiais do VCP foram forçados à aposentadoria por causa dos fracassos dos últimos anos. A resposta que triunfou foi a renovação – em vietnamita, *Đổi Mới*. Com ela, ascendeu ao poder o secretário geral Nguyễn Văn Linh e a proposta de dar nova dinâmica à economia vietnamita (WOODS, 2002).

O projeto era um ataque direto à economia centralmente planejada. Adotou-se os aspectos positivos do empreendimento agrícola dos anos precedentes estendendo-os a outras áreas da economia. Uma consequência imediata foi a permissão para indivíduos criarem negócios lucrativos. Diminuiu-se as restrições ao comércio externo e reduziu-se gradualmente os subsídios às fábricas estatais, que teriam agora que concorrer

conforme os imperativos do mercado. Inicialmente, o resultado foi desastroso: muitas fábricas fecharam e o desemprego atingiu níveis altíssimos. A inflação resistia e houve a diminuição da produção agrícola na segunda metade dos anos 1980. A resposta do governo, contudo, foi continuar as reformas: as cooperativas minguaram e os empreendimentos privados se espalharam pelo país. Em 1989, o Vietnã já havia, na produção de seu principal produto, o arroz, se tornado uma economia de mercado. Logo, se tornou um dos maiores produtores e exportadores dessa mercadoria e começava a despontar na produção cafeeira. Em 1990, havia aumentado o investimento externo direto no país, auxiliado por uma lei de investimentos de 1988, e o setor agrícola indicava que continuaria crescendo. O Vietnã estava se tornando uma economia de mercado orientada pelo socialismo, conforme definição própria (WOODS, 2002; LEPROUX; BROOKS, 2004).

A autocrítica de 1986 e o *Đổi Mới* e a transição para um novo paradigma econômico não se limitou somente aos fracassos econômicos da última década, mas também às relações externas, em especial com Moscou. É verdade, o Sexto Congresso reiterou a manutenção de laços estreitos com a União Soviética e o desenvolvimento de “relações especiais” com o Laos e o Camboja como pedras de toque da política externa vietnamita, além de demandar maior proximidade da COMECON e mais auxílio soviético. Não obstante, ressaltou também a importância do MNA, as suas relações com a Índia, destacou a disposição em negociar com a China para a normalização das relações e declarou-se cioso de aprimorar as suas relações com os países capitalistas, em especial Suécia, Finlândia, França, Austrália e Japão. Ainda em julho de 1986, o Politburo do PCV havia emitido a Resolução nº 32, que indicou uma mudança significativa em comparação com a primeira metade dos anos 1980. A resolução procurava promover mudanças na política externa vietnamita para combinar a força nacional com a do tempo; extrair vantagens de condições externas favoráveis para a construção do socialismo e defender a nação; criar de maneira proativa um ambiente estável para focar no desenvolvimento econômico; fomentar a coexistência pacífica com a China, a ASEAN e os Estados Unidos; e construir o Sudeste Asiático como uma região de paz, estabilidade e cooperação (THAYER, 1987; THAYER, 2018; LE HONG, 2018).

Além do desalento econômico, houve um fator externo importante que contribuiu para formar o substrato que levou a mudanças na política econômica e externa do Vietnã a partir de 1986: o *Đổi Mới* coincidiu com a ascensão de Gorbachev

ao poder na União Soviética. Por um lado, a *Glasnost* e a *Perestroika* foram, de início, bem-recebidas pelo Vietnã, o que colaborou para formar o tipo de pensamento que redundaria nas reformas econômicas do Đôĩ Mói. Depois, o desastre da abertura econômica e política na União Soviética provocou o colapso da potência socialista em 1991 e, conseqüentemente, a perda do principal parceiro do Vietnã, o que obrigou o Vietnã a reavaliar definitivamente a sua política externa e econômica. Por outro lado, antes mesmo do colapso definitivo, as mudanças na posição soviética implicadas pela ascensão de Gorbachev já haviam levado o Vietnã à revisão de suas relações externas. Em especial, a nova política soviética de desengajamento do Terceiro Mundo e de melhora das relações com a China. Em 1986, já era possível testemunhar de Moscou sinais da complacência com o rival. Para restabelecer boas relações com a China, entretanto, era preciso resolver o problema do Camboja — o que, para o Vietnã, implicava em pressões diretas e indiretas da União Soviética para a retirada do país (QUINN-JUDGE; KHOO, 2011; HOLMES, 2007).

Foi sob esse panorama que, em 1987, o Politburo adotou secretamente a Resolução nº2, que estabeleceu a retirada das tropas do Camboja e do Laos e a redução do exército para dar conta dos esforços de desenvolvimento econômico. Logo após, o Politburo adotou a Resolução nº13, de maio de 1988, que afirmou que os objetivos prioritários da política externa vietnamita seriam a assistência na estabilização do sistema político e a facilitação da renovação econômica do país. A resolução enfatizou a política de adquirir “mais amigos, menos inimigos” e diversificar as relações externas com base nos princípios da independência nacional, soberania igualitária e benefícios mútuos, adicionando também tarefas específicas para os objetivos externos do país que incluíam a resolução do problema do Camboja, a normalização com a China e os EUA e a melhora das relações com a ASEAN, com o Japão e com os países asiáticos (LE HONG, 2018, p. 10).

Com o fim da União Soviética, o Vietnã perdeu tanto o seu modelo quanto o mundo socialista. Além disso, por mais que a Terceira Guerra da Indochina estivesse se encaminhado para o seu final, o Vietnã ainda se encontrava em situação precária em suas relações externas. Vem, então, a adoção definitiva de uma política de multiplicação das relações, a qual havia decidido em favor ainda no fim dos anos 1980. A decisão se materializa, em especial, na resolução do Sétimo Congresso, em 1991, que clama pela diversificação das relações externas e pelo pragmatismo. A Terceira Guerra da Indochina encerrou com os Acordos de Paz de Paris de 1991, praticamente junto com a

normalização das relações com a China. As sanções norte-americanas foram levantadas em 1993-94 e as relações foram restabelecidas em 1995. O Vietnã ingressou no Fórum Regional da ASEAN (ARF) em 1994 e na ASEAN no ano seguinte. Firmou, além disso, um acordo de cooperação com a União Europeia em 1996. Em 1994, na conferência de meio de mandato do PCV, o secretário-geral Đỗ Mười, de uma ala reformista moderada, eleito em 1991, reafirmou o compromisso com o congresso anterior e reiterou a necessidade de expansão das relações externas, dando prioridade à modernização e à industrialização. Entre 1989 e 1995, o Vietnã aumentou o número de relações com países não socialistas de 23 para 163 (THAYER, 2018; LE HONG, 2018). Assim, entre 1986 e 1995, o que ocorreu foi uma transição gradual da política externa vietnamita e, com ela, do paradigma econômico. Cabe analisar como as mudanças na política internacional durante o período colaboraram para configurar as diferentes ações e reações da política externa vietnamita durante o período.

3.2 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA

3.2.1 O Nível Global

O período que se estende de 1985 a 1995 foi indubitavelmente de mudanças significativas na política internacional. Para a China, representou o início de sua consolidação como grande potência. Para a União Soviética, a derrota na Guerra Fria. Para os Estados Unidos, a vitória. Poderíamos subsumir todos os múltiplos acontecimentos do período — a ascensão de Gorbachev, os eventos na praça da Paz Celestial, o Consenso de Washington, o fim da União Soviética, o colapso do bloco socialista etc. — sob uma única conjugação de categorias: a transição da bipolaridade à unipolaridade. Isso nos coloca diante do problema de entender os seus porquês, primeiro, e, depois, como ela se relaciona com as mudanças na política externa do Vietnã.

Carter inaugurou o processo de deterioração da *détente* ainda em 1978, momento em que o debate interno norte-americano se aquecia novamente em favor de uma mudança na postura norte-americana. Conforme argumenta Halliday (1989), colaboram três mudanças socioeconômicas nos Estados Unidos dos anos 1970: o aumento da influência do Sul e do Oeste americanos, que havia assumido maior

importância demográfica e eram receptáculo de um capitalismo mais direitista do que o do Leste; a recessão, incluindo o aumento do desemprego e da inflação; e a ruptura com os modelos pré-existentes de sociedade urbana, em que a proposta de uma ameaça externa e da necessidade de organizar-se contra ela criava condições para a retomada da unidade nacional e do consenso. Essas mudanças estimularam quatro mudanças políticas: ascensão de uma direita militante, o papel modificado do Congresso, mais belicoso a partir de 1978, a pressão para o gasto militar por parte do “Triângulo de Ferro” e a necessidade de contrapor-se à recessão (HALLIDAY, 1989).

O conjunto de mudanças internas se associava com outras mudanças externas para favorecer um câmbio na postura norte-americana. A elaboração do imperativo de aumentar a capacidade militar frente à União Soviética caminhava em paralelo com o incremento de sua ligação com o Terceiro Mundo. No período, esses países passavam por uma série de processos de emancipação e revolução, o que contribuía para a redefinição de suas lealdades e mudanças de interação na política internacional. Perceba-se, entre em 1975 tivemos a independência e início da Guerra Civil Angolana (1975–2002), da Guerra Civil da Etiópia (1974–91), da Guerra Civil Moçambicana (1977-92), a vitória dos sandinistas na Nicarágua (1979), a Revolução Iraniana (1979) e, por fim, o início da Guerra do Afeganistão (1979–1989). Com exceção do Irã, a União Soviética se viu envolvida em todos esses processos afiliada a um dos lados (HALLIDAY, 1989).

Em 1979, o caminho para a Segunda Guerra Fria já estava parcialmente delineado. A intervenção soviética no Afeganistão em 1979 foi a primeira vez desde 1945 que se utilizou tropas soviéticas fora do país e, portanto, representou um ponto de virada da política externa soviética (HALLIDAY, 1989). O anúncio da Doutrina Carter em 1980 – que afirmava que os Estados Unidos usariam a força militar, se necessário, para defender seus interesses nacionais no Golfo Pérsico, resposta, pois, aos acontecimentos supracitados – foi instrumento inaugural da assertividade estadunidense nesse período (EDITORIAL, s.d., CARTER, 1980). A “Doutrina Reagan” (1981-1989) – o apoio aos insurgentes anticomunistas em qualquer lugar do mundo – foi formalmente anunciada somente em 1985, quando os Estados Unidos já estavam explicitamente envolvidos em uma política desse tipo, incluindo não somente o apoio a grupos anticomunistas em Angola, Moçambique, Nicarágua e Camboja, mas também projetos militares como a Iniciativa Estratégica de Defesa. A noção subjacente era de encerrar de vez todas as vulnerabilidades estadunidenses (PACH, 2006).

Já argumentamos anteriormente que é possível defender que a iniciativa chinesa teve papel fundamental para o desenvolvimento da Segunda Guerra Fria. Vamos desenvolver melhor esse argumento para, então, conectar seus efeitos ao Vietnã do período em análise. Inobstante as críticas a sua interpretação, pode ser útil observar a situação conforme as lentes de Brzezinski (1986). O antigo Conselheiro de Defesa Nacional e observador engajado, em 1986, propôs a noção de frentes estratégicas basilares (*central strategic fronts*) e da União Soviética como uma potência unidimensional (BRZEZINSKI, 1986; MELLO, 1999).

A primeira ideia se situa no panorama da disputa histórica entre continentalismo e oceanismo, que determina o impulso da expansão soviética em direção aos mares abertos na periferia da Eurásia e a necessidade de contenção dos Estados Unidos pelo controle dessas regiões. A proposta não é exatamente nova, considerando os antecedentes geopolíticos contidos nas teorias do *Rimland* e do *Heartland*, da qual tanto Brzezinski quanto a doutrina da contenção são tributários. O que nos interessa é a proposição de três frentes estratégicas basilares: do Extremo Oriente, do Sul Populoso e do Extremo Ocidente. Ao longo das três frentes basilares existem determinados países que, em razão de sua influência política, de seu peso econômico ou de sua posição geoestratégica são chamados por Brzezinski de Estados-pinos geopolíticos (*geopolitical linchpin states*): Polônia e Alemanha; Irã e Afeganistão; Coreia do Sul e Filipinas. Para Brzezinski, os esforços soviéticos parecem convergir para o mesmo objetivo de obter o domínio sobre o continente basilar do planeta, eliminando a influência dos Estados Unidos naquelas frentes (BRZEZINSKI, 1986; MELLO, 1999).

A segunda ideia de Brzezinski (1986) é o que ele descreve como unidimensionalidade do poder soviético, visto que a União Soviética era, para o autor, uma superpotência militar convencional e estratégica, mas uma subpotência econômica, científica e tecnológica. Nessas condições, a capacidade militar soviética era condição necessária, mas insuficiente para uma projeção global de longo prazo. Havia, entretanto, outros problemas, como o caráter multinacional do Estado e a escalada dos gastos militares, que absorvia boa parte do PIB do país. O argumento é que, a longo prazo, se os Estados Unidos mantivessem a relativa paridade estratégico-militar com o país socialista, este feneceria. Discernidas as críticas a essa interpretação de

Brzezinski³⁵, Mello (1999) destaca a afinidade dessa abordagem a aquela proposta por Paul Kennedy (1989), indicada no capítulo anterior: o declínio das grandes potências advindo da crise econômica motivada principalmente pelo excesso de gastos militares, que decorrem, por sua vez, de uma política imperialista que ultrapassa os recursos efetivos do poder nacional — em seus termos, sobre-estiramento (*Imperial Overstretch*).

Cabe agora operacionalizar ambos os conceitos — frentes estratégicas basilares e sobre-estiramento — para dar cabo do papel da China, antes, para o desenvolvimento e término da Segunda Guerra Fria e da transição da bipolaridade para a unipolaridade, e, depois, seus efeitos no Vietnã. Começamos pela primeira frente basilar, a da Extrema Europa³⁶. Em artigo de 1982, Mearsheimer (1982) destacou a improbabilidade da União Soviética vencer uma guerra convencional no centro da Europa, ou pelo menos negar-lhes uma vitória rápida, afirmação ousada, para a época³⁷. A noção de batalha em profundidade com golpe decapitante, assumida pela doutrina do AirLand Battle em 1982, despertou os anseios soviéticos. Destacam-se, no período, a Operação RYAN (1981), plano de inteligência soviético ante a possibilidade nuclear iminente; o Able Archer 83 (1983), operação de deception que tentou assustar os soviéticos ante a possibilidade de ataque; e a Iniciativa Estratégica de Defesa, mencionada anteriormente. Em meados dos anos 1980, havia motivos suficientes para a União Soviética supor que seria derrotada tanto na guerra convencional quanto em um confronto nuclear. Não seria ousado supor que essas prefigurações foram relevantes para os decisores políticos de então.

No Sul Populoso, a Revolução Iraniana e a intervenção Soviética no Afeganistão, ambos em 1979, sugeriam que a região escapava das mãos dos norte-americanos – mas, enquanto os soviéticos entraram em um atoleiro no Afeganistão, de peso securitário substantivo para Moscou, e que o Irã revolucionário assumia uma

³⁵ É difícil argumentar a favor de que a União Soviética era uma subpotência econômica, científica e tecnológica, apesar dos desafios enfrentados nos anos 1980.

³⁶ A Polônia impôs, entre 1981 e 1983, uma lei marcial para conter a expansão da oposição antissocialista, em especial o Solidariedade, mas houve restrições até pelo menos 1986, quando ocorreu uma anistia. A Polónia, apesar de instável, estava assegurada. A Alemanha constitui caso distinto.

³⁷ O artigo foi precedido por outros dois. Em 1979, Mearsheimer (1979) havia defendido que a munição guiada de precisão (*Precision-guided Munition*, PGM), tornava substancialmente mais difícil para a União Soviética penetrar na Alemanha Ocidental realizando uma ofensiva rápida e móvel (uma *blitzkrieg*). Já em 1981, Mearsheimer (1981) defendeu a estratégia de defesa avançada – de atrito – adotada pela OTAN, em detrimento da estratégia de defesa móvel, para a proteção da Frente Central da OTAN – onde seria mais provável que um ataque soviético acontecesse.

política externa autônoma, frequentemente antissoviética, a situação na região não era favorável para nenhum dos lados. A posição da União Soviética no Afeganistão se tornou insustentável em meados dos anos 1980, de modo que a potência socialista começou a se retirar em 1987. O papel que tem a iniciativa chinesa, sob o prisma da ruptura sino-soviética, já surge aqui: além do suporte ocidental e de alguns países da região aos insurgentes afegãos, a China ofereceu armas e apoio político durante todo o conflito – ligando-o, inclusive, a retórica usual de agressão soviética, da qual, alega-se, o Vietnã coparticiparia³⁸ (AFGHANISTAN, NATIONAL, 1980; QAISER, 1987; WESTAD, 2007).

Quando chegamos na frente do Extremo Oriente, começa a se revelar o papel que a China parece ter no fim da União Soviética e a consequente transição da bipolaridade para a unipolaridade. A importância estratégica do Vietnã foi abordada ainda no fim do subcapítulo 2.2.1.3. O que se indica aqui é que, em sua política abertamente anti-vietnamita e isolacionista nos anos 1980, Beijing não apenas drenou recursos da União Soviética, mas também ajudou a quebrar o principal ativo estratégico que o país havia adquirido na região. É por isso que a Guerra Sino-Vietnamita e a Terceira Guerra da Indochina despontam como acontecimentos fundamentais para a progressão da União Soviética na Segunda Guerra Fria. É digno de nota que a guerra com o Vietnã precedeu a intervenção soviética no Afeganistão e que, ademais, o suporte norte-americano no conflito participava de uma conjuntura em que começava a se visar uma reorientação nas relações externas de Washington, não quando essa reorientação já estava dada — o que justificaria a sua colocação como marco inaugural da Segunda Guerra Fria. Soma-se a isso a forte pressão chinesa na fronteira norte, que mobilizou uma quantidade considerável de recursos soviéticos, e a situação no Afeganistão, do qual, como indicado, a China também tinha parte, para conformar um quadro de dificuldades consideráveis para Moscou naquela frente.

A distensão na ruptura sino-soviética começou com Gorbachev e veio acoplada, como indicado, à demanda chinesa pela retirada do Afeganistão, a desmobilização na fronteira norte e, por fim, a resolução do conflito do Camboja: todas as demandas atendidas, eventualmente. O que é notável é o quanto essas demandas correspondiam, na prática, a um recuo soviético, uma espécie de admissão da derrota, ou ao menos o

³⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre as relações China-Afeganistão no período pode ser encontrada em Qaiser (1987)

reconhecimento de que ela havia excedido seus compromissos. Depois do fim da União Soviética, com os problemas internos e a fragmentação da potência socialista, essa retração continuou.

O conceito de sobre-estiramento ganha utilidade porque ajuda a explicar, em conjunção com a exposição acima, que as iniciativas chinesas tiveram um papel fundamental para que a União Soviética se visse em uma situação insustentável em meados dos anos 1980. A assunção da *Perestroika* e da *Glasnost*, catastróficas para a União Soviética, bem correspondiam a uma avaliação da situação que, para Moscou, impelia a uma mudança interna e externa; assim como a retirada do Terceiro Mundo, do Afeganistão e, por fim, o encerramento do suporte ao Vietnã. Não é possível dar ao fim da União Soviética ares de inexorabilidade, posto o fato de que a agência de Gorbachev e seus verdadeiros erros muito contribuíram para o fim da potência socialista: mas é adequado oferecer compreensibilidade, no sentido interpretativo, àquelas ações que eventualmente determinaram este fim.

Enfim, chegamos ao Vietnã, que terá que lidar com a transição e seus impactos. Pela importância que, pelo exposto, o conflito sino-soviético e a pressão chinesa assumem para a transição da bipolaridade para a unipolaridade, e para o fim da União Soviética em particular, a particularidade do Vietnã se torna mais evidente. Isso nos permite encaminhar a primeira parte da hipótese: que entre 1986 e 1995, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, mas este caminhou para a sua resolução, com a retração da política externa da União Soviética, que contribuiu para o fim da Terceira Guerra da Indochina, o fim da dependência externa em relação a Moscou e a gradual ruptura com o isolamento internacional. Em adição, entender como, à medida que os limites impostos por essa relação distendem, o Vietnã alterou a sua política externa em favor de relações potencialmente importantes para os seus interesses.

3.2.1.1 O Fim da Terceira Guerra da Indochina

Em 1985, a posição do Vietnã no Camboja era, ao mesmo tempo, militarmente estável e politicamente complicada. Não era possível antecipar uma vitória do GCDK no plano militar, visto que o Vietnã e a RPK controlavam eficazmente a maior parte do país; mas, no âmbito político, a China, a ASEAN e os Estados Unidos continuavam

embargando as negociações. A ascensão de Gorbachev modificou a posição do Vietnã em ambos os planos.

Primeiro porque a nova política da União Soviética era de desengajamento do Terceiro Mundo – ou, em seus termos, um envolvimento mais pragmático com a África e a Ásia. O ímpeto de Gorbachev de reduzir seus compromissos com o Terceiro Mundo estava associado com a interpretação de que a União Soviética havia excedido seu auxílio a outras regiões em detrimento dos seus próprios interesses, mas também representava uma tentativa de dar fim à corrida armamentista com os Estados Unidos. Sob esse panorama, a tese de que a União Soviética havia se sobre-estirado ao longo dos anos 1980 encontra expressão na política externa soviética de então (VISENTINI, 2007; QUINN-JUDGE, 2006).

Segundo porque a ascensão de Gorbachev levou a uma nova abordagem em relação à China. Em um discurso em março de 1985, Gorbachev apontou quatro razões para a reaproximação sino-soviética: uma reaproximação poderia servir de base para um bloco socialista reavivado; tal movimento poderia diminuir a influência americana na China; Gorbachev antecipou que as reformas chinesas fortaleceriam a economia do país, portanto, seria melhor negociar as fronteiras agora, em um momento de relativa fraqueza; o sucesso de sua política mais ampla em relação à Ásia dependia da cooperação chinesa. A resposta chinesa foi positiva. Em abril de 1985, Deng indicou uma distinção entre o uso soviético da baía de Cam Ranh, no Vietnã, contra a qual não se opunham – divergindo de sua posição da década anterior – e a ocupação do Camboja pelo Vietnã, contra a qual se opunham. As aproximações seguintes por parte União Soviética foram respondidas pela China com a reiteração das três demandas mencionadas acima: a retirada do Afeganistão, a desmobilização na fronteira norte e, por fim, a resolução do conflito do Camboja (KHOO, 2011).

A retirada das tropas do Camboja era não somente um problema diplomático para a União Soviética, posto o fato de que obstaculizava a normalização das relações sino-soviéticas. Moscou também estava tendo dificuldades com o financiamento da ocupação, conforme argumenta Quinn-Judge (2006). Ademais, a URSS estava interessada em melhorar suas relações econômicas com a ASEAN, cujos países membros estavam se desenvolvendo rapidamente – portanto, necessitava realizar uma política capaz de aliviar as suas relações com o bloco (KHOO, 2011).

Por esses motivos, a União Soviética passou a adotar um tom mais complacente com a China e exercer certa pressão ao Vietnã para encerrar a ocupação. Em julho de

1986, em um discurso em Vladivostok, Gorbachev iniciou uma política de concessão em relação a pelo menos dois pontos apontados pelos chineses como um obstáculo para a normalização. Primeiramente, Gorbachev anunciou a retirada parcial das tropas soviéticas do Afeganistão. Segundo, declarou uma redução significativa das tropas na fronteira sino-mongol. Por último, concedeu à China a demarcação do Rio Ussuri, na fronteira sino-soviética. Quanto ao Vietnã, Gorbachev acenou que a normalização das relações sino-soviéticas estaria ao alcance das relações entre os dois países. Em setembro, em uma entrevista, Deng afirmou que se o problema do Camboja fosse resolvido, a China estaria disposta a se encontrar com Gorbachev em qualquer lugar da União Soviética (KHOO, 2011).

As negociações fronteiriças sino-soviéticas foram retomadas em fevereiro de 1987, chegando-se a um acordo preliminar no mesmo ano. Em fevereiro de 1987, a União Soviética anunciou a efetiva retirada das tropas soviéticas do Afeganistão — pouco depois, em 1988, realizou-se os acordos de Genebra acerca do país. Em agosto de 1988, concluiu-se pelo lado soviético a necessidade da retirada das tropas vietnamitas do Camboja para a resolução da questão com os chineses. Em fevereiro de 1989, fez-se a primeira negociação direta sino-soviética sobre o Camboja, resultando em um comunicado conjunto. A visita de Gorbachev à China, indicativo da normalização das relações entre ambos os países, ocorreu em maio do mesmo ano (QUINN-JUDGE, 2006).

As pressões contra o Vietnã para aceitar uma solução negociada com o Khmer Vermelho para o Camboja tiveram início nesse ano. O que o Vietnã parecia buscar era uma política de duas vias, prometendo se retirar do Camboja, mas reservando a opção de reocupar o país de acordo com as suas demandas securitárias – posição a qual a União Soviética havia passado a se opor. A neutralidade soviética diante dos ataques chineses às Ilhas Spratly, em março de 1988, teria servido de indicativo ao Vietnã de que a posição soviética era cada vez mais de complacência com Beijing e de afastamento em relação a Hanói. Em maio de 1988, o Vietnã anunciou a retirada de mais tropas do Camboja até o fim do ano (KHOO, 2011; VÃN LỢI, 2006; QUINN-JUDGE, 2006).

Ao mesmo tempo em que sofria as pressões da União Soviética, o Vietnã realizava a sua própria diplomacia com os países da ASEAN, tentando se aproximar de uma solução negociada para a questão. Em julho de 1987, o Vietnã, representando os países indochineses, e a Indonésia, representando a ASEAN, assinaram um comunicado

conjunto em Ho Chi Minh, começando o processo de diálogo com o objetivo de resolver o problema cambojano. O primeiro encontro dos partidos cambojanos, ou Encontro Informal de Jakarta (*Jakarta Informal Meeting*, JIM I) ocorreu em Bogor em julho de 1988. Outros JIMs (II e III) ocorreram em 1989. Em janeiro de 1989, os ministros da China e do Vietnã se encontraram secretamente para discutir o problema do Camboja. Em setembro de 1989, ocorreu a retirada definitiva das tropas vietnamitas (VĂN LỢI, 2006).

A retirada das tropas do Camboja permitiu ao país romper o seu isolamento em uma região que estava se desenvolvendo rapidamente. Nessas circunstâncias os líderes vietnamitas decidiram partir para uma nova fase na luta para uma coexistência com a China, com a ASEAN e com os EUA. Para tanto, era necessário formular uma solução para o problema cambojano enquanto a aliança entre os três países indochineses deveria ser fortalecida para criar um ambiente pacífico no Sudeste Asiático (QUINN-JUDGE, 2006; VISENTINI, 2007).

No fim de 1989, a União Soviética começou a sua retirada do Vietnã. Simultaneamente, passou a ocorrer a desagregação dos regimes socialistas do Leste Europeu. Era o fim da COMECON e do Pacto de Varsóvia – e, dois anos depois, da própria União Soviética. Os países do Terceiro Mundo, antes apoiados pela União Soviética, agora estavam definitivamente abandonados à sua própria sorte. O auxílio soviético ao Vietnã caiu 63% em 1990 e foi completamente encerrado depois do fim da URSS, em 1991 (FROST, 1993); o comércio com a União Soviética e com o Leste Europeu na primeira metade de 1991 correspondia a apenas 15% do ano anterior no mesmo período. Os cortes também afetaram a manutenção de equipamentos soviéticos do Vietnã e o treinamento de militares vietnamitas na União Soviética, o que prejudicou a modernização militar do Vietnã (KHOO, 2011; QUINN-JUDGE, 2006; VISENTINI, 2007).

Apenas depois da normalização das relações sino-soviéticas, marcada pela visita de Gorbachev à China em maio de 1989, que as relações sino-vietnamitas começaram a se estabilizar. Segundo Văn Lợi (2006), quando o grupo de Pol Pot não tinha mais possibilidade de restaurar sua posição militar, a ASEAN passou a atuar mais ativamente na questão cambojana. Os EUA retiraram o seu apoio ao assento do GCKD na ONU e começaram a negociar com o Vietnã o problema cambojano. A postura chinesa se modificou no mesmo período, ao passo que o Ocidente e a ASEAN começaram a fazer negócios com o Vietnã. De 3 a 4 de setembro de 1990, ocorreu uma conferência

conjunta entre Vietnã e China em Chengdu. Foi o primeiro encontro em dez anos entre os líderes da China e do Vietnã. A normalização definitiva das relações veio em novembro de 1991, depois da assinatura dos Acordos de Paris sobre o Camboja, que encerrou a Terceira Guerra da Indochina (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỖI, 2006).

Os acordos foram resultado da Conferência Internacional sobre o Camboja em Paris, que teve início em 23 de outubro de 1991. A primeira Conferência ocorreu de julho a agosto de 1989, mas não chegou a resoluções efetivas. Esta, por outro lado, resultou na criação de uma Autoridade Transitória das Nações Unidas para preparar uma nova constituição e o retorno da monarquia no Camboja e levou à implantação da primeira missão de manutenção da paz do pós-Guerra Fria e a primeira ocasião na história em que a ONU assumiu o cargo de governo de um Estado. A dissolução da União Soviética ocorreu no fim do mesmo ano (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỖI, 2006).

O conflito sino-soviético, portanto, no fim dos anos 1980, caminhou para a sua resolução. Colabora sobremaneira para tal resultado a retração da política externa da União Soviética, ante a noção de que o país havia excedido os seus compromissos externos nos anos 1980, ou seja, que ela sobre-estirou. A ação da União Soviética contribuiu, primeiro, para o fim da Terceira Guerra da Indochina, visto que a partir de então o apoio político, econômico e militar ao Vietnã começou a minguar, resultando nas condições que levaram à resolução do conflito, cujo marco foram os Acordos de Paris de 1991. Já indicamos que a retração de Moscou, ao condicionar essa resolução, condicionou também o próprio fim do conflito sino-soviético. Resta esclarecer como isso provoca, no Vietnã, o fim da dependência externa em relação ao parceiro e a gradual ruptura com o isolamento internacional.

3.2.1.2 As Relações com a União Soviética e com a Rússia

Entre 1985 e 1995, as relações com a União Soviética passam por duas fases, que participam de um mesmo processo histórico: o declínio e fim da União Soviética. A primeira fase é a frustração: a segunda, o afastamento. Indicamos anteriormente que a relação entre União Soviética e Vietnã, nos anos 1980, era de dependência, assim como o fato de que isso se tornou um problema quando a União Soviética e a COMECON começaram a apresentar dificuldades nos anos 1980 — o que levou a um declínio do auxílio a partir de então. A lógica de reorientar o comércio e a economia,

da qual o *Đôi Moi'* é a pedra de toque, deriva em parte disso. Politicamente, esse afastamento levou à normalização das relações sino-soviéticas e teve como consequência a necessidade da retirada do Camboja. A exposição precedente já procurou dar conta de indicar como ela se materializa nas relações entre Hanói e Moscou entre 1986 e 1991.

O que importa notar aqui é que há, sobretudo, a perda gradual de seu principal parceiro – em termos econômicos, militares e políticos – e uma reação do Vietnã a essa perda. O declínio e fim da União Soviética deixou o Vietnã, em muitos sentidos, desalentado. Economicamente, houve uma forte contração do comércio com o bloco socialista, o que afetou diversos setores da economia. Militarmente, o auxílio e presença na região estava diminuindo desde meados dos anos 1980, conforme indicamos, e terminou de vez com o fim da União Soviética. Politicamente, representava o fim de uma referência revolucionária e política importante para o Vietnã. O Vietnã reagiu ao declínio, que sente mais, por sua relação estreita, antes mesmo que o fim da União Soviética tenha virado fato incontornável; mas o fato colocou de vez a reforma das relações como um imperativo. É compreensível, portanto, que as relações entre Vietnã e União Soviética tenham, primeiro, arrefecido, e o Vietnã tenha caminhado para redesenhar a sua política externa no fim dos anos 1980; para, depois do fim da União Soviética, caminhar para uma relação de pouca relevância relativa para ambos os lados, em um contexto em que o Vietnã se vê na obrigação de multiplicar as suas relações externas para dar conta de seus objetivos políticos e, sobretudo, econômicos.

O afastamento da União Soviética – agora, fragmentada, mas tendo a Rússia como herdeira política – não implicou uma ruptura, mas sim que o ponto de equilíbrio transitou da dependência para uma parceria de dois países geograficamente distantes dotados de um passado positivo. Em 1994, assinou-se um tratado visando substituir aquele de 1978, mas muito mais modesto, em que o novo normal era tão somente uma relação amistosa. Havia ainda algumas áreas de interação, como a joint venture petrolífera *Vietsovetro*, o comércio de armas, o pagamento de dívidas e a cessão da Baía de Cam Ranh (THAYER, 2018; STOREY, THAYER, 2001)

A *Vietsovetro*, fundada em 1981, expandiu suas operações durante os anos 1990 e, do ponto de vista econômico, foi a parceria mais frutífera com a Rússia durante o período. Em relação às armas, equipamento e tecnologia, decidiu-se que o Vietnã teria que pagar em moeda forte as novas compras, o que não impediu uma cooperação positiva nos anos 1990. Em relação às dívidas, a Rússia herdou o pagamento dos

compromissos do Vietnã com a União Soviética, de 9 bilhões de dólares em 1994. Durante os anos 1990, o Vietnã exportou bens e serviços no valor de até 100 milhões de dólares por ano à Rússia para pagar a dívida. Durante a visita do Ministro Phan Van Khai à Rússia em 2000, cerca de 85 por cento da dívida total (US\$ 9,53 bilhões de US\$ 11,03 bilhões) foi perdoadada (THAYER, 2018).

Quanto à Baía de Cam Ranh, desde 1989-90 a União Soviética havia reduzido as suas forças, mas insistia em alguma presença no lugar mesmo depois do colapso. Em 1992, quando tiveram início as negociações sobre a questão, o Vietnã oscilava entre uma visão positiva, ante o aumento da presença chinesa no Mar do Sul da China, e a possibilidade de usar a base para fins comerciais. Em 1993, firmou-se um acordo de cessão da base por 25 anos, sem pagamentos ao Vietnã até 2004. Conforme a Rússia passou a apresentar problemas de manutenção da base – agora mais dedicada a serviços de inteligência – e as relações entre Vietnã e China melhoraram, o país decidiu, em 2001, se retirar (THAYER, 2018; STOREY, THAYER, 2001).

3.2.1.3 As Relações com a China

O afastamento da União Soviética e o conseqüente declínio das relações com o Vietnã foi condição indispensável para que Hanói reavaliasse as suas relações com Beijing depois de mais de uma década de tensão. Havia sinais de uma mudança de posição ainda em 1986, conforme dito, o que se traduziu também na redução da tensão nas fronteiras e no início das negociações, mas a normalização só se materializou depois da assinatura dos Acordos de Paris de 1991. Para a China, além da complacência soviética e do encaminhamento da questão da Indochina, contou o fato de que a crise política em 1989 criou novas pressões para minimizar focos de conflitos externos e de que a estabilização da fronteira sul oportunizaria a incorporação de Yunnan e Guangxi nas reformas econômicas (FROST, 1993; WOMACK, 2006).

No memorando que firmou a normalização, somente duas semanas depois da assinatura dos Acordos de Paris, os dois lados concordaram em não procurar hegemonia sob qualquer forma e que nenhum país deveria impor a sua própria ideologia, os seus valores ou seu modo de desenvolvimento. A base das relações, a coexistência pacífica, não era nova: independência, soberania, igualdade completa, respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos. Os contatos continuaram e o comércio interfronteiriço adquiriu ímpeto nos anos 1990, facilitado por acordos envolvendo

aviação civil, navegação, ferrovias e telecomunicações. Segundo Cuong & Hoa (2018), até 2000 havia ocorrido 12 visitas de alto nível e a assinatura de 30 acordos e memorandos de entendimento – 20 deles relacionados à economia e ao comércio, o que ajudou a criar as condições para o aumento das relações econômicas entre ambos os países. Houve também 32 acordos fronteiriços e a construção de estradas durante o período. Acompanhando esses desenvolvimentos, houve um incremento substancial do comércio bilateral, evidentemente, com um peso relativo consideravelmente menor para a China do que para o Vietnã (FROST, 1993; CUONG; HOA, 2018; WOMACK, 2006).

Assim, a década de 1990 foi, para ambos, um momento de restauração das relações. As relações entre China e Vietnã, no período, assumem o que Womack (2006) chama de “assimetria madura” – em que a deferência do Vietnã em relação à China e o reconhecimento desta da autonomia daquele tornam-se incorporados em expectativas mútuas. Não obstante, ainda havia problemas pendentes, a exemplo da situação dos Hoa e, do ponto de vista econômico, os efeitos causados pelo fluxo de mercadorias pela fronteira – que não somente eram, em parte, contrabandeados, como também competiam com produtos locais e começaram a piorar a balança de pagamentos do Vietnã nos anos 1990 (WOMACK, 2006).

Dentre todas as divergências pendentes, as disputas acerca das fronteiras terrestres e marítimas foram, desde a normalização, o maior foco de tensão nas relações sino-vietnamitas. As negociações acerca dos limites terrestres começaram ainda na década de 1980 e foram completadas em 1999 e 2000. Em relação ao Mar do Sul da China, ambos os lados procuraram firmar dispositivos legais e políticos para segurar as suas reivindicações, mas mantiveram contatos regulares durante o período. A ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) ocorreu nessa época: Hanói ratificou a Convenção em 1994, enquanto Pequim o fez em 1996 (PINOTTI, 2015; LE HONG, 2014; CUONG; HOA, 2018).

Foi no período que a proposta de resolução pacífica das disputas acerca do Mar do Sul da China ganhou destaque dentro da ASEAN. Cita-se como exemplo o compromisso da China de resolver as disputas com o Vietnã em relação aos Spratlys através de negociações pacíficas, firmado na reunião do ARF de 1994. A partir de 1995, com a incorporação do Vietnã à ASEAN, a associação passou a ser utilizada como intermediária nas negociações com a China e um fórum possível para a resolução das controvérsias envolvendo a sobreposição de reivindicações sobre a porção insular – em

que Malásia, Singapura e Filipinas tinham as suas próprias demandas territoriais. Em contrapartida, conforme Nguyen & Dang (2018), as razões para a participação vietnamita na organização não estavam diretamente relacionadas ao seu possível papel securitário. A organização não se envolveu muito nas disputas nos anos 1990 – o que ficou muito claro para o Vietnã ainda em 1994, momento em que houve tensões acerca da exploração petrolífera de Wanan Bei (SANQIANG, 1997; PINOTTI, 2015; NGUYEN; DANG, 2018; WOMACK, 2006).

Foi justamente nos anos 1990 que a China e o Vietnã começaram a implementar plataformas de exploração de petróleo no Mar do Sul da China, inclusive em áreas disputadas, o que levou a uma série de tensões durante o período. Além de Wanan Bei, outro exemplo foi o estabelecimento da plataforma petrolífera chinesa de Kantan, em 1997, preterida em função dos protestos do Vietnã (SANQIANG, 1997; PINOTTI, 2015; NGUYEN; DANG, 2018; WOMACK, 2006).

Vale salientar dois aspectos dessas relações. O primeiro é a perene centralidade do Mar do Sul da China como uma causalidade oculta dos conflitos na região da Indochina. Não obstante a normalização, as tensões ocorrem principalmente nesse ponto e, como se verá, traduzir-se-ão em diferentes dificuldades nas décadas posteriores. O segundo diz respeito ao contexto regional ampliado. A normalização das relações era parte integrante de um esquema relacional mais amplo do qual ambos, ASEAN e Vietnã, participavam — qual seja, o da formação de uma rede regional que acomodasse o poder ampliado da China e tentasse produzir estabilidade no Sudeste Asiático. Nesse ponto de vista, a incorporação da China e do Vietnã nas deliberações da ASEAN e outros espaços institucionais (ARF e APEC) têm como aspecto mediador o aumento do poder da China e a necessidade de trazer a Indochina pacificada para dentro de um quadro de relações positivas para toda a região. Em paralelo, há também um incremento das relações da instituição com outros parceiros, como Estados Unidos e Europa, como uma espécie de contrapeso. Adquire sentido, sob esse ponto de vista, a criação da ARF, de foco securitário, em 1994. Conforme Womack (2006), nos anos 1990, em vez de escolher a acomodação ou o balanceamento contra a China, a ASEAN fez ambas as coisas. Enquanto isso, a China procurou criar um padrão de relações baseado na coexistência pacífica e na multipolaridade, jogando com a ideia dos valores específicos da região para dirimir quaisquer desconfianças dos vizinhos (WOMACK, 2006).

O que se destaca aqui é como a situação regional nos anos 1990, período em que o futuro da polaridade oscilava entre o otimismo em relação ao triunfo da globalização e da ordem liberal e a ascensão do Japão como grande potência, já indicava o peso potencial que a China teria no mundo pós-Guerra Fria. Sob esse ponto de vista, o Vietnã foi um dos primeiros países a procurar uma acomodação com a nova potência. Porém essa acomodação vinha acompanhada por outras iniciativas que representavam receios e aspirações importantes para um país cioso de desenvolvimento e estabilidade. É necessário compreender essas iniciativas para situar a política externa vietnamita de então.

3.2.1.4 As Relações com os Estados Unidos

Durante os anos 1980, os Estados Unidos no Sudeste Asiático exerceram um papel coadjuvante. A situação da Indochina continha o elemento da resistência política norte-americana em relação às negociações e à presença vietnamita no Camboja e o suporte material à China, à Tailândia e ao GCDC, sob o quadro geral das relações com a União Soviética, mas o exercício de seu poder se dava, por isso, de maneira mais ou menos velada. Conforme a União Soviética se afastou e as relações com a China caminharam para a normalidade, a situação se modificou. No Vietnã, a prioridade a partir de 1986 era estabelecer relações com a China, mas uma aproximação com os Estados Unidos não estava fora dos planos. O ministro das relações exteriores Nguyen Co Thach mantinha a posição de que, com o anúncio da retirada das tropas do Camboja, havia condições para uma aproximação, o que, de fato, tentou-se empreender entre 1989, mas sob a ambiguidade de um ministro que também estava fortemente envolvido nas resistentes negociações em Paris. Quando o Vietnã, enfim, cedeu, em 1990, os contatos com os Estados Unidos puderam ser retomados sem o véu dessa ambiguidade (PHUONG, 2018).

Fazia sentido que a normalização adquirisse um caráter de barganha, dado que as motivações mútuas eram condicionadas por concessões recíprocas: para os Estados Unidos, era o momento de resolver definitivamente a questão dos MIAs, ainda sensível para alguns grupos de interesse, além de encaminhar a questão do Camboja; para o Vietnã, o levantamento do embargo comercial dos EUA, que também era do interesse de alguns agentes econômicos estadunidenses, e o sinal positivo de Washington às instituições financeiras internacionais para estender sua assistência a Hanói. A

normalização com a China, em 1991, junto com os Acordos de Paris, diminuiu os riscos e desconfianças de ambos os lados em relação à aproximação. A partir de então, houve avanços positivos em relação aos MIAs, envolvendo conversações e visitas de um comitê específico do senado dedicado à questão, chegando-se à conclusão ainda em 1993 de que não havia prisioneiros de guerra estadunidenses remanescentes no Vietnã. No mesmo ano, o Vietnã retomou suas relações com o FMI e o Banco Mundial, assim como o Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB). O governo Clinton, em janeiro de 1994, sob as pressões de empresas e senadores, além de grupos de veteranos, levantou-se o embargo econômico. Em 11 de julho de 1995, Clinton anunciou a restauração das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Vietnã, abrindo espaço para um novo momento nas relações entre ambos os países (PHUONG, 2018; TO, 2018).

Enfim, entre 1986 e 1995, as relações entre os Estados Unidos foram encaminhadas em paralelo com o declínio da União Soviética, o que envolvia seu afastamento do Vietnã, com a resolução da Terceira Guerra da Indochina e com a retomada das relações com a China. É também o período de transição da bipolaridade para a unipolaridade. Cumpre notar que o restabelecimento das relações com os Estados Unidos, nesse contexto, acordava com a linha da política externa de multiplicação das relações em prol da aquisição de recursos econômicos e inserção internacional derivados em parte do declínio da União Soviética, em parte de necessidades internas – o que corresponde à segunda parte da segunda hipótese, qual seja, de que a medida em que os limites impostos pela ruptura sino-soviética distenderam, o Vietnã alterou a sua política externa em favor de relações potencialmente importantes para os seus interesses.

3.2.2 O Nível Extrarregional

A análise do nível extrarregional sobre a política externa vietnamita envolve, de início, o reconhecimento de que houve uma multiplicação das relações externas sem precedente durante o período que se estende de 1986 a 1995. As bases para essa mudança, que reflete um câmbio paradigmático da política externa vietnamita, foram discutidas anteriormente, de modo que a correlação causal já está explicitada, bem como seus efeitos iniciais sobre algumas das relações. Conforme argumento, a proposta de multiplicar as relações em prol de evitar a dependência externa e extrair recursos potencialmente úteis para o país não é inédita na política externa vietnamita, de acordo

com a evidência pré-unificação e pós-unificação. No âmbito global, se situa na tentativa de encontrar equilíbrio entre China, União Soviética e, por pouco tempo, os Estados Unidos, por mais que a concessão involuntária à dependência e ao isolamento durante os anos 1980 tenha retirado do Vietnã muito de sua capacidade de manobra. No âmbito extrarregional, as relações com a COMECON, embora sob os limites das relações com a União Soviética, e o MNA, ainda que com problemas, evidenciam o apreço pela amplitude das relações; enquanto no âmbito regional, a tentativa inicial de criar laços com a ASEAN, por mais frustrada que tenha sido, rendeu frutos positivos que seriam colhidos no fim dos anos 1980. Enfim, a dependência, a afiliação incondicional, a cessão da autonomia, o isolamento internacional, nada disso representa um dado da política externa vietnamita. Se houve, realmente, uma multiplicação das relações que continha uma intencionalidade longa na forma como o Vietnã percebia as suas relações externas, e se já está claro o que oportunizou essa multiplicação, cabe agora questionar como, primeiro, no âmbito extrarregional, elas ganham corpo e impulso e qual é a forma que assumem no período.

A União Soviética e a COMECON estavam umbilicalmente conectadas: o bloco socialista, sob a liderança da União Soviética, desapareceu com essas. Para os países situados em relativa proximidade, as trocas, embora sem o ímpeto de antes, continuaram. Como no caso do Vietnã as trocas dependiam de concessões por parte da União Soviética e do “comércio como ajuda”, o fim do bloco socialista representou o colapso também dessas relações. Os abalos já haviam sido sentidos e colaboraram sobremaneira para a reorientação da política econômica, o Doi Moi, e externa vietnamita, explicitada em especial na Resolução nº13, de maio de 1988 e no plenário do Comitê Central do PCV de março de 1989, que adotou uma resolução indicando uma mudança de foco das relações políticas para as relações econômicas (THAYER, 2018).

Em 1991, o Sétimo Congresso do PCV afirmava claramente a necessidade de diversificação e multilateralização das relações econômicas com todos os países e organizações econômicas e o ímpeto por uma relação de amizade com todos os países do mundo. A resolução do Congresso valorizou a cooperação independente dos sistemas sócio-políticos e com base nos princípios da coexistência pacífica. O Congresso priorizou as relações com a União Soviética – que colapsou no fim do ano –, Laos, Camboja, China, Cuba e outros partidos e países comunistas, além das relações com países lutando pela paz, independência nacional, democracia e progresso social, Índia e o Movimento Não-Alinhado (THAYER, 2018). No fim, afirmou seus objetivos:

Desenvolver relações de amizade com outros países do Sudeste Asiático e a região Ásia-Pacífico, e lutar por um Sudeste Asiático de paz, amizade e cooperação. Expandir oportunidades iguais e mutuamente benéficas de cooperação com os países da Europa do Norte e Ocidental, Japão e outros países desenvolvidos. Promover o processo de normalização das relações com os Estados Unidos (tradução nossa) (CPV 1991, p. 135 apud THAYER, 2018, p. 27).

Entende-se a extensão surpreendente das relações do Vietnã entre 1988 e 1995. O Vietnã, enfim, transitou para uma política de portas abertas, que veio acompanhada pela parcial abertura econômica. O aprofundamento das relações econômicas e políticas ocorreu sobretudo no âmbito regional, foco da próxima seção. Porém vale considerar dois casos interessantes para explorar esse novo momento nas relações extrarregionais do Vietnã.

O primeiro caso é o da Europa. As relações com a Comunidade Econômica Europeia foram estabelecidas em 1990, em um contexto de aprofundamento da integração europeia e de busca de novas oportunidades pelo Vietnã. De início, as relações se situaram na esfera humanitária: em 1990, a Comissão Europeia lançou um plano de assistência econômica de 45 milhões de euros visando ajudar na repatriação de refugiados vietnamitas, sob o panorama da reintegração dos *boat people*, e procurou se empenhar na reconstrução de vilarejos e de projetos de pequeno porte no Vietnã, sob a aquiescência do governo. O programa foi um sucesso e, mais importante, representou um passo interessante para o início de relações que tinham o potencial de ser mutuamente benéficas no plano comercial e de investimentos. Em maio-junho de 1992, o ministro das Relações Exteriores Cam visitou vários países europeus e a sede da Comunidade Europeia, viagem na qual estabeleceu acordos com a França, que fez lobby para a acessão do Vietnã no Banco Mundial e no FMI, e firmou um acordo de proteção de investimentos e auxílio, com a Grã-Bretanha, com a Alemanha e com a Holanda. No mesmo contexto, o Vietnã estabeleceu acordos comerciais com antigos países socialistas, como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Albânia e a Romênia. Em 1996, a Comunidade Europeia estabeleceu uma representação diplomática em Hanói. No mesmo ano, o primeiro encontro da Comissão Conjunta Comunidade Europeia-Vietnã levou a um Acordo Quadro de Cooperação³⁹ que serviu como a base legal para

³⁹ Segundo Hang & Mascitelli (2017) (tradução nossa), seus objetivos incluíam: “(i) melhorar as condições e promover o desenvolvimento do comércio bilateral e do investimento, (ii) ajudar o

a expansão das relações econômicas nos anos seguintes. Segundo Hang & Mascitelli (2017), entre 1996 desenvolveram-se projetos de desenvolvimento no montante de 102 milhões de libras entre 1996 e 2001, abrindo-se também as portas para uma expansão sem precedentes do comércio e do investimento entre ambos (HANG; MASCITELLI, 2017; THE EUROPEAN, 2023; FROST, 1993).

O segundo caso, embora proporcionalmente menos significativo, é o do Brasil. Foi durante o período que o Vietnã estreitou as suas relações com o país. Em 1989, houve o estabelecimento das relações diplomáticas. Em 1993, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros visitou o Brasil, visita seguida por uma missão empresarial brasileira ao Vietnã e a instalação da embaixada brasileira em Hanói no ano seguinte (REPÚBLICA, 2023).

3.2.3 O Nível Regional

Em termos de multiplicação e aprofundamento das relações econômicas e políticas, nenhum outro espaço de atuação foi mais significativo para o Vietnã a partir de 1986 do que o regional. Removidos os empecilhos e adicionada a pressão pela reconfiguração de suas relações externas, com o afastamento da União Soviética, as oportunidades se multiplicaram e foram aproveitadas pelas diferentes partes, permitindo um redesenho completo da posição que o Vietnã ocupava no panorama da Ásia como um todo e do Sudeste Asiático em particular.

Em 1993, Japão, China, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e a ASEAN já correspondiam a 82% das importações e 60% das exportações do Vietnã. O investimento externo direto (IED) cresceu vertiginosamente desde 1991, indo de 1,3 bilhões de dólares naquele ano para 7 bilhões em 1995, destacando a participação de Singapura, Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul, Japão, Austrália e Malásia (LEPROUX; BROOKS, 2004; IMF, 2002; STATISTA, 2021).

3.2.3.1 As Relações com a ASEAN

A melhora das relações com a ASEAN acompanhou lado a lado a resolução da questão do Camboja e o afastamento da União Soviética dos seus compromissos com o

desenvolvimento económico sustentável do Vietnã, (iii) reforçar a cooperação económica, e (iv) ajudar na proteção ambiental e na gestão sustentável dos recursos naturais do Vietnã.”

Vietnã. Ainda em 1985, o Vietnã havia expressado sua vontade de começar as negociações e a retirada de tropas até 1990. A Malásia foi o primeiro país a propor diálogos de aproximação, que envolveriam tanto Phnom Penh quanto os dois membros não comunistas do GCKD. As aproximações redundaram nos JIMs, mencionados anteriormente, em 1989, mesmo ano em que ocorreram diálogos entre Vietnã e China sobre a questão e Hanói anunciou a retirada definitiva das tropas do Camboja (VĂN LỢI, 2006).

Para Frost (1993), colaborou também para a aproximação, primeiro, o fato de que 1990 foi o ano da normalização das relações da China com Indonésia e Singapura; segundo, a mudança de ênfase na política tailandesa em relação à Indochina, em favor de relações econômicas mais produtivas com a região. Havia para o Vietnã igualmente um incentivo positivo relacionado aos seus processos econômicos internos e as oportunidades que a ASEAN poderia oferecer sob esse ponto de vista, oportunidades que se encontrava também nos prospectos dos vizinhos. Esse avanço nas relações econômicas foi precedido, como é possível notar, pelos avanços políticos possibilitados pelo encaminhamento da questão da guerra. O aumento vertiginoso nos contatos políticos entre o Vietnã e a ASEAN teve lugar sobretudo a partir da retirada das tropas vietnamitas do Camboja, em 1990, e, em particular, da assinatura dos Acordos de Paz de Paris, em outubro de 1991.

Em novembro de 1990, o presidente Suharto, da Indonésia, realizou uma visita ao Vietnã — a primeira de um chefe de Estado ao país desde 1975 —, o que resultou em um acordo para a expansão das relações econômicas, uma Comissão Conjunta Vietnã-Indonésia e dois comitês bilaterais sobre comércio e finanças e para cooperação técnica em investimentos. Algumas empresas indonésias começaram a operar no Vietnã a partir de então (FROST, 1993).

Frost (1993) destaca que, além da Indonésia, a Malásia foi outra defensora do envolvimento do Vietnã na ASEAN, encorajando sobretudo o investimento de companhias ligadas ao Estado, o que se revela na visita do primeiro-ministro vietnamita ao país em janeiro de 1992. A cooperação com o Vietnã, além de contribuir com ganhos econômicos, também poderia servir como esteio para resolver problemas específicos relacionados ao Mar do Sul da China e a questão residual dos refugiados. Ambos os lados concordaram, no momento, em deixar de lado as demandas territoriais concorrentes no Mar do Sul da China e explorar conjuntamente as regiões em que as soberanias se sobreponham.

As relações com Singapura adquiriram ímpeto somente depois da assinatura dos Acordos de Paris. O passo inicial foi o fim do banimento dos investimentos no Vietnã, logo após a assinatura do documento, o que foi seguido por acordos em diversas esferas em 1991 e 1992 — aviação civil, serviços, investimentos, dentre outros — e contatos em favor da maior aproximação econômica entre ambos, sendo Singapura responsável pela contrapartida dos investimentos. Durante os anos 1990, Singapura foi o principal investidor no Vietnã, seguido por Taiwan, Japão e Coreia do Sul e ainda hoje figura entre as primeiras posições entre os principais investidores (LEPROUX; BROOKS, 2004; IMF, 2002; STATISTA, 2021).

Quanto às Filipinas e Brunei, firmou-se acordos sobre o estabelecimento de uma comissão econômica conjunta, navios mercantes e promoção do investimento e proteção, além de um acordo de cooperação com Brunei em novembro de 1991 a respeito de transportes e telecomunicações (FROST, 1993). Em 1995, o Vietnã e as Filipinas concordaram em um “código de conduta” para ser seguido por ambos os países no Mar do Sul da China (AMER; NGUYEN, 2007).

Por último, destacamos a Tailândia. De um dos mais ardentes defensores do isolamento do Vietnã nos anos 1980, o país passou a assumir, a partir de 1988, encabeçado pelo primeiro-ministro Chatchai, uma postura mais favorável à cooperação, justificada pelas oportunidades econômicas que então se desenhavam e vinculada à premente necessidade da manutenção da paz e da segurança na região. Mesmo com a saída do primeiro-ministro, em 1991, a política de estreitamento das relações continuou. Houve duas dificuldades, no momento: primeiro, a questão do aproveitamento dos recursos energéticos, especialmente do Mekong, situação em que o Vietnã tinha reservas sobre a proposta de revisar os termos da operação do Comitê do Mekong e de considerar a entrada do Myanmar e da China; segundo, a questão da violação de zonas marítimas de ambos os lados por pescadores e da parca assistência tailandesa no desenvolvimento da indústria pesqueira do Vietnã, resolvida através de um acordo. Apesar dessas questões, as aproximações se estenderam em 1992 (FROST, 1993). Em 1997, assinou-se um acordo sobre fronteiras marítimas em áreas de disputa bilateral no Golfo da Tailândia, o que possibilitou o início de conversações trilaterais com a Malásia no fim dos anos 1990 (AMER; NGUYEN, 2007).

O resultado desses movimentos, como era de se esperar, foi o aumento substantivo do comércio e dos investimentos entre a ASEAN e o Vietnã na primeira metade dos anos 1990, acompanhado pela aproximação política entre o Vietnã e os

membros da instituição, primeiramente em bases bilaterais. No fim de 1991 e o início de 1992, o primeiro-ministro vietnamita Võ Văn Kiệt visitou todos os países membros da ASEAN (FROST, 1993). Após a Cúpula da ASEAN em janeiro de 1992, que deu as boas-vindas ao Vietnã como parte do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático (1976) (Acordo de Bali), o Vietnã assinou o documento e ingressou como membro observador da ASEAN em julho do mesmo ano, junto com o Laos e o Camboja. Não se esperava um ingresso rápido, de acordo com Nguyen (2007), ante as incertezas acerca da real aceitação dos membros em relação ao ingresso e a necessidade de aprender os procedimentos e regras da organização antes de se tornar um membro pleno. Mesmo assim, em 1994, o Vietnã passou a defender o ingresso como membro pleno, aprovado rapidamente pelos membros da organização e formalizado em 1995, junto com o ingresso na Zona de Livre Comércio da ASEAN (AFTA), assinado pelos países membros em 1992 (NGUYEN, 2007).

O reconhecimento de que o abrandamento do problema securitário acompanhou e frequentemente precedeu o estabelecimento de relações econômicas entre Vietnã e ASEAN parece indicar a repetição de um padrão, verificável em outros casos de integração econômica (inclusive no âmbito da própria ASEAN, no caso das relações Indonésia-Malásia nos anos 1960). Embora esse abrandamento não tenha se traduzido em cooperação militar propriamente dita, pelo menos não imediatamente, ela certamente favoreceu o fortalecimento desses contatos e a subsequente integração do Vietnã (e da Indochina, como um todo) na organização regional. Retorna-se aqui à ponderação realizada no capítulo anterior, sobre o fato de que o peso relativo maior para os países da ASEAN não estava nas relações sino-soviéticas, mas sim em suas condições de segurança imediatas, em que a situação do Camboja ganhava particular proeminência. Quando essas condições se modificaram, a aproximação entre a ASEAN — incluindo os seus membros opositores mais loquazes, como Singapura e Tailândia —, incentivada pelos ganhos econômicos potenciais da integração da Indochina, ganhou impulso.

Antes salientamos aqui que, se considerarmos o contexto regional ampliado nos anos 1990, é possível notar a formação de uma rede regional de relações no sudeste asiático para acomodar a China e a Indochina, rede em que a ASEAN, como o ARF e a APEC, teve papel fundamental. Todavia, por mais que os problemas securitários entre o Vietnã e a China estivessem no horizonte das relações com a ASEAN, há poucas evidências sugerindo que o ingresso na ASEAN tenha tido como fundamento, para o

Vietnã, temores dessa natureza. Pelo desenho que a política externa de Hanói adquiriu desde meados dos anos 1980, é mais apropriado inferir, como fazem Nguyen & Dang (2018), que o ingresso na ASEAN era parte da estratégia de diversificação e multilateralização associada ao *Đổi Mới*. Um assento na organização permitiu o fortalecimento de sua posição política e cooperação securitária com os outros países nos anos seguintes, o que estava no horizonte de expectativas do país acerca da organização, mas o ingresso respondia mais aos anseios econômicos do Vietnã e a continuidade da ruptura com o isolamento internacional do que à esperança do balanceamento contra a China. Era mais uma questão de transformar aquelas relações outrora combatidas, inclusive com a China, em uma teia na qual o Vietnã compartilharia de anseios comuns com os vizinhos.

3.2.3.2 As Relações com o Laos e o Camboja

As relações do Vietnã com o Laos e com o Camboja assumiram um padrão diferente depois do *Đổi Mới* e dos Acordos de Paris de 1991 — mas isso não significa que os seus interesses para a região tenham se modificado. A Indochina continuou a ser a principal preocupação securitária do Vietnã e passou a participar também das preocupações econômicas do país. O reforço da amizade e cooperação, incluindo aquilo que Chheang (2018, p. 169) qualifica como “influência benigna”⁴⁰, na verdade corresponde a uma forma de assegurar que a região não se encaminhe para uma situação na qual o Vietnã se veria envolvido em problemas como aqueles dos anos 1970. A estabilidade regional, dito isso, nunca deixou de ser um dos objetivos centrais do Vietnã, mas os seus meios se modificaram depois da retirada do Camboja. Ao longo dos anos, Laos e Camboja passaram a ser um espaço de associação econômica tendo o Vietnã como centro (CHHEANG, 2018).

Entre 1986 e 1995, com a região envolta, primeiro, na Terceira Guerra da Indochina, e, depois, na normalização das relações regionais, as relações entre o Vietnã e os países da Indochina caminharam para a estabilidade. Até 1993, como era de se esperar, as relações com o Camboja se restringiam fundamentalmente às questões securitárias. Depois, passaram a incorporar questões como cooperação econômica e

⁴⁰ Chheang (2018, p. 166 167) (tradução nossa) argumenta que o Vietnã tem assumido uma postura de “engajamento compreensivo” com uma abordagem “multifacetada” e “multinível”, que inclui o fortalecimento da cooperação securitária, da integração econômica e das trocas socioculturais.

cultural. Os diálogos entre os dois países, desde então, assumiram uma dinâmica de cooperação baseada na confiança mútua de que nenhum recorrerá a hostilidades militares em detrimento da segurança do outro (CHHEANG, 2018).

As relações profundas com o Laos, por sua vez, sobreviveram ao fim da Guerra Fria. Preocupações comuns, incluindo a estabilidade interna e externa, permitiram uma interligação sólida entre ambos os países, que se estende até hoje. É preciso notar também que, ao mesmo tempo em que o Vietnã empreendeu a sua abertura econômica, o Laos também fez o mesmo, buscando inspiração no próprio Vietnã. De fato, a cooperação entre ambos se desenvolveu para abarcar não somente as relações políticas, mas também econômicas (CHHEANG, 2018).

Laos e Camboja entraram na ASEAN em 1997 e 1999, respectivamente e, tal como o Vietnã, viam a organização como potencialmente útil para proteger a sua independência e soberania, além de promover o desenvolvimento econômico. O Vietnã apoiou o ingresso dos países na organização e continuou a apoiar as iniciativas no sentido do fortalecimento dessas relações. Para concluir, vale ressaltar que um problema que resistiu ao fim da Terceira Guerra da Indochina e ao fim da Guerra Fria é a questão territorial. Embora depois de 1977 a questão limdeira com o Laos tenha sido resolvida, o acordo de 1985 com o Camboja não encerrou os problemas fronteiriços entre ambos. A questão retornou nas décadas posteriores (CHHEANG, 2018).

3.2.3.4 As Relações com os Outros Países Asiáticos

Para encerrar a exposição, convém indicar que também houve o fortalecimento de outros contatos que ganhariam importância posterior nas relações externas do Vietnã. O Japão se tornou rapidamente um dos principais parceiros econômicos do Vietnã depois do estabelecimento das relações em 1992, logo adquirindo o status de um dos principais investidores do país. No mesmo ano, o Japão renovou seu auxílio ao Vietnã e advogou pelo acesso vietnamita ao FMI e ao Banco Mundial, além da OCDE. Em 1999, reconheceu o status de nação mais favorecida do Vietnã e, em 2006, anunciou-se uma *parceria estratégica*⁴¹ entre ambos os países, estabelecida em 2009. As sementes para que o Japão se tornasse um dos principais parceiros do Vietnã,

⁴¹ São acordos abrangentes que significam um compromisso duradouro de dois atores para estabelecer uma relação de trabalho estreita através de um número significativo de áreas de políticas e não invocam a necessidade de uma ameaça identificada (NADKARNI, 2010).

portanto, têm sua origem contemporânea nesse período (STATISTA, 2023; THUY; DINH, 2018).

O caso da Coreia do Sul é similar: estabelecidas as relações em 1993, logo o país se tornou um dos principais investidores do Vietnã. O movimento participa da expansão dos investimentos externos da Coreia do Sul do período, em que o Vietnã era visto como uma oportunidade a ser aproveitada — como foi por outros países exportadores de investimentos na região, como o caso de Hong Kong, de Taiwan e, é claro, do próprio Japão, que acabam também por figurar na lista de maiores investidores no Vietnã desde então. Tal como o Japão, a Coreia do Sul também estabeleceu uma parceria estratégica com o Vietnã, em 2007 (BALFOUR, 1996; LEPROUX; BROOKS, 2004; IMF, 2002; STATISTA, 2021)

3.3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA DE 1986 A 1995

O período que se estende de 1986 a 1995, para o Vietnã, foi, indubitavelmente, de mudança. O paradigma econômico e o paradigma da política externa se modificaram ao mesmo tempo e o país rompeu com uma década de isolamento para se inserir nas relações econômicas e políticas da região de modo a extrair o maior número de benefícios possíveis das suas relações internacionais. O que esse capítulo tentou responder é: por quê? Ou, em outro sentido: como contribuíram diferentes fatores para que o Vietnã pudesse entabular uma série de iniciativas que eventualmente o levaram a uma posição internacional distinta — e favorável — em 1995 em comparação com a década anterior?

O primeiro fio causal é o da situação doméstica. Os anos 1980, com todos os problemas econômicos de dois planos quinquenais que não puderam atingir os seus objetivos, tiveram seu papel em obrigar o Vietnã, em 1986, a revisar a forma como estava conduzindo a sua política econômica. Há razões suficientes para imaginar o Đồi Mói, incluindo a revisão dos quadros do partido, foi fortemente influenciado por essa situação doméstica deteriorada e que, ademais, a prioridade da economia para o Vietnã — incluindo, aí, os auxílios externos para a reconstrução do país, demandados pelo menos desde 1975 — certamente favoreceu um câmbio. A mudança de paradigma ajuda a explicar também a prioridade na multiplicação das relações econômicas dos anos subsequentes, ante a necessidade da atração de investimentos e parceiros comerciais.

Se parece justo indicar que foram os problemas internos que sedimentaram uma mudança no paradigma econômico, funcionando como uma variável independente necessária para as mudanças também em sua política externa, é justo também questionar se configurou causa suficiente para que esta se comportasse da maneira como se comportou. Trabalhem com um contrafactual: se a União Soviética tivesse mantido seus compromissos externos, incluindo com o Vietnã, e adotado uma política menos complacente em relação à China, como teria reagido a política externa vietnamita? Ela teria se comportado da mesma maneira? Quais teriam sido seus efeitos na mudança do paradigma econômico do Vietnã? É possível que o Vietnã tenha decidido pela retirada do Camboja, mas em condições mais favoráveis; ou mesmo, o que é bem menos provável, tenha optado por dobrar a aposta na Indochina, tendo como anteparo o parceiro socialista. É possível também que a abertura econômica tenha ocorrido de uma forma distinta, com alguma capacidade de barganha entre o gigante socialista e os potenciais parceiros, o que poderia levar a outros padrões relacionais. Também há a possibilidade de que o clima da *Perestroika* e da *Glasnost*, se inexistentes, levassem o Vietnã a uma posição mais cautelosa em relação às reformas. Por último, o próprio recuo no auxílio e no intercâmbio soviético em meados dos anos 1980 contribuiu para a mudança no paradigma econômico, uma vez que o Vietnã era dependente do país socialista e o recuo provocou abalos cada vez mais fortes na economia — de forma que a própria reforma talvez tivesse vindo natimorta se a situação fosse diferente. De forma que modificar essa variável — a União Soviética em sua relação com o Vietnã — nos leva a cenários bastante distintos e opções de política externa (e econômica) significativamente diversas daquelas às quais o Vietnã teve acesso entre 1986 e 1995. Enfim, é razoável supor que as relações com a União Soviética funcionaram, no mínimo, como uma variável condicional entre as mudanças no paradigma econômico e as mudanças na política externa do Vietnã.

Porém, a União Soviética recuou e feneceu até colapsar e levou com ela uma série de futuros possíveis para a política externa do Vietnã. As mudanças na política externa vietnamita, contraintuitivamente, não parecem, portanto, ser decorrência de, digamos, uma maior liberdade do Vietnã para administrar seus problemas econômicos e políticos, resultante da mudança na postura soviética, mas sim de pressões derivadas da falta de opções que o cenário interno e externo lhes impôs. A multiplicação e a abertura externa podem até ser um *conjunto de opções* — com quem se relacionar, o modo de se relacionar etc. — mas, como *opção*, foi muito mais tributária das

circunstâncias do que se imagina. O que não significa que não haja uma grande dose de voluntarismo nas iniciativas, o que é reforçado pela indicação anterior de que a multiplicação das relações era objetivo longo do Vietnã, além do fato de que a diversificação das relações compunha a tônica de alguns documentos ainda no biênio 1986-87. Todavia, parece indicar que o padecimento de opções fez de um fim desejado um fato, em certa medida, necessário.

O fim da Terceira Guerra da Indochina, o fim da dependência externa do Vietnã em relação a Moscou e a gradual ruptura deste país com o isolamento internacional são todos efeitos diretos e indiretos do declínio da União Soviética. Porém, dentre os efeitos e situações em que interferiu o declínio da União Soviética, para o Vietnã, o fim do conflito soviético — por desistência, praticamente — foi o que mais contribuiu para mudanças na política externa. Isso se deve ao fato de que o fim do conflito sino-soviético contribuiu para resolver o maior entrave na política externa do Vietnã, o conflito na Indochina, resolução sem a qual a multiplicação das relações e o fim do isolamento externo se veriam sobremodo frustrados. Justifica-se aí a primeira parte de nossa hipótese. Por último, para firmar a reflexão, é digno notar que o conflito sino-soviético é um condicionante para a política externa vietnamita pelo mesmo motivo que o é a parceria com Moscou: depende da força do grande parceiro socialista e de sua capacidade de manter compromissos externos. Por isso, quando esses acabam, ela também se resolve.

A partir de 1990, a mudança no paradigma econômico e político já está, em grande medida, definida. Os próximos cinco anos são de continuidade em termos de política externa; de encaminhamentos e adaptações: o fim definitivo do conflito na Indochina, a normalização das relações com antigos inimigos e a inserção na ASEAN. Em 1995, o Vietnã não é mais um país isolado, mas está envolto em um novo quadro dentro do qual necessita atuar. O próximo capítulo pretende dar conta da posição do Vietnã de 1995 até a entrada na OMC, em 2006, momento em que o Vietnã passa a estar plenamente inserido na ordem econômica e política. Não é temerário afirmar, ecoando os documentos dos congressos vietnamitas desde os anos 1990, que o *Đổi Mới* foi o guarda-chuva sob o qual o Vietnã procurou agir desde então. Resta entender o que isso significa.

4 A POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ DO FIM DO ISOLAMENTO EXTERNO À INSERÇÃO INTERNACIONAL PLENA (1995-2006)

Em 1995, a situação do Vietnã nas relações internacionais era substancialmente distinta da década anterior. Além da mudança de paradigma econômico, o país havia reorientado suas prerrogativas políticas em favor da multiplicação das relações externas e a formação de um quadro de relações que permitisse a manutenção de sua segurança, depois de décadas de conflito praticamente ininterrupto, e a construção de um país socialista fazendo proveito das oportunidades possíveis do que, com o fim da Guerra Fria, parecia ser uma nova era nas relações internacionais. O que aparenta ter ocorrido é a simples necessidade de refundar as bases sobre a qual se assentava a política externa do país socialista, decorrente do declínio e do fim da União Soviética e do bloco socialista e a constituição da unipolaridade, refundação que será inaugurada com o *Đổi Mới* e não se modificará substancialmente até os anos 2000, adotando ela mesma o signo de “renovação”. A participação na Cúpula do Leste Asiático e o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2005 e 2006, respectivamente, são alguns dos indicativos de sua inserção plena nas instituições regionais e globais e na economia global.

O que nos resta saber é, primeiro, como as mudanças na política internacional contribuíram para a constituição da política externa vietnamita e, segundo, o que foi verdadeiramente essa política externa. A **terceira hipótese** deste trabalho é que, entre 1995 e 2006, o Vietnã aproveitou as condições internacionais favoráveis para dar continuidade a uma política externa de multiplicação das relações externas, utilizando-as para manter a equidistância e a flexibilidade de suas iniciativas externas.

4.1 AS LINHAS GERAIS DA POLÍTICA EXTERNA DO VIETNÃ “RENOVADO”

Vimos como o *Đổi Mới* (“renovação”) modificou a política econômica e externa do Vietnã a partir de 1986 até 1995. Entre 1995 e 2006, houve, em grande medida, a continuidade da política externa elaborada no período anterior, cuja pedra de toque é a manutenção de múltiplas relações externas. Isso não significa que o marxismo tenha sido rejeitado, como ideologia de Estado, ou que o Vietnã tenha deixado de se reivindicar como um país socialista — mas sim que o país adaptou o seu sistema

econômico e, em menor medida, político, para poder tirar proveito do comércio e do investimento proveniente dos países capitalistas e manter um padrão de relações com os outros que lhe garanta a participação nas questões internacionais. Trata-se de um período em que, por mais que o Vietnã tenha se engajado com a nova situação internacional, procurando tirar-lhe proveito, devido ao temor por uma eventual perda do controle da abertura externa, permanecem reticências, muitas das quais determinam alguns reflexos nos processos de integração com o resto do mundo, o que, se soma a desconfiças em relação aos limites e dificuldades da nova era para ajustar a política externa vietnamita (TUONG, 2017).

De base, a política externa vietnamita no período implicou a diversificação das relações para extrair o máximo possível das relações políticas, econômicas e securitárias para se proteger contra potenciais ameaças em um mundo cada vez mais integrado. É essa orientação que Chapman (2017) chama de “política externa multidirecional” (tradução nossa), constituída por três mecanismos principais: as parcerias estratégicas amplas, os acordos comerciais e o multilateralismo. Essa política externa multidimensional não é senão um termo abrangente para se referir a todo o conjunto de novas diretrizes de política externa desenhada após Đỏi Mói, especialmente após os anos 2000 — ou seja, o novo paradigma da política externa vietnamita.

É justo questionar o uso do termo, pelo fato de que a política externa vietnamita, por mais que se possa argumentar possuir uma diretriz geral desde o Đỏi Mói, varia de acordo com as circunstâncias. Além disso, Chapman (2017) utiliza o termo para se referir mais ao período a partir dos anos 2000, em que a estratégia se coaduna com excelência à ascensão da multipolaridade e à integração do Vietnã na economia global. Deprendidas essas ponderações, parece adequado utilizá-lo de início para substituir o que seria uma descrição ostensiva do paradigma primário da política externa vietnamita, nos cabendo o trabalho de traçar as suas singularidades caso a caso. O fato de que os mecanismos da política externa multidirecional foram inaugurados ainda nos anos 1990 e que o autor traça as origens desse desenho de política externa até o Đỏi Mói reforça o argumento.

Partindo de uma perspectiva distinta, Tran e Sato (2018) percebem a estratégia da política externa vietnamita em relação à China depois do fim da Guerra Fria, especificamente, como um tipo de *hedging*, uma estratégia que visa a diminuição de riscos e a maximização de oportunidades, fundada, primeiro, no temor em relação ao outro ator e, segundo, na possibilidade de extrair benefícios desse mesmo ator. A

estratégia consiste em uma mistura de engajamento diplomático, engajamento econômico, balanceamento brando e balanceamento duro — o que muda ao longo do tempo é a ênfase em cada elemento. Os autores teorizam uma política vietnamita em relação à China em que os Estados Unidos participam como balanceador não exclusivo da China em uma relação com o Vietnã que evoluiu da normalização das relações em 1995 à proximidade nos anos 2010 sem se consubstanciar em uma aliança.

É possível criticar o argumento de Tran e Sato (2018) pela rigidez das categorias balanceamento e engajamento, que faz parecer que a relação entre Vietnã e China assume um padrão paradoxal, o que não é necessariamente verdade. Há de se temperar o argumento com a atenção à noção de que o *hedging* ocorre precisamente por fins de proteção por via da multiplicação de opções e o balanceamento e o engajamento visam isso.

Embora a política externa multidirecional de Chapman (2017) e o *hedging* de Tran e Sato (2018) subsumam a política externa a conceitos distintos, é possível encontrar pontos de confluência entre ambas, que podem ser explorados com mediações, que ajudam a elucidar o pensamento da política externa vietnamita desde 1995. Especificamente, a noção de que é preciso se proteger das inúmeras ameaças de uma nova era e aproveitar as oportunidades dela provenientes se protegendo por via da multiplicação de opções, tanto em termos de número de relações quanto dentro dessas próprias relações. Essa noção, como já vimos, não é estranha à política externa do Vietnã. Como isso se materializa? O que constitui, factualmente, a política externa vietnamita a partir de 1995?

Vimos que o Sétimo Congresso, em 1991, que levou ao poder o secretário-geral Đỗ Mười, assumiu uma postura favorável à diversificação das relações externas e a cooperação com outros sistemas socioeconômicos com base nos princípios da coexistência pacífica. A primeira conferência de meio de mandato, de 1994, reafirmou os compromissos com a renovação econômica e política do Sétimo Congresso, priorizando a industrialização e a modernização do Vietnã pela mobilização de capital doméstico e internacional. Surge, na época, o conceito das “quatro ameaças” (*bon nguy co*): o atraso econômico em relação aos países da região; a evolução pacífica contra o socialismo; a corrupção; e o afastamento do caminho socialista. Dentre as quatro, duas delas representam a opção pela continuidade do socialismo e duas representam uma visão prática acerca dos desafios do mundo pós-soviético: a constituição do Estado e suas ineficiências, traduzidos no termo “corrupção”; e a necessidade de levar o país

adiante no caminho do desenvolvimento, ou seja, a questão do “atraso econômico” (THAYER, 2018; TUONG, 2017).

O Oitavo Congresso, em 1996, renovou a opção política e econômica dos anos anteriores. Em um congresso do qual participaram também representantes do Camboja, Malásia e Singapura, o Partido declarou uma política de construção de uma economia aberta e integrada com o resto do mundo e a aceleração do processo de integração econômica. Representativa da tentativa de integração no que o Vietnã percebia como um novo momento, a política parece ser fruto do diagnóstico expresso de que a revolução científica e tecnológica estaria se desenvolvendo rapidamente e, assim, acelerando as várias forças produtivas e o processo de globalização da economia mundial e da vida social. O reconhecimento explícito da “globalização” como fato objetivo parece ter orientado o Vietnã em favor da assunção de uma política de matiz prática em uma política externa que, por mais que ainda mantivesse algumas de suas linhas tradicionais, havia se modificado substancialmente ao longo da década precedente. É emblemático, nesse sentido, que o Relatório Político do Congresso, do qual as colocações acima foram tiradas, dê relevo ao fortalecimento das relações com os vizinhos, com a ASEAN e com Estados amigos tradicionais, mas também atribua importância às relações com os países desenvolvidos e com os centros econômicos. Tudo isso sem deixar de pôr em destaque o espírito de solidariedade e irmandade com os países em desenvolvimento na Ásia, África, América Latina e o MNA. Em 1996, o Vietnã participou pela primeira vez do Diálogo Ásia-Europa (*Asia Europe Meeting*, ASEM). Em 1998, ingressou na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*Asia Pacific Economic Cooperation*, APEC) (LE HONG, 2018; THAYER, 2018).

Os documentos dos congressos mostram um Vietnã, ao mesmo tempo, cioso de se envolver com as mudanças do pós-Guerra fria, mas igualmente atento aos eventuais efeitos dessas mudanças tanto domesticamente, especialmente no que se intitula “evolução pacífica”, quanto externamente, em que a aproximação com os outros Estados serve como uma espécie de dispositivo de proteção. Naturalmente, o conflito eventual entre as linhas tradicionais da política externa vietnamita e os anseios da nova era haveria de se manifestar na prática. Não somente pelo limite ideológico, ocasionalmente contornável, mas também pelo limite objetivo de inserir um país socialista no mundo “globalizado” em seus próprios termos. O próprio Relatório Político supracitado enfatizou o potencial para a cooperação e o conflito como uma via de mão dupla derivada dessa nova situação internacional. Thayer (2018) destaca as

negociações do Acordo de Comércio Bilateral com os EUA como exemplo de uma questão que dividiu as elites políticas vietnamitas acerca dos riscos da exposição às forças da globalização. O debate se encerrou em 2000, em favor do acordo: para se industrializar e modernizar o país, concluiu o partido, o Vietnã teria que aumentar a sua taxa de crescimento econômico, encorajar o investimento externo e dar continuidade à integração global e regional. Decidiu-se pela introdução gradual de cláusulas em um período de nove anos. Em 2001, os Estados Unidos garantiram ao Vietnã o status de relações comerciais normais renovável anualmente — passo inicial, argumenta-se, para a eventual entrada na OMC, em 2006 (THAYER, 2018). É também sob esse mesmo prisma de potencialidade de cooperação e desafio que Tran e Sato (2018) e Vuving (2006) destacam que, nos anos iniciais de aproximação com os EUA, havia uma restrição à esfera das relações econômicas, postas as limitações a uma aproximação política, ante o temor ainda persistente de uma derrubada do governo comunista e as diferenças em questões de direitos humanos (VUVING, 2006).

Essa, digamos, dualidade, ou a descontinuidade cautelosa — que na verdade representa mais uma conjugação entre o desejo de não perder as oportunidades e a cautela para não perder as opções e evitar o colapso do próprio sistema doméstico — é especialmente relevante a partir do início dos anos 2000. Em 2001, o Politburo do PCV adotou a Resolução N° 7 de 27 de novembro de 2001, sobre a integração econômica, reiterando o ímpeto pela integração econômica e destacando medidas específicas para facilitar a “integração ativa” na economia global. A participação na Cúpula do Leste Asiático, em 2005, e o ingresso na OMC, no ano seguinte, podem ser considerados marcos da consolidação da inserção internacional iniciada pelo *Đổi Mới* (LE HONG, 2018). Porém, na mesma época, as intervenções no Kosovo, Afeganistão e Iraque no início dos anos 2000 reanimaram o marxismo-leninismo no Vietnã: o país condenou as ações estadunidenses e acusou o país de acobertar a ambição de ser o hegemom do mundo e intervir em quaisquer lugares para este fim, até mesmo incitando o secessionismo e o conflito religioso e étnico ao redor do mundo. Paralelamente, cresceram os temores acerca do intervencionismo estrangeiro na região sob os auspícios da presença militar norte-americana e à “evolução pacífica” do socialismo para a democracia (TUONG VU, 2017). A resposta vietnamita foi a proposição, em 2003, de um novo princípio para a sua política externa:

“Qualquer um que respeite a nossa independência [e] soberania e deseje estabelecer relações amigáveis, igualmente cooperativas e mutuamente benéficas com o Vietnã é nosso parceiro de cooperação [*doi tac*]. Qualquer grupo que conspire para frustrar os nossos objetivos de construção e defesa do nosso país é um objeto da nossa luta [*doi tuong dau tranh*]. Por outro lado, na atual situação complicada e em mudança, precisamos de ter uma visão dialética desta questão. Com os objetos da luta poderão existir áreas de cooperação; com os parceiros, podem existir áreas onde os seus interesses são contraditórios com os nossos.” (tradução nossa) (BAN TU TUONG apud TUONG VU, p. 271).

Curiosa foi a dinâmica das relações com a China. A partir de 1995, o vizinho havia passado a uma posição em favor da resolução pacífica das controvérsias no Mar do Sul da China. Em 1999 e 2000, China e Vietnã assinaram, respectivamente, um Tratado de Fronteiras e um Acordo de Fronteiras (CHAPMAN, 2017; TRAN; SATO, 2018). Tran e Sato (2018) argumentam que, no período entre 2001 e 2008, por mais que, em sua relação com a China, o engajamento tenha exercido um papel importante, o balanceamento ganhou relativa importância por dois motivos. Primeiro, o crescimento econômico do Vietnã, que permitiu ir atrás de uma modernização militar limitada; segundo, o crescimento do gasto militar da China e o aumento de sua presença no Mar do Sul da China. Ainda não havia, para os autores, balanceamento duro contra a China, tampouco o aumento da proximidade com os EUA, dos quais o Vietnã continuava desconfiado, especialmente com a invasão do Iraque, em 2003 (CHAPMAN, 2017).

A solução parece ter sido construir parcerias estratégicas, designadas assim pelo Vietnã. É interessante que a primeira tenha sido firmada justamente com a Rússia, em 2001, em uma visita de Putin a Hanói. A parceria estratégica se deu no contexto da ofensiva diplomática do então novo presidente russo à Ásia, fruto do objetivo mais amplo de restaurar o status da antiga potência. Seria a primeira de uma série de parcerias estratégicas estabelecidas pelo Vietnã nos anos subsequentes, a exemplo do Japão, Índia, Rússia e — o que se explica pelo potencial conflitivo da relação — China (CHAPMAN, 2017).

É sob esse espírito de continuidade cautelosa das mudanças em curso que a política externa vietnamita parece seguir desde 1995 até 2005. Há o reforço do que já estava se desenhando desde o início do *Đổi Mới*, ou seja, a abertura econômica e diplomática, somando-se o Vietnã à economia global até a eventual consolidação de sua posição como país integrado na economia e nas instituições internacionais,

auferindo dessa posição benefícios econômicos e políticos que, argumenta-se, acabaram por sedimentar o progresso do país no século XXI. Porém há também desconfianças, descontinuidades e mudanças. Cabe explorar as razões para ambos. Para tanto, é preciso analisar, tal como se fez no período precedente, como as mudanças na política internacional durante o período colaboraram para configurar as diferentes ações e reações da política externa vietnamita.

4.2 OS EFEITOS DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL NA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA

4.2.1 O Nível Global

Começamos novamente pelo nível global. Já falamos sobre a transição da bipolaridade para a unipolaridade. O fim da União Soviética deu início ao que se chamou de unipolaridade ou um “momento unipolar” (MEARSHEIMER, 2019). A qualificação de “momento” se mostrou adequada em análise posterior, mais do que a voga otimista dos anos 1990, época em que os diagnósticos em relação ao futuro da unipolaridade não eram tão evidentes: a política norte-americana, enquanto tinha a materialidade necessária para sustentar uma política do tipo, contribuía para suprir certo otimismo fruto de seus sucessos no início da década, prenhe da solução profética da democracia liberal e da perpetuação do mundo unipolar. Posto dessa forma, ainda se pode considerar a invasão ao Iraque em 2003 uma demonstração clara de força dos Estados Unidos. A Guerra ao Terror desvelou, eventualmente, os problemas de uma política dessa natureza, que, quando somados à emergência dos emergentes, em meados dos anos 2000, e a crise econômica mundial de 2008, contribuíram para formar um quadro consideravelmente distinto daquele dos anos 1990. Hoje, Mearsheimer (2019) tem afirmado que o mundo está caminhando de um “momento unipolar”, marcado pela tentativa de desenvolver uma ordem internacional liberal sob a liderança estadunidense na década de 1990, para a multipolaridade⁴², caracterizada por um período de crise e declínio relativo do poder norte-americano.

⁴² Ainda que Mearsheimer não diferencie em seu artigo (2019), não possível caracterizar a atual multipolaridade como equilibrada, visto que existe uma potência em ascensão que modifica a polaridade (MEARSHEIMER, 2001).

O período que se estende de 1995 a 2005 representa, portanto, ao mesmo tempo, o auge do poder norte-americano e o início de seu declínio. Não à toa Mearsheimer (2019) chama o período que se estende de 1994 a 2004 dos “anos dourados”, enquanto o período posterior é intitulado “ladeira abaixo” (*downhill*). O que caracterizou esses “anos dourados”? O que foi a tentativa de construção de uma ordem internacional liberal?

Seguindo pela perspectiva de Mearsheimer (2019), a criação de uma ordem internacional liberal teria envolvido três tarefas principais. Primeiro, a expansão do rol de membros nas instituições que constituíam a ordem ocidental e a construção de outras onde necessário; ou seja, a elaboração de uma rede de instituições internacionais de participação universal com grande influência sobre os membros. Segundo, a criação de uma economia internacional aberta e inclusiva para maximizar o livre comércio e fomentar mercados de capitais irrestritos, hiper globalizada e muito mais ambiciosa em escopo do que aquela da Guerra Fria. Por último, a propagação vigorosa da democracia liberal ao redor do mundo, noção comprada também pelos aliados europeus dos Estados Unidos.

Para Mearsheimer (2019), exemplos correspondentes são a tentativa de integrar a China na ordem norte-americana como um “ator responsável”, por meio do engajamento, e o início da expansão da OTAN para o leste, sob o signo da integração em um sistema de segurança ampliado. Em ambos os casos, oculta-se a perspectiva de uma espécie de “conversão” desses países à democracia ocidental (a “evolução pacífica”).

Outro exemplo citado por Mearsheimer (2019) é Doutrina Bush, utilizada para justificar a invasão do Iraque em 2003. Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a administração Bush levou adiante a noção de que a vitória sobre a “guerra ao terror” demandaria não somente a derrota da Al-Qaeda, mas também de países como o Irã, o Iraque e a Síria — “Estados párias” ligados a organizações terroristas e que, portanto, seriam uma ameaça global. Talvez mais representativa da política externa norte-americana nos anos 1990 e início dos anos 2000 não seja, contudo, a Doutrina Bush, mas sim a Doutrina Wolfowitz, sua predecessora espiritual, elaborada pelo Subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz e seu vice Scooter Libby. Vazada em 1992, a doutrina, que deveria permanecer secreta, destacava uma política unilateral e de ação militar preemptiva para suprimir as potenciais ameaças de outras nações e evitar a ascensão de ditaduras ao status de superpotência. A Doutrina Wolfowitz se transmutou

no *Defense Planning Guidance* de 1994-1999 (TYLER, 1992a; 1992b; GADDIS, 2002).

A proposta da construção da ordem internacional liberal, se considerarmos os seus fins, não foi senão a tentativa de manutenção da unipolaridade e da hegemonia norte-americana, o que inclui tanto a associação dos outros atores nas instituições que lhe servem de apoio quanto a propagação de seus valores ao redor do mundo. Foi essa proposta, esse ímpeto, essa disposição, apoiada pelas capacidades econômicas e militares da potência norte-americana, que moldou o mundo dos anos 1990 e do início dos anos 2000. A Guerra do Kuwait (1990) foi a primeira demonstração de força dos Estados Unidos no Oriente Médio. Os potenciais rivais pareciam ceder: a Rússia pós-soviética entrou no Banco Mundial em 1992, instituição da qual a China já participava desde 1980; e as relações sino-americanas foram, no geral, estáveis durante a década, apesar de uma crise no estreito de Taiwan, em 1996. A Europa deu continuidade ao seu processo de integração, com o Tratado de Maastricht, em 1992, e o estabelecimento do Euro, em 2002. A OTAN se expandiu enquanto as reclamações da Rússia, enfraquecida, caíam em ouvidos surdos, e a organização interveio nos Balcãs sem uma oposição vigorosa. Em 1993, assinou-se os Acordos de Oslo entre Israel e Palestina. O problemático Afeganistão foi invadido em 2001 e, logo depois, em 2003, o Iraque. Para todos os fins, o mundo parecia caminhar, a passos largos, para o triunfo norte-americano (MEARSHEIMER, 2019).

Contudo, também se assentavam as raízes de seu declínio. Por mais que os anos 1990 tenham sido, mais do que provavelmente qualquer outro período da história, com exceção, talvez, do pós-Segunda Guerra Mundial, uma época de domínio dos Estados Unidos, alguns elementos sinalizam os problemas que a hegemonia norte-americana, ou a unipolaridade, terá que enfrentar. Por exemplo, Mearsheimer (2019) destaca que, apesar da diminuição das armas nucleares, Índia e Paquistão testaram suas armas nucleares em 1998. Houve desastres na Somália (1993) e no Haiti (1994-95), assim como em Ruanda (1994), e cresceram os potenciais conflitos no Congo, no Sudão e no Oriente Médio.

Já discutimos, no capítulo anterior, a responsabilidade da China em relação ao fim da Guerra Fria. Apesar dos eventos na Praça da Paz Celestial de 1989 e da pressão pela abertura política, o país continuou a crescer nos anos 1990, muito em responsabilidade da continuidade do processo de modernização iniciado nos anos 1980. A China ascendeu, no período, no panorama da globalização: assumiu, gradualmente,

o papel de fábrica do mundo, junto com outros países da periferia do capitalismo, enquanto os Estados Unidos expeliram as suas indústrias para fora do território, assumindo a forma de uma economia calcada no setor de serviços, na exportação de capitais, na moeda forte, e, a partir de então, cada vez mais comercialmente deficitária. Consequentemente, mais vulnerável, o que a crise financeira de 2008 demonstrou de maneira inevitável. Se pensarmos a questão do ponto de vista geoestratégico, com a retirada da União Soviética do Leste e Sudeste Asiático, a dinâmica potencialmente conflituosa caminhou para as relações sino-americanas, à medida que a China procurou uma profundidade estratégica coerente com as suas capacidades econômicas. O Sudeste Asiático dividido e imobilizado e o Leste Asiático premido de conflitos possíveis, alguns dos quais que testemunhamos o desenrolar hoje, é em parte tributário desses desenvolvimentos anteriores. Convém questionar se, com os compromissos dos Estados Unidos, incluindo os imensos gastos militares, assim como o seu envolvimento no Oriente Médio, a sua presença no Pacífico e os seus compromissos na Europa, não estariam levando os Estados Unidos a, tal como a União Soviética, a sobre-estimar.

No fundo, a nova política externa norte-americana também abandonou a agenda do desenvolvimento em prol da segurança, transformando a defesa da democracia em uma panaceia. Se podemos adotar a perspectiva realista, pensando a dinâmica das relações internacionais em termos de polaridade e equilíbrio de poder, também pode ser útil recorrer à Arrighi (1996). Para o autor, em interpretação parcialmente derivada de Gramsci (2008), a hegemonia pode ser vista como a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Diferente da “dominação” pura e simples, a hegemonia é poder associado à dominação ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. Em outros termos, trata-se de uma conjugação entre coerção e consentimento. Daí, a introdução, por parte de Arrighi, do conceito de “caos sistêmico”, em que há uma situação de ausência de ordem, abrindo espaço para o estabelecimento de uma nova hegemonia. Mesmo que ainda não exista, na primeira metade dos anos 2000, um “caos sistêmico”, talvez seja adequado traçar, no período, as origens do dissenso. O descumprimento da promessa do desenvolvimento da livre circulação de bens, serviços e pessoas, da democracia e de tudo aquilo que a globalização pretendia oferecer, começa a se revelar nesse período.

É diante disso que dizemos que a década que se estende de 1995 a 2005 foi, ao mesmo tempo, o ápice e o início do fim para os Estados Unidos. Por essas duas ideias lógicas de expressão prática, ápice e declínio, é que se pode compreender a afiliação às

tendências do pós-Guerra Fria e as reticências e recuos da política externa vietnamita, do ponto de vista do impacto da política internacional na definição e na redefinição de suas ações e reações.

4.2.1.1 As Relações com os Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos, estabelecidas em 1995, evoluíram no pano de fundo da unipolaridade e da tentativa de criação de uma “ordem internacional liberal”. Para um país como o Vietnã, que ainda procurava manter a estabilidade do seu próprio sistema, frequentemente o receio da “evolução pacífica” capitaneada pelos Estados Unidos figurou como uma preocupação⁴³. É, em parte, esse receio o que explica que os contatos iniciais entre ambos os países se restringiram majoritariamente a questões econômicas, prevalecendo um clima de incerteza em ambos os lados (THAYER, 2018; PHUONG, 2018).

Outro fator dificultador foram as posições de ambos os países no contexto da normalização. Os Estados Unidos evitaram derivar a questão para além da questão dos MIA e do legado do conflito; enquanto o Vietnã percebia a normalização como uma condição para o estabelecimento de relações econômicas positivas. Para Phuong (2018), parte da liderança sentia que Washington estava mais disposta a extrair concessões do que construir uma relação baseada no respeito e na compreensão mútuos. As ações de Washington pareciam corresponder a um país que via o Sudeste Asiático como mero componente auxiliar de suas relações com a China. O Secretário de Estado Warren Christopher, em visita a Hanói em 1995, encaminhou duas mensagens bastante representativas da tônica que assumia a posição norte-americana naquele momento: o Vietnã precisaria negociar um acordo comercial bilateral com os Estados Unidos antes de receber o status de Nação Mais Favorecida (NMF); e era importante que os dois países mantivessem um diálogo sobre questões de direitos humanos como forma de aprofundar os laços (AHEARN; SUTTER, 1996 apud PHUONG, 2018). Enfim, desejava-se contrapartida por contrapartida, nas relações econômicas, e ponderava-se a questão dos direitos humanos, como componente ideológico da relação. Na ausência de

⁴³ Na circunstância da entrada na ASEAN, o ingresso era visto, conforme argumenta Thayer (2018), como uma forma tanto de melhorar as relações com os Estados Unidos, visto que se tornaria mais relevante para Washington como membro da ASEAN; quanto de se proteger politicamente em questões como direitos humanos e democratização.

interesses estratégicos comuns mais amplos, os dois governos acabaram trabalhando para promover a cooperação econômica e comercial, que veio a ser o foco das relações entre ambos nos anos seguintes (PHUONG, 2018).

Foi a “tripla crise” na ASEAN em 1997 — as queimadas na Indonésia, a quebra do governo de coalizão do Camboja e a crise financeira asiática —, conforme Thayer (2018), que impeliu o Vietnã a uma mudança de foco em sua política externa que teria efeitos também em suas relações com os Estados Unidos. A incapacidade da ASEAN em administrá-las levou o Vietnã à adoção de uma posição mais cautelosa em relação à integração e à reforma política. Passou-se a adotar uma estratégia tripartite: a defesa da discriminação positiva no caso de novos membros da ASEAN, o desenvolvimento de um grupo de Estados politicamente fechados menos desenvolvidos dentro da ASEAN e uma ênfase maior nas relações bilaterais com a China e com os Estados Unidos. Foi sob esse panorama que se iniciaram os diálogos a favor de um Acordo de Comércio Bilateral com os Estados Unidos, finalmente assinado em 2000, já descrito acima. O acordo, como contrapartida às exigências tarifárias e não tarifárias, dava acesso ao mercado norte-americano e servia como estímulo à economia doméstica e reformas legais, o que seria de grande importância para eventual entrada na OMC (THAYER, 2018; PHUONH, 2018).

Havia, no entanto, áreas em que a cooperação permanecia consideravelmente obscura. Os contatos militares, por exemplo, eram poucos: os militares desconfiavam dos EUA, ainda mais com a insistência norte-americana em colocar as questões do legado da guerra na dianteira do envolvimento bilateral. Havia poucos pontos em comum, para os militares vietnamitas, que justificassem níveis mais elevados de cooperação em segurança logo após a normalização, ainda mais porque Washington mantinha a proibição de vendas de armas letais ao Vietnã. Tuong (2017) chega a ponto de argumentar que pelo menos até 2005, os estrategistas militares vietnamitas — mais ligados ao partido e contrários à despolíticação das forças armadas — ainda pareciam ver os Estados Unidos como o principal inimigo, ou, pelo menos, as “forças armadas imperialistas”. Para o autor, inclusive, a caracterização da estratégia vietnamita como *hedging* subestimaria a seriedade com a qual os líderes militares viam os Estados Unidos até recentemente.

É interessante notar também que, apesar dos avanços bilaterais, a questão dos direitos humanos e da “evolução pacífica” continuou a incomodar mesmo após a assinatura de um tratado comercial. Curiosamente, no mesmo dia em que o Congresso

norte-americano ratificou o Acordo de Comércio Bilateral, passou também, com uma estrondosa votação positiva, o *Vietnam Human Rights Act H.R. 2833* — um recado nada sutil ao Vietnã. As questões de direitos humanos voltaram a surgir no congresso norte-americano nos anos seguintes, o que, conforme Phuong (2018), enfureceu muitos conservadores vietnamitas, que apontavam a hipocrisia dos norte-americanos em levantar a questão diante de tudo que havia ocorrido durante a guerra. Soma-se a isso aos problemas já descritos associados ao intervencionismo norte-americano para conformar um quadro em que, apesar da normalização e da aproximação bilateral, até meados dos anos 2000, é difícil afirmar uma recuperação completa das relações entre ambos os países (PHUONG, 2018; TUONG, 2017).

Depreendidas essas considerações, é inevitável considerar que existe sim uma aproximação com os Estados Unidos na última década e meia — argumenta-se, frequentemente, como forma de balanceamento contra a China —, mas cabe a outros trabalhos qualificar a natureza dessa relação. O que se pode dizer é que essa aproximação foi inaugurada ainda no fim dos anos 2000, com a assinatura do Tratado de Comércio, sucedido por duas visitas presidenciais, em 2000 e em 2006, mas até então as relações entre ambos eram marcadas pela tensão, no âmbito político, e pela construção gradual de uma relação econômica positiva. Em 2007, o governo Bush encerrou o embargo de exportação de armas de fogo para o Vietnã, logo após a entrada na OMC, quando o Vietnã já havia se tornado um dos maiores importadores de armas russas, como detalharemos no subcapítulo sobre a Rússia. Só então as relações entre Estados Unidos e Vietnã assumiram um novo ímpeto (PHUONG, 2018).

4.2.1.2 As Relações com a China

Afirmamos anteriormente que o padrão que as relações sino-vietnamita parece ter adquirido após a normalização pode ser qualificado como um tipo de *hedging*, fundado no temor, em que balanceamento e engajamento funcionam juntos para constituir um quadro em que o que muda, de período em período, é o foco. Se retornamos à história das relações sino-vietnamitas, marcadas pela assimetria, ora amistosa, ora belicosa, é compreensível que a relação oscile entre a acomodação e a oposição, de acordo com as circunstâncias.

Para Tran e Sato (2018), no período imediatamente posterior ao restabelecimento das relações diplomáticas, prevaleceu o engajamento. Com a ênfase

no desenvolvimento econômico, a associação econômica com a China figurava especialmente relevante, o que se conjugava com a ruptura do isolamento externo e as preocupações com a “evolução pacífica” para formar um quadro de desenvolvimento positivo das relações. Por outro lado, começam a surgir alguns focos de tensão. Já discutimos aqui alguns dos acontecimentos em relação ao Mar do Sul da China após a normalização das relações sino-vietnamitas e extraímos também algumas conclusões acerca da política externa vietnamita de então no que diz respeito à sua relação com a China e com a ASEAN. Conforme destacamos, a partir de 1995, a China passou a assumir uma posição favorável à resolução pacífica das controvérsias no Mar do Sul da China, e o Vietnã, apesar de quaisquer temores, procurou a acomodação. Complementa-se que, em 1999, os Secretários Gerais dos Partidos Comunistas vietnamita e chinês, Kha Phieu e Jiang Zemin respectivamente, publicaram um comunicado conjunto que valorizava o reforço da confiança mútua e a solução pacífica de controvérsias e, no mesmo ano, lançou-se oficialmente a proposta da criação do Código de Conduta entre os membros da ASEAN e a China (THAO; 2000; PINOTTI, 2015).

Foi nesse período que se assinou também o Tratado de Fronteiras e o Acordo de Fronteiras de 1999 e 2000, respectivamente, resolvendo as pendências lindeiras terrestres, o que reforça a tese da prevalência do engajamento durante esse quinquênio. Conforme Pinotti (2015), os acordos em questão fazem referência ao Golfo de Tonkin, ou Beibu, que faz fronteira com ambos os países e é o ponto de encontro de suas respectivas Zonas Econômicas Exclusivas. Os documentos definem regras para a pesca, o acesso à ZEE da contraparte e a administração conjunta dos bens do Golfo. É preciso dizer que esse incremento das relações com a China veio acompanhado do incremento nas relações com os vizinhos da ASEAN, da Indochina e de outros parceiros importantes (TRAN; SATO, 2018; PINOTTI, 2015).

Tran e Sato (2018) argumentam que, entre 2001 e 2008, o balanceamento brando ganhou relativa importância por duas razões: primeiro, o desenvolvimento econômico permitiu a busca por uma modernização militar limitada; segundo, o Vietnã passou a se preocupar mais com o crescimento dos gastos militares da China e sua presença no Mar do Sul da China. Para os autores, pelo fato de que o período também testemunhou a invasão do Iraque pelos EUA em 2003, não houve possibilidade de formação de aliança para fins de balanceamento duro. Optou-se pelas parcerias estratégicas amplas, sendo a primeira firmada com a Rússia, em 2001, seguida por Japão (2006) e Índia (2007). Isso não significa que houve uma deterioração dos contatos bilaterais — ao contrário, estes

se aprofundaram ao longo do período, marcado por visitas de alto nível regulares entre ambos os países. Em 2006 Vietnã e China formaram um Comitê Diretor Misto de Cooperação Bilateral (*Joint Steering Committee on Bilateral Cooperation*) e concordaram no estabelecimento de uma parceria estratégia ampla, afinal firmada em 2008. Economicamente, os laços também se aprofundaram. Entretanto, o Vietnã se tornou mais dependente da China ao longo da década, situação exemplificada pelo déficit comercial expressivo (em torno 11 bilhões em 2008) e pelo fato de que a China representava o principal parceiro comercial do Vietnã desde 2004, mas este não figurava sequer entre seus cinco primeiros em 2008 (TRAN; SATO, 2018).

Por último, convém apontar que, em 2009, o Vietnã surpreendeu o governo chinês ao submeter à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CPLC) dois pedidos de extensão de sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas. Um deles, em conjunto com a Malásia, fazia referência à porção sul do MSCh; o outro, individual, propunha avançar a plataforma continental vietnamita, aproximando-se do arquipélago das Spratly, chegando ao limite de 350 milhas náuticas (PINOTTI, 2015; CRISIS GROUP, 2012).

Enfim, o padrão das relações com a China, entre 1995 e 2006, foi tanto de melhora substantiva nas relações econômicas quanto de uma deterioração gradual e incompleta nas relações securitárias. A deterioração não se deu, e as sucessivas e permanentes aproximações são prova disso, por um desejo explícito de cada um dos atores, mas pelo crescimento da China e a correspondente contrapartida do aumento de suas capacidades militares e a busca paralela por seus objetivos estratégicos — consubstanciados nos interesses centrais declarados ao longo dos anos 2000 e início dos anos 2010 (Taiwan, o Mar do Sul da China, Tibete, Xinjiang e Diaoyu/Senkaku). A cunha da “ascensão pacífica” arrematada e defendida por Jiang Zemin ao longo da década é premissa destes objetivos que ao longo dos anos se tornarão mais claros. É a partir dessa ascensão e de seus objetivos que se entende, ambas, a maior assertividade da China a partir de 2013; e os temores correspondentes dos vizinhos, incluindo o Vietnã, já presentes em períodos anteriores, e as respectivas respostas, seja na forma do engajamento, seja na forma do balanceamento, pendendo o Vietnã para este a partir de 2009.

É interessante notar que o Vietnã se envolve tanto com os Estados Unidos quanto com a China por perceber, em ambos, interesses comuns e potenciais áreas de dissídio. A questão é que, conforme aumentam os potenciais focos de conflito entre as

duas potências, as opções do Vietnã se tornam, naturalmente, mais limitadas. Sob esse ponto de vista, a diversificação das relações políticas e econômicas de Hanói se torna quase uma necessidade, o que impele à continuidade de uma política inaugurada pelo Đổi Mới.

4.2.1.3 As Relações com a Rússia

Já comentamos alguns dos elementos das relações entre Vietnã e Rússia no período em questão, como o tratado de 1994, a joint venture petrolífera *Vietsovpetro*, o comércio de armas, o pagamento de dívidas e a cessão da Baía de Cam Ranh. Até os anos 2000, as relações entre Vietnã e Rússia se limitaram, fundamentalmente, a esses assuntos. A partir dos anos 2000, com a ascensão de Vladimir Putin e o crescimento da China, as relações entre Vietnã e Rússia adquiriram um novo impulso (TSVETOV, 2018).

Putin, cioso de restaurar a posição internacional da antiga potência, se inclinou à Ásia, o que se manifestou parcialmente em suas visitas de Estado à China, Japão, Índia e Coreia do Norte ainda nos dois primeiros anos de mandato. A visita ao Vietnã ocorreu em fevereiro de 2001, logo após ele assumir a presidência. Na visita, o mandatário russo chamou o Vietnã de parceiro “tradicional” e, junto com o presidente Tran Duc Luong, firmou a primeira parceria estratégica do Vietnã nos anos 2000. A partir de então, a retórica faz constar frequentemente as palavras “tradicional” e “amizade” para se referir às relações Vietnã-Rússia (TSVETOV, 2018; LAN apud TSVETOV, 2018).

No centro da parceria estratégica firmada em 2001, estavam as trocas de armamentos, que se expandiram consideravelmente nos anos 2000. As trocas incluíram quatro caças Su-30MK por US\$150 milhões em 2003. Em 2008, firmou-se um memorando de entendimento sobre cooperação em defesa durante a visita do presidente Nguyen Minh Triet; no mesmo ano, os valores dos contratos militares passaram de US\$ 1 bilhão e, no ano seguinte, chegaram a US\$ 3,5 bilhões no ano seguinte, incluindo a encomenda de mais oito Su-30MK2s, barcos da classe Molniya, fragatas da classe Gepard e, mais importante, seis submarinos da classe Kilo, além de demonstrar interesse em serviços de manutenção, partes e sistemas de defesa aérea. Em 2005, oficiais de defesa russos já consideravam o Vietnã o terceiro maior importador de armas depois da China e da Índia (TSVETOV, 2018; KLYUCHANSKAYA, 2011).

Os anos seguintes foram marcados por diversas visitas de Estado entre ambos os países e pelo aumento considerável do comércio bilateral (2,3 vezes maior entre 2001 e 2005 do que entre 1996 e 2000). Em 2004, Vietnã e Rússia anunciaram a criação de um Fórum de Negócios Rússia-Vietnã e, em 2006, depois de uma visita de Putin, o estabelecimento de um banco misto para financiar as trocas bilaterais. O investimento também aumentou: em 2004, a Rússia investia US\$1,7 bilhões em projetos no Vietnã e se delineava a possibilidade de auxiliar na construção do de um sistema de metrô em Ho Chi Minh. Apesar disso, as trocas comerciais continuaram dramaticamente mais baixas do que tinham sido nos anos 1970 e 1980: correspondiam a somente 0,4% do comércio total da Rússia e 1,3% do comércio total do Vietnã (TSVETOV, 2018; LAN apud TSVETOV, 2018).

4.2.2 O Nível Extrarregional

No nível extrarregional, ocorreu, primeiro, a multiplicação das relações com outros países e o aprofundamento dos contatos políticos e econômicos firmados nos anos precedentes; segundo, o acesso à instituições multilaterais, que permitiam ao país dispor de instrumentos adicionais e prestígio para dispor de algumas iniciativas econômicas e políticas; por último, o estabelecimento de parcerias estratégicas, algumas delas envolvendo parceiros extrarregionais, como a Alemanha, o Reino Unido e a Índia, além de vizinhos como o Japão e a Coreia do Sul.

O Movimento Não Alinhado (MNA) feneceu ao longo dos anos 1990. Em certa medida, o “Sul Global” e os “emergentes” se tornaram o seu sucessor espiritual, à medida que os rachas na hegemonia norte-americana foram se manifestando, e muitas de suas funções políticas foram transmutadas para coalizões de geometria variável, como o G20 e os BRICS, que ganharam espaço somente nos anos 2000. Com a perda dos espaços tradicionais de sua diplomacia, o Vietnã procurou se envolver nas instituições multilaterais às quais havia adquirido acesso para fazer valer os seus interesses, muitos deles compartilhados. As instituições regionais, como a ASEAN e a Cúpula do Leste Asiático, foram o ponto focal dessas iniciativas e veremos como se produziu a política externa nestes âmbitos no subcapítulo sobre o nível regional.

Primeiro, convém demonstrar a vitalidade que assumiu a relação do Vietnã com os países com os quais, até pouco tempo, não mantinha relações, sob a política de portas abertas e multiplicação das relações econômicas e políticas, inaugurado ainda na segunda metade dos anos 1980. Bom indicador disso foram as trocas comerciais, que

criaram vertiginosamente entre 1995 e 2005, remodelando também o padrão de interação comercial do Vietnã. As trocas comerciais e o investimento externo direto contribuíram de maneira fundamental para o crescimento do Vietnã durante o período (LE HONG, 2018).

Com a relativa perda de importância do Movimento Não-Alinhado, restaram poucos espaços de atuação efetivos durante o período. O Vietnã focou, durante esses primeiros anos, nas relações bilaterais e com instituições regionais. Como se falou, o ingresso na OMC só se deu em 2007. Quanto às Nações Unidas, caberia trabalho à parte para decidir qual foi o seu papel efetivo na organização. O que se coloca é que as boas relações com a instituição e com os seus membros compunham parte da estratégia mais ampla de diversificação das relações. O país se colocou a favor de iniciativas importantes no âmbito da organização, a exemplo do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares de 1996, da Conferência sobre o Desarmamento, no mesmo ano, e da Convenção sobre Armas Químicas de 1998. Também cooperou com a FAO e com o Senegal em um projeto tripartite de cultivo de arroz e participou do ECOSOC de 1998 a 2000. Prova do relativo prestígio que adquiriu na organização foi a sua ascensão a membro não permanente do Conselho de Segurança no biênio 2008-2009. Em 2014-2016, foi membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU e do ECOSOC e enviou uma equipe para atividades de *peacekeeping* (VNA, 2022).

4.2.2.1 Parcerias Estratégicas: Japão, Coreia do Sul e Índia

Explicamos as origens e motivações das parcerias estratégicas como instrumentos da política externa vietnamita, especificando o caso da Rússia e da China como exemplos, sobremaneira relevantes. Outras parcerias foram firmadas durante os anos 2000, cada qual com motivações peculiares. Essas parcerias evoluíram, ao longo dos anos, para padrões de cooperação mais profundos e, em alguns casos, a mudança de qualificação dessas relações para um nível mais elevado. Os casos mais relevantes são os do Japão, da Coreia do Sul e da Índia.

Depois de estabelecida uma parceria estratégica em 2006, Japão e Vietnã chegaram a um Acordo de Parceria Econômica em dezembro de 2008, que entrou em vigor em outubro de 2009. Desde que a parceria foi assinada, o volume do investimento japonês no Vietnã tem aumentado constantemente, sendo as duas das maiores áreas de investimento a de equipamentos de transporte e a de maquinaria elétrica para centros

produtivos. As indústrias de vestuário vietnamitas também beneficiaram imensamente do acesso ao mercado japonês, contribuindo para o crescente excedente comercial do Vietnã com o Japão. O país se tornou o primeiro a elevar a sua parceria estratégica para uma parceria estratégica ampla, em 2014, baseada em um memorando de entendimento firmado em 2011 (THUY; DINH, 2018).

A parceria estratégica com a Coreia do Sul foi estabelecida em 2009, após a visita do então presidente Truong Tan Sang a Seul, redundando na expansão da cooperação em várias áreas. As relações positivas foram ainda mais fortalecidas economicamente com a assinatura de um acordo de livre comércio em 2015. Os dois países também estabeleceram um comitê conjunto a nível ministerial e subcomitês sobre comércio de mercadorias, alfândegas, defesa comercial, medidas sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas ao comércio (THUY; DINH, 2018).

A Índia é um caso similar: em julho de 2007, o primeiro-ministro vietnamita Nguyen Tan Dung e o seu homólogo indiano, Manmohan Singh, assinaram uma declaração conjunta de 33 pontos sobre a parceria estratégica promovendo a cooperação multifacetada entre os dois países. Desde 2009, os dois países mantêm um diálogo estratégico anual para rever e fortalecer ainda mais as relações bilaterais. Com o crescimento das tensões no Mar do Sul da China, estreitaram ainda mais as suas relações a partir de 2014 (TRAN; SATO, 2018; THUY; DINH, 2018).

4.2.3 O Nível Regional

A ruptura com o isolamento internacional dos anos 1980, com o fim do conflito na Indochina, permitiu ao Vietnã se envolver mais estreitamente com os seus vizinhos em termos políticos, securitários e econômicos. Depreendidas quaisquer pontos sobre as opções (ou a falta delas) para o Vietnã do início dos anos 1990, o fato é que o Vietnã reorientou a sua política externa e logo se viu na circunstância de administrar a sua inserção regional no mundo pós-Guerra Fria para dela extrair benefícios variáveis ao mesmo tempo em que precisaria cuidar dos desafios implicados por essa mudança.

O âmbito regional, espaço de contato externo imediato, foi o primeiro passo para a reconstrução das relações internacionais do Vietnã. O canal mais óbvio eram os membros da ASEAN e a necessidade de acesso à organização, que correspondia a oportunidades políticas, securitárias e econômicas mútuas. Os primeiros anos dentro da ASEAN, conforme descrevemos em capítulo anterior, correm com assinaturas de

tratados limdeiros, entendimentos diversos e oportunidades econômicas, institucionalizadas ou não. Em 1996, o Vietnã participou pela primeira vez do Diálogo Ásia-Europa (*Asia Europe Meeting*, ASEM). Em 1998, ingressou na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*Asia Pacific Economic Cooperation*, APEC) (LE HONG, 2018; THAYER, 2018). A “tripla crise” da ASEAN, em 1997, acendeu um alerta acerca dos limites e desafios do processo e, depois, a ascensão da China sugeriu cautelas de outra natureza. As parcerias estratégicas desse momento revelam, para além do ímpeto por se associar a Estados de fora do entorno imediato, a busca por instrumentos adicionais para multiplicar as opções do país. Esta seção procurará compreender como essas relações se desenvolvem no período.

4.2.3.1 As Relações com a ASEAN

É somente a partir de 1997 que é possível testemunhar algum tipo de mudança de postura do Vietnã na ASEAN. Dois anos depois de entrar, o Vietnã não era mais um país isolado, mas sim um país já integrado na economia local, entre parceiros comerciais e investidores, apesar do crescente déficit comercial com os países da organização. A “tripla crise” de 1997, paralela às discussões sobre a inclusão do Laos e do Camboja na organização, impeliu os Estados a assumir respostas individuais e a ASEAN foi pouco capaz de oferecer alguma resposta, o que abalou fortemente a credibilidade da organização (THAYER, 2006).

Conforme Thayer (2006), os decisores políticos do Vietnã ficaram alarmados com três desenvolvimentos em particular: o impacto das múltiplas crises regionais na estabilidade política e econômica do Vietnã, que passou por distúrbios de camponeses na época; o impacto da crise financeira na ASEAN e seus resultados no Vietnã, em especial a retração comercial e monetária e o problema político de “duas ASEANS” com a possível entrada de membros mais pobres; e a iniciativa da Tailândia, apoiada por Filipinas e Malásia, de modificar o princípio longo na ASEAN de não interferência nos assuntos internos, visando interferir no problema político de Mianmar, enquanto o Vietnã apoiava o *status quo*.

As respostas da ASEAN abalaram a confiança do Vietnã na organização e levantaram sérias dúvidas acerca dos benefícios e malefícios de sua participação. O resultado foi a adoção de uma estratégia tripartite: a defesa da discriminação positiva no caso de novos membros da ASEAN, o desenvolvimento de um grupo de Estados

politicamente fechados menos desenvolvidos dentro da ASEAN e uma ênfase maior nas relações bilaterais com a China e com os Estados Unidos (THAYER, 2006).

O Vietnã utilizou o seu status como anfitrião da cúpula da ASEAN de 1998 para obter o apoio de outros membros para o tratamento especial dos novos membros (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã) e o *ASEAN Six* assentiu. Os acordos de 1998 e o conceito de diminuição do gap de desenvolvimento entre os membros, ao longo dos anos, se tornaram centrais na organização. A iniciativa teve como par a manutenção e o aprofundamento dos laços bilaterais com os antigos países da Indochina e o Mianmar (apelidados de CLM, devido às iniciais dos três países), reunidos em instituições a nível sub-regional ligadas ao Mekong. A associação mais estreita entre os quatro funcionaria para contrabalancear a influência dos outros membros da associação (THAYER, 2006). Há pouco menos de uma década, o Vietnã lutava uma guerra para limitar o seu acesso a esses países; agora se apresentava como o defensor da causa deles dentro da instituição. Não é errado pôr em questão, sob esse ponto de vista, as intenções vietnamitas e os benefícios derivados da nova situação internacional.

A entrada na Área de Livre Comércio da ASEAN (*ASEAN Free Trade Area*, AFTA) se deu de forma gradual, a partir de 1995, e envolveu a exclusão temporária de alguns produtos e atrasos até o ingresso pleno, em 2006. As vantagens da diminuição da dependência, a possibilidade de escoar produtos, aproveitar o investimento externo, tirar proveito de transferências tecnológicas e aprender com a participação no comércio internacional pareceram contrabalancear quaisquer dificuldades eventuais que o processo de integração econômica tenha trazido, incluindo a vulnerabilidade de alguns setores. Houve dificuldades para a implementação da tarifa externa comum, estabelecida ainda em 2003, em especial a questão do déficit comercial — mas eventualmente o Vietnã aceitou os termos da integração econômica. O setor de exportação tem demonstrado um crescimento consistente, auxiliado por vantagens como o preço da mão de obra e a localização, apesar de desafios como oligopólios e transportes (THAYER, 2006; 2018).

4.2.3.2 As Relações com o Laos e o Camboja

Como afirmamos, as relações com o Laos e Camboja assumiram um padrão diferente a partir dos anos 1990, prenhe ainda dos interesses longevos do Vietnã em relação aos vizinhos. A noção de “influência benigna”, destacada, em que a cooperação

assume o lugar da confrontação como forma de suplantar os perigos à estabilidade permeia as relações entre os três países (CCHEANG, 2018).

De início, conforme argumentamos, as relações eram restritas a alguns temas. O caminho para o estabelecimento definitivo de uma agenda ampla passou pela cooperação econômica, confiança securitária e, a partir, especialmente, de 1997, a posição dos países da região como participantes da ASEAN. Laos e Camboja entraram na ASEAN em 1997 e 1999, respectivamente e, tal como o Vietnã, viam a organização como potencialmente útil para proteger a sua independência e soberania, além de promover o desenvolvimento econômico. O Vietnã apoiou o ingresso dos países na organização e continuou a apoiar as iniciativas no sentido do fortalecimento dessas relações (CHHEANG, 2018).

Um dos desafios que começaram a ser enfrentados pela relação trilateral no início dos anos 2000 foi o aumento da influência chinesa. A cessão de empréstimos e concessões, o aprofundamento dos laços bilaterais, incluindo em comércio e investimento, e o incentivo aos intercâmbios educacionais e culturais têm dificultado essa relação — especialmente no caso do Camboja, que mantém laços estreitos com a China. O Japão também começaria a estreitar seus laços com os países do Mekong nos anos 2000, sediando, em 2009, o primeiro encontro anual Mekong-Japão, com líderes do Camboja, Laos, Mianmar, Tailândia e o próprio Vietnã. As relações, tal como no caso da China, se estreitaram nos anos seguintes (CHHEANG, 2018)

As relações com o Camboja foram melhorando gradativamente e consistentemente ao longo dos anos. Segundo Chheang (2018), além das trocas culturais, o Vietnã tem ajudado o Camboja em treinamento militar, construção de capacidades, desenvolvimento de infraestrutura de defesa e fornecimento de equipamento militar. Ambos os países também mantêm diálogos de alto nível anuais entre ministros da defesa para revisar as atividades e definir a direção para o futuro cooperação. O comércio aumentou significativamente — entre 1998 e 2006, houve um incremento de US\$117 milhões para US\$940 milhões nas trocas comerciais — junto com os investimentos. É importante perceber que, no padrão dessas trocas econômicas, o país exportador de bens mais elaborados e de investimentos tem sido o Vietnã. Para contrabalancear esses indubitáveis avanços, ainda parece haver desconfianças por parte de alguns grupos do Camboja, sobretudo os nacionalistas, que veem o Vietnã como um inimigo potencial. Ademais, as questões lindeiras ainda não foram totalmente

decididas, apesar de, até 2016, praticamente 90% das fronteiras já estarem demarcadas (CHHEANG, 2018).

Quanto ao Laos, certamente é possível verificar menos áreas de tensão. A cooperação Laos-Vietnã — uma “relação especial”, como muitas vezes intitulada — foi um padrão durante a história das relações entre ambos, como foi possível testemunhar, e as afinidades a respeito das relações bilaterais e do entorno regional se mantiveram mesmo depois do fim da Guerra Fria. Apesar da permanência de questões lindeiras, é nítido o contraste de disposição para a resolução destas em comparação com o Camboja. Ponderada essa proximidade quase perene, o Laos também teve lideranças — como o SG do PC do Laos Choummaly Sayasone, eleito em 2006 — mais dispostas à manutenção de laços mais profundos com a China, em detrimento do Vietnã. A tendência em relação à China persistiu, mas se modificou 2016 em prol de uma relação mais íntima com o Vietnã. A cooperação, como é de se supor, se estendeu também para outras áreas, como a cultural, sendo especialmente relevante a área comercial, incluindo comércio e investimentos — na qual o Vietnã constitui, novamente, o parceiro mais forte da relação —, e a área securitária e política — com destaque especial ao Comitê Intergovernamental Vietnã-Laos (CHHEANG, 2018).

4.3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA VIETNAMITA DE 1995 A 2006

Vê-se comprovada a terceira hipótese deste trabalho, qual seja, de que, entre 1995 e 2006, o Vietnã aproveitou as condições internacionais favoráveis para dar continuidade a uma política externa de multiplicação das relações externas, utilizando-as para manter a equidistância e a flexibilidade de suas iniciativas externas. Porém, é importante dotá-la de qualificações úteis para a compreensão plena do objeto.

A política externa do Vietnã entre 1995 e 2006 seguiu um padrão interessantíssimo. Quem observa *Đôi Múi* e as suas consequências para as relações do Vietnã pode rapidamente concluir que o Vietnã abandonou a política externa do período precedente, incluindo as suas inclinações históricas e sociais, em favor de uma rendição sobremodo voluntária ao mundo globalizado e unipolar. A afirmação não é absolutamente verdadeira. A continuidade da política de multiplicação de relações e abertura econômica foi continuamente ponderada por avaliações cambiantes acerca do ambiente externo, frequentemente repleta de afirmações longamente relacionadas ao

comportamento externo do Vietnã: a defesa da soberania e da segurança, a continuidade da via socialista e a manutenção de laços com os vizinhos do Mekong.

Pela forma como o Vietnã, já logo após a unificação, percebia as relações externas com uma inclinação explícita de incremento das relações com outros países, é difícil sustentar o argumento de que foi o Đôì Mói e o fim do bloco socialista que dotaram o Vietnã dessa inclinação. É certo que houve uma mudança na orientação geral da economia e da política externa, mas a multiplicação das relações não era novidade absoluta. Todavia, como argumentamos, tudo parece indicar que a circunstância do fim da União Soviética o padecimento de opções fez de um fim desejado um fato, em alguma medida, necessário.

Os anos 1990 foram, para o Vietnã, uma tentativa de desenvolver a sua economia, manter a sua segurança e desenvolver relações políticas positivas em uma era na qual não mais dispunha de seu parceiro de décadas anteriores. Deriva disso a busca pela participação nas instituições regionais e globais, a abertura econômica cautelosa e a busca por aproximação com os Estados Unidos e com a China. Por outro lado, é digno de nota que todas essas iniciativas foram consistentemente permeadas por resistências, críticas e incertezas, muitas delas associadas a reivindicações tradicionais da política externa vietnamita — o que explica a forma como se desenvolveram, aos trancos, em alguns espaços, como as discussões bilaterais sobre o acordo de comércio com os Estados Unidos ou os problemas da ASEAN. Ainda que haja continuidade, pois, de uma política mais aberta, disposta e consistentemente participativa nas relações bilaterais, muitas das quais recém restabelecidas (ou mesmo estabelecidas), e multilaterais, essa continuidade deve ser considerada sob a luz dessas apreensões.

Compreende-se em parte a partir desses receios, alguns longevos, outros frutos dos desenvolvimentos recentes — em especial a ascensão chinesa e os disparates estadunidenses — uma mudança sensível a partir dos anos 2000. O que parece ter ocorrido, e o conceito de *hedging* bem captura isso, é um movimento de proteção pela via do aprofundamento, em particular uma inclinação ao balanceamento como alternativa viável; enquanto a ideia de política externa multidirecional dá conta do componente quantitativo dessa iniciativa, desdobrado em duas instâncias, bilateral (acordos comerciais e parcerias estratégicas) e multilateral (as instituições regionais e globais). Enfim, em termos simples, o Vietnã parece ter caminhado para assegurar o máximo possível de benefícios econômicos e políticos do maior número possível de

parceiros para ter opções de escolha igualmente válidas no caso de crises econômicas, políticas e securitárias.

Não é nada tão inédito na política vietnamita, a bem dizer. A própria noção de jogar com dois parceiros e potenciais rivais pode ser traçada até as relações com a China e com a União Soviética durante a Guerra Fria. A multiplicação de parceiros antes serviria justamente para evitar a dependência de um ou de outro ator. O controle do Mekong hoje se transmuta em cooperação, em detrimento de competição securitária. A impressionante continuidade do *Đổi Mới*, como renovação, dá tons de novidade à política externa vietnamita do pós-Guerra Fria, o que é justo, pois houve de fato uma mudança de paradigma econômico e de política externa se sustentou. Porém, há outros elementos de sua política externa que permaneceram mesmo com a mudança paradigmática do *Đổi Mới*, muitos deles remodelados e adaptados a circunstâncias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da União Soviética, a impressão que se tem, por vezes, dos regimes socialistas, é de um anacronismo irremediável. A meia dúzia de países socialistas remanescentes penetram nos pensamentos e imaginações do tempo, em certa medida, como símbolos do fracasso desse tipo de sistema econômico e político, espécies de relíquias do passado. Em contrapartida, a ideia força do socialismo, os temores associados ao processo revolucionário e ao fantasma do comunismo e as sugestões, ora saudosistas, ora inovadoras, em favor de mudanças profundas na sociedade, parecem readquirir parte de sua vitalidade. A continuidade e a pujança da revolução chinesa e de outros atores em ascensão — que parece se elevar mais e mais sobre os arroubos do liberalismo dos anos 1990 em favor da concretização de uma ordem econômica e política mundial que cumpra a promessa do desenvolvimento — tensiona as instituições e os atores, sugerindo uma mudança no sistema de regras e de promoção de bens públicos. Seja qual for a explicação para isso, o fato é que o socialismo não parece mais tão perdido ao tempo quanto outrora pareceu. Afirmar isso não é fazer uma defesa do socialismo, tampouco profetizar o seu triunfo, mas sim focar, como outros fizeram, o socialismo atual não como uma coisa anacrônica, perdida no tempo, mas sim como um sistema adaptado e adaptável às dinâmicas do capitalismo e, frequentemente, capaz de sequestrar muitas de suas ofertas e demandas.

À parte da China, talvez não exista nenhum exemplo mais vivo dessa capacidade de adaptação e desenvolvimento do que o caso do Vietnã. Não deixa de impressionar o fato de que o país, quase meio século depois do fim de sua sangrenta guerra de unificação, assumiu uma posição proeminente na região, trocou rivalidades por amizades, passou a participar das mais diversas instituições internacionais, melhorou a sua economia, adaptou o seu sistema político e caminha, a passos largos, para o desenvolvimento de tecnologias que há menos de duas décadas atrás ainda pareciam um sonho distante. Por óbvio, existem problemas — a pobreza persistente, a corrupção, a responsividade do sistema político etc. —, mas as mudanças não deixam de ser menos importantes.

É claro que focar no socialismo vietnamita e na sua capacidade adaptativa é relevante. Permite-nos indicar caminhos, desmistificar, atingir a singularidade do sistema político, explorar os seus problemas, as suas soluções, os seus vícios, as suas virtudes, compreender o que lhe determina internamente. A inconveniência está em

pensar o Vietnã como um país apartado de tudo mais que lhe rodeia — o Mekong, a China, o Mar do Sul da China, a Bacia da Tailândia, o imperialismo as guerras múltiplas, tudo mais que sempre pressionou àqueles que planejavam uma formulação verdadeiramente autônoma da unidade política, para dentro e para fora. Tudo mais aparenta necessariamente parcial se não for pensado sob o panorama da inserção internacional do Vietnã, o que é válido antes mesmo de qualquer consideração a respeito de seu sistema político.

Este trabalho foi fruto precisamente desse impulso: pensar o Vietnã em suas relações externas. Compreender as mudanças na política externa vietnamita desde 1975 até 2006, que correspondem, do ponto de vista lógico, da unificação até a participação plena; e como o Vietnã, apesar de tudo, conseguiu se projetar para adiante. Ou seja, como a política externa do Vietnã contribuiu para o seu desenvolvimento e o que podemos extrair da experiência vietnamita. Como impusemos como questão, entender *como o Vietnã modificou a sua política externa para se adaptar às principais mudanças políticas internacionais entre 1975 e 2006*, que é perguntar, também, de que modo o Vietnã procurou enfrentar os desafios de uma ordem internacional em câmbio em benefício da manutenção de uma via socialista de desenvolvimento e da sustentação de suas condições de segurança.

Propusemos três hipóteses, correspondentes a três períodos. A primeira hipótese é que, entre 1975 e 1986, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, que contribuiu para o envolvimento na Terceira Guerra da Indochina, a dependência externa em relação a Moscou e o isolamento internacional; mas procurou atuar, sob os limites dessa interação, contrariamente a dependência externa e extrair benefícios de relações potencialmente importantes para os seus interesses. A segunda hipótese é que, entre 1986 e 1995, a política externa vietnamita foi condicionada pelo conflito sino-soviético, mas este caminhou para a sua resolução, com a retração da política externa da União Soviética, que contribuiu para o fim da Terceira Guerra da Indochina, o fim da dependência externa em relação a Moscou e a gradual ruptura com o isolamento internacional; à medida em que os limites impostos por essa relação distenderam, o Vietnã alterou a sua política externa em favor de relações potencialmente importantes para os seus interesses. A terceira hipótese indica que, entre 1995 e 2006, o Vietnã aproveitou as condições internacionais favoráveis para dar continuidade a uma política externa de multiplicação das relações externas, utilizando-as para manter a equidistância e a flexibilidade de suas iniciativas externas.

Pudemos validar as três hipóteses ao longo do trabalho. Elas constituem a estrutura do trabalho, que, em verdade, se ramificou para dar conta de uma parte substantiva das iniciativas externas do Vietnã no período e dos impactos dos fatores internacionais no desenvolvimento destas. Acreditamos ter sido possível assegurar um panorama adequado da política externa vietnamita até 1975, incluindo as suas rupturas e continuidades. É possível pensar o desenvolvimento da política externa vietnamita também da seguinte maneira: o primeiro período, de parceria com a União Soviética, corresponde ao apoio à revolução nacional e à consolidação da unificação sob uma política autárquica; o segundo período corresponde à inserção na ordem liberal, podendo-se considerar mesmo uma interrupção na revolução nacional; o último período corresponde à retomada da revolução nacional, executando-se uma política externa multidimensional.

A construção de um conhecimento específico acerca do Vietnã não se limita ao conhecimento por si a respeito das determinações do objeto, seus aspectos *sui generis*, que afinal lhe dão a sua face peculiar. Ela também se preocupa com a elaboração de padrões de reconhecimento acerca das relações internacionais e do comportamento dos atores que nos permitam extrair conclusões potencialmente importantes tanto para a construção do conhecimento na área quanto para a promoção e execução de políticas públicas.

Há, pois, por um lado, as contribuições, pode-se dizer, metodológicas que podem ser derivadas do estudo. A primeira delas se refere à modalidade de construção do objeto. A opção foi por uma lógica de busca de determinações do objeto em favor de uma reconstrução de sua situação em uma constelação de variáveis em interação regular. Acredito que a construção dialética do objeto tornou possível ultrapassar a unilateralidade aparente de uma construção de hipóteses que foca nos impactos da política internacional no Vietnã para realizar também o caminho inverso, ou seja, como o Vietnã como ator foi capaz também de alterar a política internacional. Uma explicação menos disposta a explorar esse movimento talvez seria mais limitada na hora de explicar essa interação. Por outro lado, a crítica imanente, ou a dialética, nos serviram frequentemente mais como guias do que fazer — pensar o objeto de forma mediada — e não se fazer — a subsunção acrítica dos objetos a conceitos estabelecidos — do que necessariamente o ponto focal da explicação. Neste trabalho, fomos tributários do realismo por oferecer, para o objeto em questão, caminhos lógicos bastante apropriados para a compreensão de alguns fenômenos, em especial as transições sistêmicas e os

problemas securitários; e nos estendemos também a conceitos como bloco de poder, sobre-estiramento, frentes basilares, *hedging* e política externa multidimensional. Ressaltar isso é importante para que se faça uma defesa de certo ecumenismo metodológico. Porém sempre atentos a não deixar o objeto escapar às mãos para que se ajeite a esquemas lógicos convenientes.

Ainda há muito o que progredir para que a metodologia faça jus ao seu potencial que, reconheço, há seu quê de maximalismo; mas é possível afirmar que os passos dados neste trabalho indicam um caminho interessante. Há muito a dialética se tornou assunto esotérico, restando a uns poucos marxistas e alguns hegelianos tentarem retomar a senda. Em um campo de estudos notavelmente kantiano, seja na forma como o positivismo ou o weberianismo serviram como inspiração para os fundamentos metodológicos da área, talvez um retorno à dialética, crítica, mas se pretendendo leal à uma vocação científica, sirva como caminho possível para resolver alguns de nossos problemas epistemológicos.

Outra contribuição metodológica diz respeito às análises potenciais que podem ser utilizadas fazendo referência a algumas das categorias utilizadas. O conceito de sobre-estiramento pode ser útil em outros contextos, assim como outros parâmetros para os comportamentos dos atores, como o dilema de segurança, engajamento, balanceamento e a multiplicação de parceiros como uma forma de proteção. A organização geral do trabalho também pode ser replicada em estudos posteriores, adaptada de acordo com os imperativos do objeto. Algumas das explicações dos movimentos da política internacional, especialmente aqueles de maior amplitude, podem também ser aplicadas a outros atores, inclusive o Brasil, especialmente se estivermos pensando sobre a elaboração de uma política externa em favor do desenvolvimento, remetendo, inclusive, à barganha diplomática, à formação de uma união aduaneira e a modalidades de multiplicação de relações em prol dos nossos interesses.

Por outro lado, há contribuições práticas derivadas deste trabalho. Indicamos ainda na Introdução a posição importantíssima do Vietnã no panorama político e estratégico da Ásia: de frente ao Mar do Sul da China, de costas ao continente, representando o coração da região da Indochina. Esse ponto nevrálgico, tão disputado, ainda hoje é objeto de dissídio. A acentuada disputa sino-americana, em especial após a política do “pivô asiático”, a partir de 2011, e a ascensão de Xi Jinping à liderança da República Popular da China, em 2013, caracteriza grande parte das divergências da

política internacional no Sudeste Asiático em tempos recentes. Ainda é um ponto de interrogação como a região, incluindo o Vietnã, participará da reconfiguração da redistribuição de poder que tende a se desenhar. Em outro sentido, interroga-se qual será o papel da Indochina para a construção de uma zona de equilíbrio ou um bloco de poder chinês na região. A construção do trem de alta velocidade Laos–China e a sua participação em projetos ferroviários de alta envergadura no Vietnã talvez nos dê um indicativo do futuro da região, embora seja difícil um diagnóstico definitivo. Esses assuntos também são um ponto de interrogação sobre a ASEAN, cujo sucesso como mediadora e canal diplomático diante de contradições dessa magnitude ainda é uma incógnita, especialmente considerando a carência de consenso nas reuniões recentes da organização, a despeito de avanços institucionais, como o estabelecimento da *ASEAN Political-Security Community*, em 2015. À medida que a organização só adquiriu o contorno e a estatura que possui com a integração desses países, durante a década de 1990, a política externa dos países indochineses e, em particular, do Vietnã, se coloca como crucial. Compreender o que o Vietnã tem apresentado em sua política externa possui, portanto, importância intrínseca — e situá-lo em todo o conjunto de interesses e atores que o circundam, pondo-o no panorama mais amplo das relações internacionais, é ainda mais crítico.

O que a interpretação da diplomacia vietnamita desde 1975 nos sugere? De início, que o Vietnã, evidentemente, não renunciará a seus interesses no Mekong. O país atravessou uma história que transitou do conflito para a cooperação, mas que não deixa perder de vista que a sua abertura para o Laos e para o Camboja (a “influência benigna”) é o ponto focal de sua política continental. Não é possível pensar um Vietnã confortável se este se sente desconfortável com suas relações com o Laos e com o Camboja. Hoje, a cooperação prevalece, mas não é difícil imaginar uma evolução negativa nessas relações. É quiçá o ponto de pressão mais sensível para o Vietnã, malgrado a evolução das relações nos últimos trinta anos. Também não é tão absurdo pensar que a formação de ligações mais íntimas do ponto de vista econômico e securitário pode eventualmente levar à retomada das preocupações de segurança dos vizinhos, como nos anos 1970, o que também poderá piorar o panorama securitário na região. Vale lembrar que a Indochina representa a projeção terrestre da zona marítima e permite, por sua localização, o acesso ao estreito de Malaca e linhas de comunicação marítimas e recursos importantes.

Além disso, é preciso atentar ao fato de que o Mar do Sul da China foi consistentemente relevante nas relações externas do Vietnã. Não haveria de ser diferente, considerando a sua importância estratégica. Pelo aumento da assertividade da China na região, é possível que Hanoi continue buscando tanto aprimorar as suas capacidades militares quanto colaborar com outros atores interessados em bloquear os desígnios de Beijing. Isso envolve não somente o fortalecimento das relações com os países indochineses, mas também com potenciais rivais. A China bem poderá utilizar os países do Mekong (Laos e Camboja) e o Mar do Sul da China para pressionar o Vietnã, como já fez no passado.

Contudo, um cenário do tipo parece improvável, considerando que a China possui novas avenidas de abordagem em relação ao vizinho. É preciso ponderar o que representaria o Mekong em circunstâncias em que a prioridade securitária dá lugar à prioridade econômica, com a transição pacífica para o capitalismo, e as consequências disso para a região, especialmente para a busca pela paz. Um cenário em que o Vietnã utiliza o Mar do Sul da China como ativo em troca de benesses de outra natureza deve ser também considerado. Não seria impossível pensar em uma aceitação de um condomínio de poder sino-vietnamita na região, por mais que isso tenha também seus impeditivos. Se os fatores desobstruentes forem irresistíveis, haveria razão suficiente para não ceder à paz e ao desenvolvimento? É de se refletir. Convém considerar que se trata de uma dinâmica regional em que a China também é uma parceira efetiva e dotada de interesses compartilhados com o Vietnã, inclusive de mediar a ingerência externa na região, sobretudo dos Estados Unidos, que também poderá fazer uso de seus ativos regionais.

Se levarmos esses pontos em consideração, o Vietnã tenderia a manter uma postura de multiplicação de relações. Hanói, pois, se beneficia das diversas opções; há uma chance de escolha, caso ocorra uma deterioração securitária. Isso vale também para as suas relações econômicas: multiplicar relações é multiplicar opções, o que, no geral, é uma estratégia vista como adequada para lidar com as incertezas do cenário internacional. Evitar a dependência e trabalhar com dois atores em tensão tem precedente na política externa do Vietnã. Por isso também vale a atenção para que não reincida a mesma circunstância dos anos 1980.

Talvez seja válido pensar também na guerra como aspecto formativo do Vietnã. Cabe certamente trabalho à parte, mas há razões para afirmar que a aspiração pela paz frequentemente caminhou lado a lado com a disposição para assegurar os próprios

interesses, especialmente securitários. O que se diz com isso é que a preferência pela paz pode bem dar lugar à disposição pela guerra, de acordo com o momento, sem que isso constitua uma singularidade. Em 1979, certamente havia motivos mais do que válidos para não se lançar em uma empreitada militar contra os vizinhos; mas também colaborava o senso de ameaça existencial, os interesses velados ou explícitos na Indochina e as capacidades militares do Vietnã depois do fim da Segunda Guerra da Indochina, que validavam uma resposta efetiva. Claro que, pelas ações precedentes do Vietnã, o ideal seria a manutenção de boas relações com a China e com a União Soviética e uma Indochina, se não estável, aliada aos seus interesses. Porém quando isso não se mostrou possível, o Vietnã não se esquivou de uma resposta ao Kampuchea (aliás, o Vietnã já respondia com ofensivas ainda em 1977). Hoje, não há de modo algum uma negligência em relação a soluções pela força, e o balanceamento como um mecanismo existente na política externa implica no mínimo a assunção de algum tipo de lógica de poder que não inviabilizaria o uso da violência em quaisquer circunstâncias. Em compensação, é de se supor também que um país que tanto se dispôs à paz, à diplomacia, à participação nas deliberações globais e lutou para adquirir o prestígio do qual goza hoje, quando uma correlação de forças que lhe desfavorece ainda mais do que no passado, não abriria mão tão facilmente desses ativos para se lançar em aventuras.

O binômio guerra e diplomacia, ou guerra e paz, no caso do Vietnã, é menos contraditório do que poderia se supor. A velha máxima clausewitziana, de que a guerra é a continuação da política por outros meios, atinge culminância em uma política externa que frequentemente teve que usar a força e a diplomacia de forma conjunta. Então também não é inconcebível que a disposição para negociar se associe com a disposição para usar a força, frequentemente ambas ao mesmo tempo. O Vietnã, evidentemente, não é o único ator a pensar dessa maneira.

De todo modo, parece válido supor que em uma situação dramática as circunstâncias se encaminhariam para o uso da violência, possivelmente como resposta à ingerência de algum ator na região. Também pode acontecer de o Vietnã se apropriar das capacidades necessárias para o exercício do poder em favor sobre seus interesses — o Mekong e o MSCh — e, de fato, aja deste modo. A estratégia de diversificação das relações externas, o estreitamento dos laços com os vizinhos, sobretudo do Mekong, o aprimoramento das capacidades militares e das salvaguardas jurídicas, especialmente em relação ao MSCh e a barganha diplomática, tão frequente na política externa

vietnamita, são sobremaneira úteis para tentar evitar que a situação se deteriore, mas também funcionam no outro sentido, o de garantir espaço de manobra suficiente para agir, na eventualidade de ações mais assertivas.

Suponhamos três circunstâncias, para fins de esclarecimento. A primeira é que a China procurará a acomodação. A segunda é que a China procurará o enfrentamento. A terceira é que a China procurará fazer ambos, acenando cooperação, mas avançando na região. No que diz respeito ao Vietnã, para a primeira, é necessário manter boas relações com os vizinhos, sendo objetos de contatos regulares e de parcerias. Para a segunda, convém a aquisição de capacidades militares e o reforço de espaços sensíveis do ponto de vista estratégico, especialmente o Mekong e o MSCh. Para a última, é preciso uma diplomacia habilidosa e senso de proporção, saber manter a flexibilidade e abrir opções. Parece apropriado falar que o Vietnã tem procurado fazer tudo isso desde pelo menos os anos 2000.

Todos esses apontamentos levam em conta a história da diplomacia do Vietnã. É necessário fazer uma análise dos seus desenvolvimentos nos últimos anos para que se chegue na raiz dos problemas contemporâneos, o que envolveria um trabalho separado acerca da última década da diplomacia vietnamita. Há tendências e eventos ainda não inventariados que poderiam ajudar a esclarecer alguns dos caminhos indicados por este trabalho, dirimindo dúvidas.

Convém apontar também a questão da “evolução pacífica”, ou seja, da possibilidade de transição do socialismo para o capitalismo. Houve momentos de crise política nos últimos anos, como os escândalos que levaram a renúncia do presidente, em 2006, protestos antichineses em 2014, protestos contra poluição em 2016, e os protestos de 2018 contra a Lei das Zonas Especiais e a Lei de Cibersegurança, além da renúncia do presidente em 2023, por escândalos de corrupção. É necessário fazer um trabalho à parte para analisar os seus impactos sobre o Vietnã.

Por último, no que diz respeito ao Brasil, entender as peculiaridades da região é fundamental para que possamos fazer as escolhas corretas que nos colocarão em lugar de destaque nas relações internacionais nas próximas décadas. Ao rejeitar o saudosismo ou o reacionarismo e pensar o Vietnã com atenção, é possível derivar lições de seu comportamento externo tanto quanto prospectos futuros, o que nos permitirá atuar entre os diversos atores de modo eficiente. No Vietnã, há muitas oportunidades possíveis para um país como o Brasil em algumas áreas, bem como há potencial para competição em outras. Há espaço para o engajamento tanto quanto há áreas de afastamento: tudo

depende das circunstâncias e dos fins. Mais ainda, olhar o exemplo do Vietnã e a sua política externa a partir do Brasil é refletir sobre como reagir as mudanças internacionais e ingressar no caminho do desenvolvimento. O engajamento, a barganha diplomática, a multiplicidade de relações, as parcerias extrarregionais e a integração regional, executados pelo Vietnã, não soam tão estranhos ao nosso pensamento externo. Vale a pena pensar as nossas relações com a América do Sul, incluindo vulnerabilidades possíveis, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a fronteira com o Paraguai e o Atlântico Sul, também olhando para o seu exemplo.

No fim de 2021, durante o discurso do Secretário Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nguyễn Phú Trọng, na Conferência de Relações Externas para a implementação da Resolução do 13º Congresso do Partido Comunista do Vietnã, o líder encerrou o seu discurso advogando por uma diplomacia imbuída de identidade nacional e que caracterizou o Vietnã dos últimos noventa anos: a diplomacia do bambu vietnamita. “Raízes fortes, tronco robusto e galhos flexíveis” (NGUYEN, 2021).

Aqui vive a alma, o espírito e a força de caráter da nação vietnamita: ser suave e habilidoso, mas tenaz e ardente. Ser flexível e criativo, mas ousado, tenaz e inflexível contra todas as probabilidades, pela independência nacional, liberdade e felicidade do nosso povo. Permanecer unidos, amar o próximo, mas ao mesmo tempo resolutos e pacientes na defesa do interesse do Estado-nação. Saber ser gentil e duro, saber a hora e a maré, conhecer a nós mesmos e aos outros, saber quando avançar e quando recuar, “agir conforme a situação exige”, pois “o cordão gentil faz um nó apertado” (NGUYEN, 2021).

O uso político de um conceito dessa natureza não esconde o fato de que as lideranças vietnamitas reconhecem uma notável continuidade entre passado e presente. É olhando, assim, para as permanências e rupturas da política externa vietnamita, atentos às pressões múltiplas que lhe correspondem e relacionando-as, que poderemos encontrar parte das respostas. Ou, pelo menos, reforçar os pontos mais vulneráveis de nossas barragens e construir pontes por onde as águas passem com tranquilidade.

BIBLIOGRAFIA

AFGHANISTAN Task Force; Foreign Affairs and NATIONAL Defense Division. Afghanistan: Soviet Invasion and U.S. Response. **Issue Brief Number IB80006**. The Library of Congress, Congressional Research Service: Major Issue System, 5 fev. 1980. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/19800502_IB80006_cdb9eeda3b49cdfce9a4d95a0bb0eb61bd4130cc.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

AMER, Ramses; NGUYEN Hong Thao. Vietnam's Border Disputes—Assessing the Impact on Its Regional Integration. In: BALME, Stéphanie; SIDEL, Mark (Eds.). **Vietnam's new order : international perspectives on the State and reform in Vietnam**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BALL, Desmond (Ed.). **The transformation of security in the Asia-Pacific region**. Nova Iorque & Oxon: Frank Cass & Co, 1996.

BALME, Stéphanie; SIDEL, Mark (Eds.). **Vietnam's new order : international perspectives on the State and reform in Vietnam**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2007.

BALFOUR, Frederik. Vietnam a Strategic Choice. International Herald Tribune, 16 set. 1996. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070614012334/http://www.iht.com/articles/1996/09/16/viet.t_0.php. Acesso em: 22 dez. 2023.

BERESFORD, Melanie; PHONG, Dang. **Economic Transition in Vietnam: Trade and Aid in the Demise of a Centrally Planned Economy**. UK: Edward Elgar, 2000.

BERNSTEIN, Alvin H.; GIGOT, Paul. The Soviets in Cam Ranh Bay. **The National Interest**, no. 3, pp. 17–29, 1986. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42894411>. Acesso em: 16 nov. 2023..

BRZEZINSKI, Zbigniew K. **Game plan**. Boston/Nova Iorque: The Atlantic Monthly Press, 1986.

CAMPBELL, Caitlin, Ethan Meick, Kimberly Hsu, and Craig Murray. “China’s ‘core interests’ and the East China Sea.” **US–China Economic and Security Review Commission**, 2013. Disponível em: <http://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/China%27s%20Core%20Interests%20and%20the%20East%20China%20Sea.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

CARTER, James Earl. Address by President Carter on the State of the Union Before a Joint Session of Congress, January 23, 1980. **Foreign Relations, 1977–1980**, volume I, Foundations of Foreign Policy. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v01/d138>. Acesso em: 9 nov. 2023.

CAVOŠKI, Jovan. **Non-aligned movement summits: a history**. Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2022.

CHAPMAN, Nicholas. Mechanisms of Vietnam's Multidirectional Foreign Policy. **Journal of Current Southeast Asian Affairs** [s.l.], v. 36, n. 2, p. 31–69, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/186810341703600202>. Acesso em: 15 out. 2023.

CHEN, King C.. **China's War With Vietnam, 1979**. Issues, Decisions and Applications. Stanford, California: Hoover Institution Press, 1987.

CHHEANG, Vannarith. Vietnam's Foreign Policy Towards its Smaller Neighbours. In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi**. Singapura: ISEAS, 2018.

CRISIS GROUP, 2012. Stirring up the south china sea (I). **Asia Report n° 223**. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-east-asia/south-china-sea/stirring-south-china-sea-i>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CUONG, N. X.; HOA, N. T. P.. Achievements and Problems in Vietnam: China Relations from 1991 to the Present. **China Report**, v.3, n. 54, pp. 306-324, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0009445518779263>. Acesso em: 21 nov. 2023.

DINKEL, Jürgen. **The Non-Aligned Movement: Genesis, Organization and Politics (1927–1992)**. Leiden/Boston: Brill, 2019.

D'HONT, C. **Hegel e o Hegelianismo**. Cadernos Culturais. Lisboa: Inquérito, 1987

DITTMER, Lowell. The Strategic Triangle: An Elementary Game-Theoretical Analysis. **World Politics**, vol. 33, no. 4, pp. 485–515, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2010133>. Acesso em: 8 out. 2023.

DO, Thuy T. Vietnam's Emergence as a Middle Power in Asia: Unfolding the Power–Knowledge Nexus. **Journal of Current Southeast Asian Affairs**, [s.l.], Março de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/18681034221081146>. Acesso em: 04 mai. 2022.

EDITORIAL Note 45. **Foreign Relations, 1977–1980**, volume I, Foundations of Foreign Policy, Document 138. Department of State, [s.d.]. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v18/d45>. Acesso em: 9 nov. 2023.

FROST, Frank. **Vietnam's Foreign Relations: Dynamics of Change**. Pacific strategies papers; n. 6. Singapura: Institute of Southeast Asian Studies, 1993.

FRIEDMAN, Jeremy. **Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

GADDIS, John Lewis. A Grand Strategy of Transformation. *Foreign Policy*, n. 133, pp. 50–57, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3183557>. Acesso em: 26 jan. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Série Educação à Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHOLZ, Eugene. The Nixon Doctrine in the 21st Century. **World Politics Review**, 22 jul. 2009. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/the-nixon-doctrine-in-the-21st-century/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

GOSCHA, Cristopher E.. In: ARNE WESTAD, Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 152 - 186.

GRAMSCI, Antonio. **Note sul Machiavelli sulla politica e sullo stato moderno**, 3. ed. Roma : Editori riuniti, 1996 (2008). Disponível em: https://www.liberliber.it/mediateca/libri/g/gramsci/note_sul_machiavelli/pdf/note_s_p.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021

GRÖHMANN, Luiz Gustavo. Revoluções e Regimes Marxistas: Teoria, Estruturas e Periodização. In: VISENTINI, Paulo F. Fagundes et al (Org.). **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI/Nerint/UFRGS, 2013, p. 15-22.

GROSSMAN, Derek. Regional Responses to U.S.-China Competition in the Indo-Pacific: Vietnam. **RAND Corporation**, Santa Monica, 2020. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR4400/RR4412z6/RAND_RR4412z6.pdf. Acesso em: 04 mai. 2020.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. Londres: The Macmillan Press Ltd, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Génesis de la Segunda Guerra Fría**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

HANG Thi Thuy Nguyen; MASCITELLI, Bruno. From European Colony to a New Era: EU-Vietnam Relations - 1990-2017. **Australia and New Zealand Journal of European Studies**, v.9, n.2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30722/anzjes.vol9.iss2.15180>. Acesso em: 4 dez; 2023.

HIRAIWA, M.K.H.H. **Quando os socialismos colidem: os impactos da ruptura sino-soviética sobre o campo socialista e a Indochina**. Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira. 2021. 101 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231559>. Acesso em: 26 abr. 2022.

HOLMES, Leslie. Vietnam in a Comparative Communist and Postcommunist Perspective BALME, Stéphanie; SIDEL, Mark (Eds.). **Vietnam's new order : international perspectives on the State and reform in Vietnam**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2007.

INOGUSHI, Inoguchi (Ed.). **The SAGE Handbook of Asian Foreign Policy**. v.2. Londres: SAGE Publications Ltd, 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World Economic Outlook Database**. IMF: [s.l.] 22 de abril de 2022. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April/weo-report?c=516,522,536,544,548,518,566,576,578,537,582,&s=NGDP_RPCH,NGDPD,

PPPGDP,NGDPDPC,PPPPC,PPPSH,&sy=2021&ey=2026&ssm=0&scsm=1&sc=0
&ssd=1&ssc=0&sic=0&sort=country&ds=.&br=1. Acesso em: 26 abr. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Vietnam: Selected Issues and Statistical Appendix. IMF Country Report No. 02/5.** Washington, D.C: International Monetary Fund, 2002. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2002/cr0205.pdf>.

JACCARD, J.; JACOBY, J.. **Theory Construction and Model-Building Skills.** A Practical Guide for Social Scientists. Nova Iorque: The Guilford Press, 2010.

JIAN, Chen. China, the Vietnam War and the Sino-American rapprochement, 1968-1973. In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79.** Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 33-64.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências.** Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. **Fundamentos da pesquisa em Ciência Política.** São Paulo: Blucher, 2015.

KHOO, Nicholas. **Collateral Damage: Sino-Soviet Rivalry and the Termination of the Sino-Soviet Alliance.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLYUCHANSKAYA, Svetlana. "Russia and Southeast Asia: Cooperation in Strategic Areas". **Security Index** 17, no. 1 (2011): 37–52. Disponível em: <https://pircenter.org/wp-content/uploads/2022/10/13733510701.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

KONDER, L. **O que é a dialética?** Coleção Primeiros Passos, 23. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi.** Singapura: ISEAS Publishing, 2018.

LE HONG Hiep. Introduction: The Making of Vietnam's Foreign Policy under Doi Moi. In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi.** Singapura: ISEAS, 2018.

LE HONG Hiep. China's new wave of assertiveness in the South China Sea. **The Strategist**, 15 mai. 2014, [S.l.]. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/chinas-new-wave-of-assertiveness-in-the-south-china-sea/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LEPROUX, Vittorio; BROOKS, Douglas H. Viet Nam: Foreign Direct Investment and Postcrisis Regional Integration. Working Paper No. 56, set. 2004. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/28342/wp056.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

LIEN-HANG, Nguyen T.. **The Sino-Vietnamese split and the Indochina War, 1968-1975.** In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina**

War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 12-32.

MARTINS, José Miguel Quedi. Entrevista. **InterAção**, Vol. 13, nº 01, Jan/Jun 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2357797570612>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MARX, K.. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Introdução e Tradução de Florestan Fernandes. 2 ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEARSHEIMER, John J. ; Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, v. 43, . 4, pp. 7–50, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1162/isec_a_00342. Acesso em: 25 jan. 2024.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Editora Hucitec, 1999

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. 1st. ed. New York, NY: W. W.. Norton & Company, 2001

MEARSHEIMER, John J. “Maneuver, Mobile Defense, and the NATO Central Front.” **International Security**, v. 6, n. 3, pp. 104–22, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2538609>. Acesso em: 10 Nov. 2023.

MEARSHEIMER, John J. Precision-guided munitions and conventional deterrence. **Survival**, v.2, n.21, pp. 68-76, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396337908441802>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MEARSHEIMER, John J. Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe. **International Security**, vol. 7, no. 1, pp. 3–39, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2538686>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MÉNÉTREY-MONCHAU, Cécile. The changing post-war US strategy in Indochina. In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 65-86.

MICHELENA, José Augustín Silva. **Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MISSILE Defense Project, "R-36 (SS-18 “Satan”)," **Missile Threat**, Center for Strategic and International Studies, 10 de agosto de 2016, modificado em 2 de agosto de 2021. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/missile/ss-18/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

NADKARNI, Vidya. **Strategic Partnerships in Asia**. New York: Routledge, 2010..

NIXON, Richard. Report by President Nixon to the Congress. Washington, 18 de Fevereiro de 1970. Department of State. **Foreign Relations Of The United States, 1969–1976, Volume I, Foundations Of Foreign Policy, 1969–1972**, 2023?. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d60>. Acesso em: 11 nov. 2023

NGUYÊN, Dy Niên. **Ho Chi Minh Thought on Diplomacy**. Hanói: The Gioi Publishers, 2008.

NGUYEN, Phu Trong. **Full speech by Party leader Nguyen Phu Trong at National Foreign Relations Conference**. Socialist Republic of Vietnam – Government News, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://en.baohinhphu.vn/full-speech-by-party-leader-nguyen-phu-trong-at-national-foreign-relations-conference-11143010.htm>. Acesso em: 26 abr. 2022.

NGUYEN Vu Tung ; DANG Cam Tu. Vietnam's Decision to Join ASEAN: The South China Sea Disputes Connection. In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi**. Singapura: ISEAS, 2018.

NGUYEN Vu Tung. Testing the Institutional Approach Cooperation between Vietnam and ASEAN. In: BALME, Stéphanie; SIDEL, Mark (Eds.). **Vietnam's new order : international perspectives on the State and reform in Vietnam**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2007.

OUIMET, Matthew J.. **The Rise and Fall of Brezhnev Doctrine in Soviet Foreign Policy**. Chapel Hill e Londres: University of South Carolina Press, 2003.

PACH, Chester. The Reagan Doctrine: Principle, Pragmatism, and Policy. **Presidential Studies Quarterly**, v.36, n.1, pp. 75–88, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27552748>. Acesso em: 9 nov. 2023.

PINOTTI, Talita de Melo. **As relações entre China e Vietnã no Mar do Sul da China: perspectiva asiática de análise**. Orientador: Paulo Fagundes Visentini. 2015. 116 f.. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131649/000976791.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 abr. 2022.

QAISER, Aileen. China's Interests in Afghanistan In the Centext of Sino-Soviet Rivalry. **Strategic Studies**, vol. 10, no. 2, 1987, pp. 56–66. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45182701>. Acesso em: 17 nov. 2023.

PEREIRA DE SOUZA, C. República Socialista do Vietnã: contexto, política externa e trinta anos de relações com o Brasil (1989-2019). **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 10, n. 50, p. 26–46, 2019. DOI: 10.22456/2178-8839.89076. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/89076>. Acesso em: 2 maio. 2022.

PHUONG Nguyen. The Evolution of Strategic Trust in Vietnam–U.S. Relations. In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi**. Singapura: ISEAS, 2018.

PINOTTI, Talita. China e Vietnã no Mar do Sul da China: Disputas e Questões Estratégicas. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.4, n.8, Jul./Dez. 2015. p.163-183. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/59949/36986>. Acesso em: 26 abr. 2022.

QURESHI, Yasmin. THE SEVENTH SUMMIT OF NON-ALIGNED NATIONS. **Pakistan Horizon**, vol. 36, no. 2, 1983, pp. 45–66. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/41394189>. Acesso em: 1 nov. 2023

RAY, Hemen. **China's Vietnamese War**. Nova Deli: Radiant, 1983.

REPÚBLICA Socialista do Vietnã. **Ministério das Relações Exteriores**, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-socialista-do-vietna>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SANQIANG Jian. Multinational oil companies and the spratly dispute. **Journal of Contemporary China**, v. 6, n. 16, pp. 591-601, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670569708724298>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. “Case selection techniques in case study research”. **Political Research Quartely** 61(2):294-308, 2008

SCHMITTER, Philippe. “The design of social and political research”. In: Della Porta e Keating (org.) **Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective**, Cambridge University Press, 2008.

STATISTA Search Department. Number of foreign direct investment (FDI) projects in Vietnam in 2021 by country and territory [Infográfico]. Statista, 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1208420/vietnam-number-of-fdi-projects-by-country-and-territory/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

ST JOHN, Ronald Bruce (Ed.). **Revolution, Reform and Regionalism in Southeast Asia: Cambodia, Laos and Vietnam**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

STOREY, Ian; THAYER, Carlyle. Cam Ranh Bay: Past Imperfect, Future Conditional. **Contemporary Southeast Asia**, v.23, n.3, pp. 452–73, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25798562>. Acesso em: 16 nov. 2023.

TA Sao Mai. Vietnam's FTA Strategy — Working Paper nº17, dez. 2017 **Working Paper Series 2017**. Pathum Thani: Thammasat Institute of Area Studies, 2017. Disponível em: https://tiara-tu.ac.th/uploadFiles/154645_a05009ba5c22d6dfdb31aa34be2fa5f3.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

THANH, Luong Ngoc. **Vietnam's Foreign Policy in the post-Cold War Era: Ideology and Reality**. Orientador: Nakazono Kazuhito. 2013. 371 f. Dissertação Doutoral (Doutorado). Doctor of Philosophy, Graduate School for International Development and Cooperation, Hiroshima University. Disponível em: https://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/files/public/3/35147/20141016204323603138/k6256_3.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

THAYER, Carlyle. A. Vietnam's Sixth Party Congress: An Overview.” **Contemporary Southeast Asia**, v.9, n.1, pp. 12–22, 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25797929>. Acesso em: 8 nov. 2023.

THAYER, Carlyle A.. The Evolution of Vietnamese Diplomacy, 1986–2016. In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi**. Singapura: ISEAS, 2018.

THE EUROPEAN Union and Vietnam. **Delegation of the European Union to Vietnam**, 6 jul. 2023. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/vietnam/the-eu-and-vietnam_en?s=184. Acesso em: 4 dez. 2023.

THI Anh-Dao Tran (Ed.) **Rethinking Asian Capitalism: The Achievements and Challenges of Vietnam Under Doi Moi**. Cham: Pallgrave MacMillan, 2022.

THUY T. Do; DINH, Julia Luong. Vietnam–Japan Relations: Moving Beyond Economic Cooperation? In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi**. Singapura: ISEAS, 2018.

TO Minh Thu. Vietnam's International Economic Integration under Doi Moi. In: LE HONG Hiep; TSVETOV, Anton (Eds.). **Vietnam's Foreign Policy Under Doi Moi**. Singapura: ISEAS, 2018.

TRADING ECONOMICS. **Military Expenditure - Asia - By Country**. [s.l.], 2 de maio de 2022. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/country-list/military-expenditure?continent=asia>. Acesso em: 2 mai. 2022.

TRAN, Phuc Thi; VIEIRA, Alena Vysotskaya G.; FERREIRA-PEREIRA, Laura C. O hedging estratégico do Vietnam face à ascensão da China: o papel da União Europeia e da Rússia. **Rev. bras. polít. int.** [s.l.], 56 (1), 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100009>. Acesso em: 26 abr. 2022

TRAN T. B., SATO Y. Vietnam's post-Cold War hedging strategy: A changing mix of realist and liberal ingredients. **Asian Politics & Policy**, v. 10, n. 1, pp. 73–99, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/aspp.12368>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TUONG Vu. Vietnam's Communist Revolution. The Power and Limits of Ideology. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2017.

TURLEY, William S.; SELDEN, Mark (Eds.). **Reinventing Vietnamese Socialism: Doi Moi in Comparative Perspective**. Nova Iorque: Taylor & Francis, 1993.

TYLER, Patrick E.. "U.S. Strategy Plan Calls For Insuring No Rivals Develop". **The New York Times**, 8 mar 1992a. Adquirido em 30 de outubro de 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html>. Acesso em: 25 jan. 2024.

TYLER, Patrick E.. "Excerpts From Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival'". **The New York Times**, 8 mar 1992a. Adquirido em 29 de março de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/03/08/world/excerpts-from-pentagon-s-plan-prevent-the-re-emergence-of-a-new-rival.html>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VAN DONG, Pham. The non-aligned nations and the struggle against imperialism, **Journal of Contemporary Asia**, 6:4, 526-531, 1976. DOI: 10.1080/00472337685390691

VAN EVERA, S.. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1997.

VÃN LỢI, Lưu. **Fifty years of Vietnamese diplomacy, 1945-1995**. Ho Chi Minh: The Gioi Publishers, 2006.

VIETNÃ. **Nghị quyết Đại hội đại biểu toàn quốc lần thứ XII** [Resolução do 12º Congresso Nacional dos Deputados]. Hanói: Partido Comunista do Vietnã, 28 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://tulieuvankien.dangcongsan.vn/ban-chap-hanh-trung-uong-dang/dai-hoi-dang/lan-thu-xii/nghi-quyet-dai-hoi-dai-bieu-toan-quoc-lan-thu-xii-1596>. Acesso em: 26 abr. 2022.

VIETNÃ. **Nghị quyết Đại hội đại biểu toàn quốc lần thứ XIII của Đảng** [Resolução do 13º Congresso Nacional do Partido]. Hanói: Partido Comunista do Vietnã, 1 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://tulieuvankien.dangcongsan.vn/ban-chap-hanh-trung-uong-dang/dai-hoi-dang/lan-thu-xiii/nghi-quyet-dai-hoi-dai-bieu-toan-quoc-lan-thu-xiii-cua-dang-3663>. Acesso em: 26 abr. 2022.

VIETNÃ. [**Constituição (2013)**]. Aprovada pela Assembleia Nacional da República Socialista do Vietnã, 13º termo, em sua sexta sessão no dia 28 de novembro de 2013. Tradução não oficial do vietnamita por International IDEA. Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/tranlation_of_vietnams_new_constitution_enuk_2.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

VIETNAMESE leaders after the Vietnam War. **Facts and Details**, 2014. Disponível em: https://factsanddetails.com/southeast-asia/Vietnam/sub5_9a/entry-3371.html. Acesso em: 10 mai. 2023.

VIETNÃ. ĐIỀU LỆ ĐẢNG CỘNG SẢN VIỆT NAM. **Báo điện tử - Đảng Cộng sản Việt Nam**, 19 jan. 2011. Disponível em: https://web.archive.org/web/20130125053016/http://www.cpv.org.vn/cpv/Modules/News/NewsDetail.aspx?co_id=30106&cn_id=443473. Acesso em: 10 mai. 2023.

VIETNÃ. Constituição da República Socialista do Vietnã [2013] [Inglês]. **Institute for Democracy and Electoral Assistance**, 2013. Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/tranlation_of_vietnams_new_constitution_enuk_2.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

VIETNÃ. Congress Documents. **13th Party Congress**, 2020?. <https://en-daihoi13.dangcongsan.vn/congress-documents?page=3>

VIETNÃ. Constitution and Political System. **Embassy of the Socialist Republic of Vietnam in the United States of America**, 10 mai. 2023. Disponível em: <https://vietnamembassy-usa.org/vietnam/politics>. Acesso em: 10 mai. 2023.

VIETNÃ. Political System. **Vietnam Government Portal**, 2023?. Disponível em: <https://vietnam.gov.vn/political-system-68959>. Acesso em: 10 mai. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Conflitos afro-asiáticos “quentes” da Guerra Fria: da revolução à guerra (anos 1970 e 1980). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0103, jan./abr. 2021. p.01-32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0103>. Acesso em: 30 out. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, [s.l], v.1, n.1, p. 40-56, 2019/2. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/CRID/article/view/209/177>. Acesso em: 28 abr. 2022.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Conflitos afro-asiáticos “quentes” da Guerra Fria: da revolução à guerra (anos 1970 e 1980). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0103, jan./abr. 2021. p.01-32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313322021e0103>

VNA. Milestones in Vietnam-UN relations. **Vietnam Plus**, 21 de setembro de 2022. Disponível em: <https://en.vietnamplus.vn/milestones-in-vietnamun-relations/242986.vnp>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VU TUNG, Nguyen. The Paris Agreement and Vietnam-ASEAN relations in the 70s. In: ARNE WESTAD, Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 87-102.

VUVING, Alexander L. Strategy and Evolution of Vietnam’s China Policy: A Changing Mixture of Pathways. **Asian Survey**, v. 46, n. 6, pp. 805–24, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/as.2006.46.6.805>. Acesso em: 22 Jan. 2024.

WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 207-230.

WESTAD, Odd Arne. **The global Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WOMACK, B. **China and Vietnam: The Politics of Asymmetry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WOODS, L. Shelton. **Vietnam: global studies handbook**. Santa Barbara/Denver/Oxford: ABC-CLIO, 2002.

ANEXO I – LISTA DE SECRETÁRIOS-GERAIS DO PARTIDO COMUNISTA DO VIETNÃ

1930-1945: Secretários Gerais do Comitê Central do Partido Comunista Indochinês

Nome (Nascimento- morte)	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Comitê Central
Trần Phú (1904–1931)	27 de outubro de 1930	6 de setembro de 1930 (†)	Comitê Central Provisório (1930- 35)
Lê Hồng Phong (1902–1942)	27 de outubro de 1931	26 de julho de 1936	1º Comitê Central (1935-54)
Hà Huy Tập (1906–1941)	26 de julho de 1936	30 de março de 1938	
Nguyễn Văn Cừ (1912–1941)	30 de março de 1938	9 de novembro de 1940	
Trùng Chinh (1907–1988)	9 de novembro de 1940	19 de fevereiro de 1951	

1951-1976: Primeiros-secretários do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores do Vietnã

De 1951 a 1969, o cargo mais alto era o de presidente **Presidente (Chairman) do Partido Trabalhista do Vietnã** (Chủ tịch Ban Chấp hành Trung ương Đảng Lao động Việt Nam), ocupado por **Ho Chi Minh**. Após a sua morte, este título foi abolido e cargo de Secretário Geral se tornou novamente o mais alto. De 1960 a 1976, esse cargo era conhecido como o de primeiro-secretário.

Nome	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Comitê Central
Trùng Chinh (1907–1988)	19 de fevereiro de 1951	5 de outubro de 1956	2º Comitê Central (1951-60)
Hồ Chí Minh (1890–1969)	5 de outubro de 1956	10 de setembro de 1960	

Lê Duẩn (1907–1986)	10 de setembro de 1960	20 de dezembro de 1976	3º Comitê Central (1960-76)
------------------------	---------------------------	---------------------------	--------------------------------

1976-hoje: Primeiro Secretário Geral do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã

Nome (Nascimento- morte)	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Comitê Central
Lê Duẩn (1907–1986)	20 de dezembro de 1976	10 de julho de 1986 (†)	4º Comitê Central (1976-82) e 5º Comitê Central (1982-86)
Trương Chinh (1907–1988)	14 de julho de 1986	18 de dezembro de 1986	5º Comitê Central (1982-86)
Nguyễn Văn Linh (1915–1998)	18 de dezembro de 1986	28 de junho de 1991	6º Comitê Central (1986-91)
Đỗ Mười (1917–2018)	28 de junho de 1991	26 de dezembro de 1997	7º Comitê Central (1991-96) e 8º Comitê Central (1996-2001)
Coronel General Lê Khả Phiêu (1931–2020)	26 de dezembro de 1997	22 de abril de 2001	8º Comitê Central (1996-2001)
Nông Đức Mạnh (1940–)	22 de abril de 2001	19 de janeiro de 2011	9º Comitê Central (2001-06) e 10º Comitê Central (2006-11)
Nguyễn Phú Trọng (1944–)	19 de janeiro de 2011	Incumbente	11º (2011-16), 12º (2016-21) e 13º (2021-26) Comitês Centrais

Referência: TÔNG Bí thư .Lãnh đạo Đảng, Nhà nước. **Tư liệu - Văn kiện**, 2023. Disponível em: <https://tulieuvankien.dangcongsan.vn/lanh-dao-dang-nha-nuoc/tong-bi-thu>. Acesso em: 1 mar. 2024.

ANEXO II – LISTA DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ

O poder do cargo de presidente variou ao longo dos anos. Na constituição de 1946, ele era eleito pela Assembleia Nacional e era tanto chefe de Estado quanto de governo. A constituição de 1959 diminuiu os poderes do presidente, embora o cargo tenha sido ocupado por Hồ Chí Minh, presidente do partido. A constituição de 1980 substituiu o cargo de presidente pelo escritório do Presidente do Conselho de Estado, baseado no modelo soviético. A partir de 1992, o presidente é geralmente considerado o segundo homem mais poderoso do país, sendo o presidente chefe de Estado e, em conjunto com o primeiro-ministro, chefe de governo. Em algumas circunstâncias, o cargo de presidente foi cumulativo com o cargo de secretário geral do Partido [Hồ Chí Minh (1951–1969), Trường Chinh (1986) and Nguyễn Phú Trọng (2018–2021)].

Hoje, o Comitê Central do PCV nomeia candidatos ao Comitê Permanente (antigo Conselho de Ministros) da Assembleia Nacional, Comitê que então confirma e nomeia os candidatos à eleição oficial dentre todos os delegados da Assembleia Nacional.

Nome (Nascimento- morte)	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Partido
Presidente do Governo Revolucionário Provisório da República Democrática do Vietnã (1945-1946), Presidente do Governo de Coligação Provisória da República Democrática do Vietnã (1946), Presidente do Governo de Resistência Unida da República Democrática do Vietnã (1946), Presidente do Governo Nacionalista Unido da República Democrática do Vietnã (1946-1955) Presidente da República Democrática do Vietnã (1955-1975)			
Hồ Chí Minh (1890–1969)	2 de setembro de 1945	2 de setembro de 1969 (†)	Partido Comunista Indochinês (até 1951) e Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Lao Dong) (a partir de então)
Huỳnh Thúc Kháng (1876–1947)	29 de maio de 1946	21 de outubro de 1946 (Interino)	Independente

Tôn Đức Thắng (1888–1980)	2 de setembro de 1969	2 de julho de 1976	Partido dos Trabalhadores do Vietnã
------------------------------	--------------------------	--------------------	---

1975 - hoje: República Socialista do Vietnã

Nome (Nascimento- morte)	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Partido
Presidente da República Socialista do Vietnã			
Tôn Đức Thắng (1888–1980)	2 de julho de 1976	30 de março de 1980 (†)	Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Lao Dong) (até dezembro de 1976) e Partido Comunista do Vietnã (a partir de dezembro de 1976)
Nguyễn Hữu Thọ (1910–1996)	30 de março de 1980	4 de julho de 1981 (Interino)	Partido Comunista do Vietnã
Tôn Đức Thắng (1888–1980)	2 de setembro de 1969	2 de julho de 1976	Partido dos Trabalhadores do Vietnã
Presidente do Conselho de Estado da República Socialista do Vietnã			
Trương Chinh (1907–1988)	4 de julho de 1981	18 de junho de 1987	Partido Comunista do Vietnã
Võ Chí Công (1912–2011)	18 de junho de 1987	22 de setembro de 1992	Partido Comunista do Vietnã
Presidente da República Socialista do Vietnã			
General Lê Đức Anh (1920–2019)	23 de setembro de 1992	24 de setembro de 1997	Partido Comunista do Vietnã
Trần Đức Lương (1937–)	24 de setembro de 1997	27 de junho de 2006 (Renúncia)	Partido Comunista do Vietnã

Nguyễn Minh Triết (1942–)	27 de junho de 2006	25 de julho de 2011	Partido Comunista do Vietnã
Trương Tấn Sang (1949–)	25 de julho de 2011	2 de abril de 2016	Partido Comunista do Vietnã
General de Polícia Trần Đại Quang (1956–2018)	2 de abril de 2016	21 de setembro de 2018 (†)	Partido Comunista do Vietnã
Đặng Thị Ngọc Thịnh (1959–)	21 de setembro de 2018 (Interina)	23 de outubro de 2018	Partido Comunista do Vietnã
Nguyễn Phú Trọng (1944–)	23 de outubro de 2018	5 de abril de 2021 (Cumulativo com o cargo de Secretário Geral)	Partido Comunista do Vietnã (Secretário Geral)
Nguyễn Xuân Phúc (1954–)	5 de abril de 2021	18 de janeiro de 2023 (renúncia)	Partido Comunista do Vietnã
Võ Thị Ánh Xuân (1970–)	18 de janeiro de 2023	2 de março de 2023 (interina)	Partido Comunista do Vietnã
Võ Văn Thưởng (1970–)	2 de março de 2023	Titular	Partido Comunista do Vietnã

Referência: CHU tịch nước. Lãnh đạo Đảng, Nhà nước. **Tư liệu - Văn kiện**, 2023. Disponível em: <https://tulieuvankien.dangcongsan.vn/lanh-dao-dang-nha-nuoc/chu-tich-nuoc>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ANEXO III – LISTA DE PRIMEIROS-MINISTROS DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ

O primeiro-ministro do Vietnã é, em conjunto com o Presidente, o chefe de governo. Além de presidir as reuniões do governo, o primeiro-ministro dirige o trabalho dos membros do governo e pode propor vice-primeiros-ministros para a Assembleia Nacional. Ele também precisa ser membro da Assembleia Nacional, mas é indicado antes pelo Presidente. Assim como no caso do cargo de presidente, o poder do primeiro-ministro também variou ao longo dos anos, sendo, hoje, considerado o terceiro cargo mais poderoso do país.

1975-hoje: República Socialista do Vietnã

Nome (Nascimento- morte)	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Partido
Presidente do Governo Revolucionário Provisório da República Democrática do Vietnã (1945–1946) Presidente do Governo de Coligação Provisória da República Democrática do Vietnam (1946) Presidente do Governo da Resistência Unida da República Democrática do Vietnam (1946) Presidente do Governo Nacionalista Unido da República Democrática do Vietnã (1946–1955)			
Hồ Chí Minh (1890–1969)	17 de agosto de 1945	20 de setembro de 1955	Partido Comunista da Indochina (até 1951) e Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Lao Dong) (a partir de 1951)
Huỳnh Thúc Kháng (1876–1947)	31 de maio de 1946	21 de setembro de 1946 (Interino)	Independente
Primeiro-Ministro do Governo da República Democrática do Vietnã			
Phạm Văn Đồng (1906–2000)	20 de setembro de 1955	2 de julho de 1976	Partido dos Trabalhadores do Vietnã

Primeiro-Ministro do Governo da República Socialista do Vietnã			
Phạm Văn Đồng (1906–2000)	2 de julho de 1976	18 de dezembro de 1980	Partido Comunista do Vietnã
Presidente do Conselho de Ministros da República Socialista do Vietnã			
Phạm Văn Đồng (1906 – 2000)	18 de dezembro de 1980	18 de junho de 1987	Partido Comunista do Vietnã
Coronel Sênior da Polícia Phạm Hùng (1912 – 1988)	18 de junho de 1987	10 de março de 1988 (†)	Partido Comunista do Vietnã
Đỗ Mười (1917 – 2018)	22 de junho de 1988	9 de agosto de 1991	Partido Comunista do Vietnã
Võ Văn Kiệt (1922 – 2008)	10 de março de 1988	22 de setembro de 1992	Partido Comunista do Vietnã
Primeiro-Ministro do Governo da República Socialista do Vietnã			
Võ Văn Kiệt (1922 – 2008)	22 de setembro de 1992	25 de setembro de 1997	Partido Comunista do Vietnã
Phan Văn Khải (1933 – 2018)	25 de setembro de 1997	27 de junho de 2006 (renúncia)	Partido Comunista do Vietnã
General do Exército Nguyễn Tấn Dũng (1949-)	27 de junho de 2006	6 de abril de 2016	Partido Comunista do Vietnã
Nguyễn Xuân Phúc (1954-)	7 de abril de 2016	5 de abril de 2021	Partido Comunista do Vietnã
Tenente General de Polícia Phạm Minh Chính (1958-)	5 de abril de 2021	Titular	Partido Comunista do Vietnã

Referência: CÁC Thủ tướng tiền nhiệm. **Cổng Thông tin điện tử Chính phủ**, 2023. Disponível em: <https://thutuong.chinhphu.vn/cac-thu-tuong-tien-nhiem.htm>. Acesso em: 01 mar. 2024.

ANEXO IV – LISTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ

Nome (Nascimento- morte)	Ingresso no cargo	Saída do cargo	Observações
Hồ Chí Minh (1890–1969)	27 de agosto de 1945	1º de março de 1947	Foi também presidente e secretário geral
Hoang Minh Giam (1904-1995)	1º de março de 1947	1º de abril de 1954	
Phạm Văn Đồng (1906–2000)	1º de abril de 1954	1º de fevereiro de 1961	Foi membro do politburo, primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro
Phạm Văn Đồng (1906–2000)	2 de julho de 1976	18 de dezembro de 1980	
Ung Văn Khiêm (1910-1991)	1º de fevereiro de 1961	30 de abril de 1963	Foi membro do Comitê Central do Partido
Xuân Thủy (1912-1985)	30 de abril de 1963	1º de abril de 1965	Foi secretário do Comitê Central do Partido e vice-presidente
Nguyễn Duy Trinh (1910-1985)	1º de abril de 1965	7 de fevereiro de 1980	Foi membro do politburo e vice-primeiro-ministro
Nguyễn Thị Bình (1927-)	8 de junho de 1969	3 de julho de 1976	Ministra das Relações Exteriores do Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnã do Sul Foi parte do Comitê Central da Frente Nacional para a Libertação

			<p>do Vietnã do Sul, vice-presidente da União das Mulheres para a Libertação do Vietnã do Sul</p> <p>Acumulou diversos cargos ao longo de sua carreira, inclusive a de vice-presidente</p> <p>Primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra das Relações Exteriores do Vietnã</p>
Nguyễn Cơ Thạch (1921-1998)	7 de fevereiro de 1980	1º de julho de 1991	Foi membro do politburo e vice-primeiro-ministro
Nguyễn Mạnh Cầm (1929-)	9 de agosto de 1991	28 de janeiro de 2000	Foi membro do politburo e vice-primeiro-ministro
Nguyễn Dỵ Niê (1935-)	28 de junho de 2006	3 de agosto de 2011	Foi membro do politburo e vice-primeiro-ministro
Phạm Gia Khiêm (1944-)	28 de junho de 2006	3 de agosto de 2011	Foi membro do politburo e vice-primeiro-ministro
Phạm Bình Minh (1959-)	3 de agosto de 2011	7 de abril de 2021	Foi membro do politburo e vice-primeiro-ministro
Bùi Thanh Sơn (1962-)	8 de abril de 2021	Titular	Membro do Comitê Central do Partido

Referência: Bộ trưởng Ngoại giao. Bộ Ngoại giao Việt nam. Disponível em: https://www.mofa.gov.vn/vi/bng_vietnam/nr050225105543/nr050225105648/. Acesso em: 01 mar. 2024.